

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**A POLÍTICA SOB O JULGAMENTO DE ELIANE
CANTANHÊDE: UMA INVESTIGAÇÃO DA
ASSINATURA VALORATIVA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Daniela Leite Rodrigues

Santa Maria, RS, Brasil.

2013

**A POLÍTICA SOB O JULGAMENTO DE ELIANE
CANTANHÊDE: UMA INVESTIGAÇÃO DA ASSINATURA
VALORATIVA**

Daniela Leite Rodrigues

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Letras

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sara Regina Scotta Cabral

Santa Maria, RS, Brasil.

2013

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Rodrigues, Daniela Leite

A política sob o julgamento de Eliane Cantanhêde: uma investigação da assinatura valorativa / Daniela Leite Rodrigues.-2013.

126 p.; 30cm

Orientadora: Sara Regina Scotta Cabral

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2013

1. Avaliatividade 2. Opinião autoral 3. Coluna de opinião política I. Cabral, Sara Regina Scotta II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**A POLÍTICA SOB O JULGAMENTO DE ELIANE CANTANHÊDE: UMA
INVESTIGAÇÃO DA ASSINATURA VALORATIVA**

elaborada por
Daniela Leite Rodrigues

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Letras

Comissão Examinadora:

Sara Regina Scotta Cabral, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira de Almeida, Dr. (UNEMAT)

Cristiane Fuzer, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 27 de fevereiro de 2013.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e, em especial, ao Programa de Pós-graduação em Letras.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa que possibilitou a realização desta pesquisa.

À Prof^a. Dr. Sara Regina Scotta Cabral, minha orientadora desde a iniciação científica, por tudo que me ensinou, pelo incentivo, pelo carinho e pela paciência de sempre.

À Prof^a Dr. Maria Eulália Tomasi Albuquerque, por me ajudar a desenvolver um olhar crítico sobre o mundo, por me mostrar, na prática, que a pesquisa deve ter um propósito social. Obrigada, sobretudo, pela amizade.

Às professoras membros da banca examinadora, Prof^a Dr. Cristiane Fuzer, pela sua leitura cuidadosa e pelas excelentes sugestões tanto na qualificação quanto na defesa desta dissertação; Prof^a Dr. Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira de Almeida, por contribuir com o seu conhecimento para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Aos meus queridos pais, Marta e João Rodrigues, por lutarem por mim, pela minha vida, pelos meus estudos e por me ensinarem a buscar sempre o melhor que eu puder, com humildade e respeito acima de tudo.

Ao Guilherme Leite Rodrigues, meu irmão e amigo, por não me deixar esquecer de atualizar minha cultura cinematográfica, sempre insistindo para que eu desse uma pausa nos estudos para apreciarmos filmes juntos.

Ao Ricardo Pappis, meu namorado, por estar ao meu lado na etapa final deste trabalho, incentivando e apoiando minhas escolhas. Obrigada pelos momentos felizes que sobrepujaram o estresse.

Aos amigos e colegas do Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa (NELP), por compartilharmos juntos as inquietudes, dúvidas e conquistas da vida acadêmica.

Ao Lauro Rafael Lima, colega de mestrado, pelo companheirismo e bom humor de sempre.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

A POLÍTICA SOB O JULGAMENTO DE ELIANE CANTANHÊDE: UMA INVESTIGAÇÃO DA ASSINATURA VALORATIVA

AUTORA: DANIELA LEITE RODRIGUES
ORIENTADORA: SARA REGINA SCOTTA CABRAL
Data e Local: Santa Maria, 27 de fevereiro de 2013.

No cenário jornalístico opinativo, há diversos gêneros cujo caráter pessoal se faz presente. Entretanto, é consenso entre os teóricos que versam sobre a mídia que a coluna é dos gêneros jornalísticos o que mais expressa a opinião autoral. Partindo de uma referência teórica que abrange desde o conceito de mídia e de opinião (THOMPSON, 2011; CHARAUDEAU, 2006a, 2006b; MELO, 1994, 2003), até os pilares teóricos da Linguística Sistemico-funcional (HALLIDAY e HASAN, 1989; HALLIDAY, 1994; HALLIDAY E MATTHIESSEN, 2004), o enfoque desta pesquisa recai sobre o princípio da Individuação (MARTIN, 2008; 2009) e é sustentado pelas premissas sistemáticas propostas por Martin e White (2005) para os recursos de avaliação da linguagem. O objetivo deste trabalho é determinar, a partir da identificação e análise das estratégias discursivas e linguísticas avaliativas a construção do estilo, da “assinatura valorativa” da jornalista Eliane Cantanhêde em sua coluna de opinião política veiculada pelo jornal Folha de São Paulo. O *corpus* é constituído por 31 exemplares da coluna, publicados durante o ano de 2010 e disponibilizados na página da Folha Online. Os procedimentos metodológicos compreendem duas etapas de análise: textual e contextual. Os resultados indicaram que há, no *corpus*, 1) predominância de avaliações de julgamento por estima social, manifestadas recorrentemente por expressões coloquiais e metáforas; 2) articulação heteroglóssica equilibrada expressa por recursos de pontuação, notações léxicas e por perguntas retóricas e que 3) as avaliações são intensificadas por, além de advérbios e adjetivos, também por expressões metafóricas e coloquiais. A análise aponta que a assinatura valorativa de Cantanhêde corresponde à articulação de julgamentos sobre a competência/incompetência dos políticos, realizados por recursos linguísticos apoiados na coloquialidade e em estratégias conversacionais. Essas estratégias conferem ao discurso mais leveza e estabelecem uma interação entre a colunista e os leitores.

Palavras-chave: Avaliatividade. Opinião autoral. Coluna de opinião política.

ABSTRACT

Master Thesis
Post-Graduation Program in Linguistics
Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

THE POLITICS UNDER ELIANE CANTANHÊDE'S JUDGMENT: AN INVESTIGATION OF THE EVALUATIVE SIGNATURE

AUTHOR: DANIELA LEITE RODRIGUES
ADVISER: SARA REGINA SCOTTA CABRAL
Place and Date: Santa Maria, February 27th, 2013.

In the journalistic opinionated scenario, there are several genres which personal character is present. However, there is a consensus among theoreticians who discuss about the media that the column is, among all the journalistic genres, the one which most expresses the authorial opinion. Based on a theoretical approach which comprises since the concept of media and opinion,(THOMPSON, 2011; CHARAUDEAU, 2006a, 2006b; MELO, 1994, 2003) until the theoretical pillars of Systemic Functional Linguistics (HALLIDAY e HASAN, 1989; HALLIDAY, 1994; HALLIDAY E MATTHIESSEN, 2004), the focus of this research is on the principle of Individuation (MARTIN, 2008; 2009) and it is sustained by systematic assumptions proposed by Martin and White (2005) for the resources of language appraisal. The aim of this work is to determine, based on identification and analysis of discursive and linguistic strategies of appraisal, the construction of style, of "evaluative signature" by Eliane Cantanhêde in her political advice column conveyed by Folha de São Paulo newspaper. The *corpus* is composed by 31 copies of the column, published during 2010 and available on the page of Folha Online. The methodological procedures comprehend two steps of analysis: textual and contextual. The results show that there is, in the *corpus*, 1) predominance of judgment evaluations by social esteem, recurrently manifested by colloquial expressions and metaphors; 2) balanced heteroglossic articulation expressed by punctuation resources, lexical notations and rhetorical questions and that 3) the evaluations are intensified by, besides adverbs and adjectives, metaphorical and colloquial expressions. The analysis points that the evaluative signature of Cantanhêde corresponds to the articulation of judgments about the competence/incompetence of politicians, carried out by linguistic resources supported by colloquialism and conversational strategies. These strategies confer to discourse more levity and establish an interaction between the columnist and readers.

Keywords: Appraisal. Authorial opinion. Political Opinion Column.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Linguagem como sistema de estratos (adaptado de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 25).....	46
Figura 2 –	Contexto e linguagem no modelo sistêmico-funcional (adaptado de EGGINS e MARTIN, 1997, p. 242).	48
Figura 3 –	Tipos de modalidade (adaptado de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 150).	52
Figura 4 –	Julgamento e apreciação como afeto institucionalizado (adaptado de MARTIN e WHITE, 2005, p. 45).	56
Figura 5 –	Modalidade e tipos de julgamento (adaptado de MARTIN e WHITE, 2005, p. 54).	59
Figura 6 –	O subsistema de engajamento (adaptado de MARTIN e WHITE, 2005, p. 134).	66
Figura 7 –	Recursos de avaliatividade (adaptado de MARTIN e WHITE, 2005, p. 38).	69
Figura 8 –	Matriz de instanciamento/estratificação proposta por Halliday (adaptado de MARTIN, 2009, p. 6).	71
Figura 9 –	Instanciamento como a hierarquia de generalização (adaptado de MARTIN, 2009, p. 6).	72
Figura 10 –	ndividuação como uma hierarquia de afiliação e alocação (adaptado de MARTIN, 2009, p. 10).	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dar ou receber bens e serviços ou informações	50
Quadro 2 – Semântica interpessoal	54
Quadro 3 – Colunas de Eliane Cantanhêde.....	81
Quadro 4 – Itens lexicais com potencial avaliativo identificados a partir da <i>WordList</i>	86
Quadro 5 – Ocorrências de pontuação e marcas léxicas.....	87
Quadro 6 – Quantificação das ocorrências de avaliatividade no <i>corpus</i>	89
Quadro 7 – Sinais gráficos que evidenciam engajamento no <i>corpus</i>	103
Quadro 8 – Itens lexicais que realizam a força isolada e a frequência de suas ocorrências no <i>corpus</i>	107
Quadro 9 – Realizações de força isolada em dados percentuais	110
Quadro 10 – Síntese dos recursos linguísticos de avaliatividade mais expressivos no <i>corpus</i>	114

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 – MÍDIA E OPINIÃO	23
1.1 Mídia e contexto de comunicação	23
1.2 Opinião, público e opinião pública	29
1.3 Gêneros opinativos	35
1.3.1 Coluna de opinião	37
1.3.2 Coluna de opinião política	41
CAPÍTULO 2 – LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL	45
2.1 Significados interpessoais	50
2.2 Sistema de avaliatividade	53
2.2.1 Atitude	55
2.2.2 Engajamento	62
2.2.3 Gradação.....	66
2.2.4 Assinatura valorativa	70
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	77
3.1 Universo de análise.....	77
3.2 Seleção do <i>corpus</i>	78
3.3 Procedimentos de análise dos dados	82
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO	85
4.1 Mapeamento da Avaliatividade no <i>Corpus</i>	85
4.2 Atitude	92
4.2.1 Julgamento.....	92
4.2.2 Apreciação	96
4.2.3 Afeto.....	97
4.3 Engajamento.....	98
4.3.1 Realização linguística da heteroglossia.....	99
4.3.2 Outros mecanismos de engajamento	102
4.4 Gradação.....	106
4.4.1 Força	107
4.4.2 Foco	113
CONCLUSÃO	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121

INTRODUÇÃO

Este trabalho está inserido na linha de pesquisa “Linguagem no Contexto Social”, do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. As pesquisas desenvolvidas nessa linha têm se preocupado em estudar a linguagem em uso em diferentes contextos, configurados por diferentes práticas sociais e culturais. Ligado a essa linha de pesquisa está também o projeto guarda-chuva Avaliatividade e Discurso (CABRAL, 2009), ao qual o presente trabalho articula-se como subprojeto. O projeto Avaliatividade e Discurso, coordenado pela orientadora desta pesquisa, com registro no GAP nº 025376, reúne pesquisadores que buscam investigar o Sistema de Avaliatividade em textos da mídia. Este estudo está ainda articulado ao Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa - NELP (CABRAL, 2010), cujo objetivo é reunir pesquisadores interessados em promover a aplicação de conceitos teóricos e a investigação em língua portuguesa.

O uso da linguagem em diferentes contextos tem instigado muitas pesquisas no âmbito dos estudos linguísticos. Tendo como base metodológica a Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1989 e 1994; HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004), Cabral (2007) deteve-se em investigar o contexto midiático; Fuzer (2008) direcionou sua atenção ao contexto jurídico, enquanto Ticks (2008) privilegiou o contexto educacional. Neste estudo, assim como Cabral (2007), centramo-nos no contexto midiático e restringimos nosso foco ao jornalístico opinativo.

A relevância do contexto social em uma pesquisa linguística justifica-se, pois, como destaca Thompson (2011, p. 37), a comunicação é uma forma de ação. Sendo assim, uma análise que enfoque a comunicação deve basear-se também na ação e considerar o seu caráter socialmente contextualizado.

Neste trabalho, a investigação recai sobre uma das formas de uso da linguagem no contexto midiático, cujo teor persuasivo mostra-se mais evidente. Partimos, então, de uma perspectiva do usuário da linguagem, ou seja, da manifestação pessoal do potencial linguístico individual. Mais precisamente, interessa-nos a expressão linguística, no contexto midiático, da opinião autoral realizada por meio de textos de caráter persuasivo.

Nas palavras de Hunston e Thompson (1999, p. 5), a avaliação, a expressão da opinião do falante ou escritor, “é um termo amplo que cobre desde a expressão da atitude do falante ou escritor, sua postura diante de algo, seu ponto de vista, ou seus sentimentos sobre as entidades ou proposições sobre as quais ele ou ela está falando¹”. Na visão de Hunston (1999), a avaliação em textos persuasivos é importante para o propósito do texto. Em termos sistêmico-funcionais, a avaliação constrói o campo e as relações dos textos persuasivos. Complementando, dizemos – tal como pretendemos mostrar neste estudo – que a avaliação influencia diretamente as escolhas léxico-gramaticais e a construção da estrutura textual como um todo.

A investigação das formas avaliativas tem se demonstrado um tópico merecedor de estudo e sua importância se deve à três razões (HUNSTON e THOMPSON, 1999, p. 6):

- 1) por expressar a opinião do falante ou escritor;
- 2) por construir as relações entre o produtor do texto e sua audiência; e
- 3) por organizar o discurso.

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é determinar, por meio da investigação e análise dos recursos de avaliatividade (MARTIN e WHITE, 2005), a construção do estilo avaliativo autoral manifestado em colunas de opinião. Para tanto, nosso *corpus* de análise consiste em um conjunto de 31 exemplares da coluna de opinião política assinada pela jornalista Eliane Cantanhêde e publicada no jornal Folha de São Paulo, ao longo do ano de 2010.

Esse objetivo se desdobra em quatro objetivos específicos, que são:

- 1) descrever o contexto de cultura e de situação que permeia o *corpus*;
- 2) identificar, no *corpus*, os recursos léxico-gramaticais e semântico-discursivos que concorrem para a realização dos subsistemas avaliativos (MARTIN e WHITE, 2005);
- 3) mapear os recursos que são recorrentes a fim de delinear a “síndrome de avaliação” (MARTIN e WHITE, 2005, p. 203) manifestada nos textos;
- 4) estabelecer a assinatura valorativa da autora (MARTIN e WHITE, 2005, p. 203), com base nas construções avaliativas que caracterizam seus textos.

¹ Evaluation is the broad cover term for the expression of the speaker or writer's attitude or stance towards, viewpoint on, or feelings about the entities or propositions the he or she is talking about.

Esta pesquisa justifica-se pela importância de se investigarem as singularidades da linguagem, tanto no âmbito da Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF), quanto nos estudos da linguagem como um todo. De acordo com Martin (2008), a relação entre o sistema linguístico e a forma como este é implementado por um indivíduo em particular, ao que o autor denomina “princípio de individuação”, é um dos domínios menos desenvolvidos em LSF. Em Língua Portuguesa, estudos que recaem sobre a individuação são ainda pouco explorados, à exceção, contudo, dos trabalhos de Balloco (2010) e de Ferreira Silva e Praxedes Filho (2012). Sendo assim, acreditamos ser esse tópico merecedor de mais investigações.

O trabalho está organizado em três capítulos, além da introdução. Nos capítulos 1 e 2, apresentamos a revisão da literatura prévia da área de estudos em comunicação e linguagem, pondo em foco a perspectiva teórico-metodológica que norteia esta pesquisa. No capítulo 1, exploramos inicialmente os fundamentos teóricos no âmbito midiático, delimitando nosso foco sobre o caráter opinativo da linguagem jornalística e reunimos alguns trabalhos que investigam o gênero coluna de opinião. No capítulo 2, trazemos uma revisão acerca da abordagem sistêmico-funcional da linguagem e da proposta de sistematização dos significados interpessoais ao nível da semântica discursiva (MARTIN e WHITE, 2005).

No capítulo 3, apresentamos a descrição da metodologia que sustenta a realização deste estudo. Esse capítulo comporta desde a delimitação do universo de análise até os procedimentos de identificação dos dados contextuais e de quantificação e interpretação dos dados textuais.

No Capítulo 4, apresentamos e discutimos os dados resultantes da análise textual empreendida, conforme os procedimentos estabelecidos na Metodologia. Esse capítulo compreende a descrição quantitativa das ocorrências de avaliatividade no *corpus*, a configuração semântica e léxico-gramatical dos três sistemas avaliativos – atitude, engajamento e gradação – e o detalhamento das preferências linguístico-avaliativas da colunista.

Na Conclusão deste estudo, retomamos os objetivos e os principais métodos da pesquisa recompilando os resultados finais. Os dados contextuais são apresentados e relacionados aos dados textuais, a fim de delinear, a partir das características discursivas, a assinatura valorativa da colunista Eliane Cantanhêde.

CAPÍTULO 1 – MÍDIA E OPINIÃO

Neste capítulo, apresentamos a primeira parte da perspectiva teórico-metodológica que fundamenta este estudo. Considerando nosso objeto de estudo, selecionamos um aparato teórico que contemple o contexto jornalístico. Para tanto, na seção 1.1, apresentamos uma conceituação do contexto midiático e dos fenômenos comunicacionais. Na seção 1.2, abordamos, mais detalhadamente, o caráter opinativo dos meios de comunicação e discutimos sua influência sobre – ou manipulação de – a opinião pública. Na seção 1.3, detemo-nos em explorar um dos gêneros opinativos do jornal, a coluna.

1.1 Mídia e contexto de comunicação

Dentre as diversas áreas de estudo dos mecanismos sociais e culturais, a comunicação desempenha papel fundamental. As pesquisas sociais têm dado especial atenção a esse campo, a fim de elucidar os fundamentos de muitas questões que caracterizam a sociedade moderna. Tratamos aqui do fenômeno comunicacional materializado pelo “conjunto de meios de comunicação” (LAGE, 1993, p. 73) existentes em uma área e/ou “disponíveis para uma determinada estratégia” (RABAÇA e BARBOSA, 2001, p. 490): a mídia de massa.

Para Spitulnik (1993, p. 293), a mídia de massa, cuja definição, no sentido convencional, corresponde aos meios eletrônicos de rádio, televisão, cinema e música gravada, aos meios impressos, como jornais, revistas, e à literatura popular, compreendendo, de uma só vez, artefatos, experiências, práticas e processos. “Eles são econômica e politicamente motivados, vinculados à evolução da ciência e tecnologia e, como a maioria dos domínios da vida humana, sua existência está intimamente ligada ao uso da linguagem”² (1993, p. 293).

Os meios de comunicação de massa assumiram, nos últimos anos, relevante importância. As “potencialidades” da mídia surpreenderam o homem do século XX,

² They are economically and politically driven, linked to developments in science and technology, and like most domains of human life, their existence is inextricably bound up with the use of language.

de modo a alterar profundamente a “dinâmica das relações interpessoais, porque permitem a multiplicação instantânea dos contatos entre os indivíduos, reduzindo distâncias físicas, eliminando resistências sociais e ultrapassando barreiras culturais (MELO, 1970, p. 11).

De acordo com Charaudeau (2006a, p. 23), as mídias, compreendidas entre as noções de “informação” e de “comunicação”, “são um suporte organizacional que se apossa dessas noções para integrá-las em suas diversas lógicas”, tanto do ponto de vista econômico (fazer viver uma empresa) quanto tecnológico (estender a qualidade e a quantidade de sua difusão) e simbólico (servir à democracia cidadã).

Levando em consideração um modelo de análise do discurso, Charaudeau (2006a) argumenta que todo ato de comunicação consiste na “troca” entre uma instância de produção e uma instância de recepção. A instância de produção, segundo o autor, está submetida a “certas condições de produção”; a instância de recepção encontra-se submetida a condições de interpretação. A terceira instância, o texto, visto como “produto”, por sua vez, vê-se submetida a “certas condições de construção” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 23-24).

Charaudeau esclarece, com relação à “máquina midiática”, que a instância de produção é representada pelo produtor de informação, ou seja, o organismo de informação e seus atores. A instância de recepção é representada pelo consumidor da informação, compreendido como leitores, ouvintes, telespectadores. O produto dessa troca, por sua vez, é representado pelo texto midiático (artigo de jornal, boletim radiofônico, telejornal etc.) (2006a, p. 24).

Norman Fairclough (1995) discute essa dinâmica entre instância de produção, de recepção e produto sob a ótica da Análise Crítica do Discurso. Para esse autor, as formas como os textos são produzidos pela instituição midiática e como são recebidos pela audiência (leitores, ouvintes, telespectadores), bem como a distribuição social desses textos midiáticos, caracterizam a prática discursiva (ibidem, 1995). Fairclough define essa dimensão do evento comunicativo como

mediação entre o textual, o social e o cultural, entre texto e prática sócio-cultural, no sentido de que a ligação entre o sociocultural e o textual é indireta, feita por meio das práticas discursivas: propriedades de prática sociocultural formam textos, mas através de moldar a natureza da prática discursiva, ou seja, as maneiras pelas quais os textos são produzidos e

consumidos, que são realizadas em características de textos. (FAIRCLOUGH, 1995, p. 59-60).³

Dessa forma, considera Fairclough (1995, p. 55) que o uso da linguagem, ou seja, qualquer texto, é sempre simultaneamente constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimentos e crenças. Em outras palavras, a linguagem em uso constitui identidades, relações e representações.

A integração entre a informação e a comunicação se constrói através da linguagem. Segundo Charaudeau (2006a), “a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo.” (p. 19). Nesse sentido, o autor afirma que as mídias não são um espelho da realidade social, mas sim impõem (através da linguagem) o que constroem do espaço público.

Charaudeau, ainda buscando definir o conceito de mídia, relaciona duas “lógicas” distintas que regem o funcionamento das mídias de informação. Uma delas seria a lógica econômica, “que faz com que todo organismo de informação aja como uma empresa, tendo por finalidade fabricar um produto que se define pelo lugar que ocupa no mercado de troca dos bens de consumo”. A outra seria a lógica simbólica, “que faz com que todo organismo de informação tenha por vocação participar da construção da opinião pública” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 21).

Compreendendo também o caráter criativo e manipulador da mídia, e consonante a essa visão, Spitulnik (1993) ressalta que o “poder” da mídia de massa, e em particular o seu papel como veículo de cultura, tem sido uma preocupação permanente nos estudos de natureza antropológica e social.

Nessa mesma linha de concepção, Norman Fairclough (1995) discute a natureza substantivamente linguística e discursiva do poder da mídia. Para o autor, a linguagem da mídia tem sido afetada contemporaneamente por duas tensões: (1) a tensão entre informação e entretenimento e (2) a tensão entre público e privado (1995, p.10). A primeira força é denominada pelo autor como “marketização”. Em vista do aumento das pressões comerciais e da concorrência, as mídias estão sendo cada vez mais atraídas para operar totalmente com base no mercado, dentro da

³ [“I see discourse practice as] mediating between the textual and the social and cultural, between text and sociocultural practice, in the sense that the link between the sociocultural and the textual is an indirect one, made by way of discourse practice: properties of sociocultural practice shape texts, but by way of shaping the nature of the discourse practice, i.e. the ways in which texts are produced and consumed, which is realized in features of texts.”

indústria do "lazer". A segunda força que incide sobre a mídia é denominada de "conversacionalização". Essa diz respeito à contradição entre a natureza pública da produção da mídia e a natureza privada de seu consumo (FAIRCLOUGH, 1995, p. 11).

Eu vejo os meios de comunicação operando dentro de um *sistema social* (Blackwell e Seabrook, 1993) o que torna importante não isolar aspectos particulares, como essas duas tendências da forma pela qual os meios de comunicação são formados, e por sua vez contribuem para formar, o sistema como um todo⁴ (FAIRCLOUGH, 1995, p. 12).

Essas tensões e contradições, segundo o autor, são manifestadas na heterogeneidade dos significados textuais e das formas. Nesse sentido, a análise linguística pode ajudar a ancorar estudos sociais e culturais em uma compreensão detalhada da natureza da produção da mídia (FAIRCLOUGH, 1995, p. 16). Partindo desse argumento, Fairclough (1995, p.16) enfatiza que "nós precisamos analisar a linguagem da mídia como discurso, e a análise linguística da mídia deve ser parte da análise do discurso da mídia".

No entendimento de Fairclough (1995, p. 17), a proposta de análise multifuncional esboçada por Halliday (1978)⁵ possibilita conectar a análise da linguagem com os interesses fundamentais da análise social: questões de conhecimento, crença e ideologia (representações, a função ideacional), questões de relações sociais e de poder e questões de identidade (relações e identidades, a função interpessoal). Ainda com relação às contribuições da abordagem sistemicista sobre a análise da materialidade linguística da mídia, Fairclough (1995) cita a visão de linguagem como um sistema de escolhas.

Para Halliday (1989, p. 4), a linguagem é um dentre muitos sistemas de significados que, juntos, constituem a cultura humana. No entanto, a linguagem, segundo esse autor, está particularmente relacionada a um dos aspectos da experiência humana: a estrutura social. Ainda de acordo como autor, palavras trocadas em contextos específicos incorporam significados a partir das atividades em que estão inseridas – atividades sociais com agentes e metas também sociais (idem, 1989, p. 5).

⁴ I see the mass media as operating within a social system (Blackwell and Seabrook 1993), which makes it important not to isolate particular aspects such as these two tendencies from the way the media are shaped by, and in turn contribute to shaping, the system overall.

⁵ Fairclough refere-se à publicação *Language as social semiotic*, de HALLIDAY (1978).

Nesse sentido, a linguagem, na perspectiva sociossemiótica (HALLIDAY, 1989), é definida como um sistema de escolhas – de significados possíveis em determinadas atividades sociais, inseridas em um contexto de cultura. Coadunando com Halliday (1989) e considerando as características particulares da linguagem midiática, Fairclough (1995, p. 19) reitera que a análise do texto não deve ser tratada isolada da análise das práticas discursivas e socioculturais.

Uma preocupação constante ao abordar o discurso da mídia é a forma como o desenvolvimento dos meios de comunicação – desde o surgimento da imprensa até as formas de comunicação contemporâneas como as mídias eletrônicas e a internet – reconstituem (THOMPSON, 2011) as fronteiras entre a vida pública e a vida privada. Na ótica de Thompson (2011, p. 168), o desenvolvimento da mídia possibilitou novas formas de “publicidade”⁶.

Outrora, tradicionalmente, imperava a chamada “publicidade de copresença”, baseada na interação face a face, caracterizando-se pela reunião de indivíduos num mesmo lugar. Contudo, à medida que novas mídias foram sendo incorporadas à comunicação, também “novas formas de publicidade começaram a suplementar, e gradualmente a estender, transformar e substituir a tradicional forma de publicidade” (THOMPSON, 2011, p. 168). Segundo o autor (2011, p. 169), o advento da imprensa no início da Europa moderna gerou uma publicidade independente da partilha do lugar comum e do intercâmbio dialógico da conversação face a face.

A respeito do impacto dos novos meios de comunicação sobre a concepção de esfera pública, Thompson (2011, p. 174) argumenta que as indústrias da mídia se tornaram mais comercializadas e ligadas a interesses particulares. Além disso, elas criaram um tipo de comunicação cuja recepção de seus produtos tornou-se uma forma de apropriação privatizada.

A esfera pública, ou espaço público, na visão de Charaudeau (2006a), tem sido objeto de numerosos estudos e sua noção tem se ampliado cada vez mais. Na época contemporânea, associada à noção de *opinião pública*, a esfera pública tem sido vista como um espaço de representação, de compartilhamento e de discussão de cidadania. Atualmente, segundo o autor, a fronteira entre o público e o privado tem sido atenuada em função da evolução das mídias. Correlacionado a isso, tem-

⁶ O termo “publicidade” é empregado com o sentido de tornar públicos eventos e ações (THOMPSON, 2011).

se o questionamento acerca da natureza do que é de ordem pública e do que é de ordem privada (CHARAUDEAU, 2006a, p. 115).

De acordo com Charaudeau (2006a, p. 117), o espaço público não é universal. Ao contrário, ele é dependente das especificidades culturais dos diversos grupos sociais que o compõem. E a fronteira entre o que é público e o que é privado não deve ser concebida como uma oposição fixa, “mas como um duplo movimento centrífugo e centrípeto que faz com que um se deixe invadir pelo outro, e que ao mesmo tempo os dois sejam levados a se recompor e a se redefinir concomitantemente”.

Por meio dessa sucessão de recomposições opostas entre o que é público e o que é privado, o que anteriormente era considerado transgressão, posteriormente torna-se norma. Para definir a natureza do espaço público, o autor utiliza-se da noção de “discurso circulante” – a soma dos enunciados de caráter definicional sobre seres humanos, ações, acontecimentos, suas características, seus comportamentos e julgamentos – que promove o reconhecimento entre membros de uma comunidade (2006a, p. 118). O discurso circulante tem, pois, três funções que, segundo Charaudeau (2006a, p. 118), remetem às das representações: (1) função de *instituição do poder/contrapoder*, o “discurso do poder, de tudo o que o encarna institucionalmente e particularmente do que aparece sob a figura do Estado”; (2) função de *regulação do cotidiano social*, discursos que normatizam as relações sociais e que mostram “o civil anônimo que preferimos chamar de ‘sociedade em geral’”; (3) função de *dramatização*, histórias, “relatos ficcionais, mitos e outros discursos que registram o destino humano”.

Assim estruturado, instaurado sob o entrecruzamento permanente dessas funções, o espaço público não pode, no entender do autor, ser considerado homogêneo uma vez que ele é “atravessado por movimentos e discursos de socialização e de publicização” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 119). A esfera pública não é, dessa forma, “única”, um “fato”, um “ponto de partida”. Ela é, pois, o resultado da conjunção das práticas sociais e das representações.

Charaudeau argumenta, a partir dessas constatações, que “as mídias são apenas uma forma de publicização”; ao contrário do que se tem “deixado transparecer”⁷, elas não se apoderaram do espaço público para transformá-lo. Esse

⁷ O autor esclarece a esse respeito que muitos trabalhos e crônicas nos jornais repercutem um certo discurso catastrofista (CHARAUDEAU, 2006, p. 120, nota 51).

processo de publicização arrebatada a esfera pública e assume uma forma particular: tal qual o foram, cada um a seu turno, “a Igreja, a monarquia, a festa e o bufão na Idade Média” (2006a, p. 120). Para o autor, esse lugar hoje é ocupado pelas mídias.

A relação entre mídia e opinião pública será discutida a seguir.

1.2 Opinião, público e opinião pública

Frequentemente, segundo Charaudeau (2006b), o espaço público confunde-se com o espaço político. Nesse sentido, o autor estabelece um contraponto entre as ideias de dois intelectuais da área da Comunicação: Dominique Wolton e Bernard Miège. Wolton defende a pertinência da expressão “comunicação política”. Para ele, esse seria um espaço particular, no interior do espaço público, no qual se confrontam “os discursos contraditórios dos três atores que têm legitimidade para se exprimir publicamente sobre a política: os políticos, os jornalistas e a opinião pública conhecida por meio de pesquisas” (CHARAUDEAU, 2006b, p. 24).

De forma mais abrangente, Miège, conforme apontado por Charaudeau (2006a), considera que os espaços públicos nas sociedades liberais-democratas estão organizados segundo quatro diferentes modelos de comunicação: a “imprensa de opinião”, caracterizada pelo engajamento político, pela escrita literária e pelo confronto às elites; a “imprensa comercial de massa”, financiada pela grande indústria e que fomenta o jornalismo voltado para os leitores cidadãos; as “mídias audiovisuais de massa”, que, por meio do desenvolvimento tecnológico e da organização do *marketing*, dão visibilidade aos acontecimentos do mundo; a “comunicação generalizada”, que a partir da década de 70 transformou os desafios sociais. Segundo esse autor, esses modelos coexistem e mostram que informação e comunicação estão ligadas “desde as sociedades da Antiguidade” aos espaços público e privado (CHARAUDEAU, 2006b, p. 25).

No campo político, não haveria, na ótica de Charaudeau (2006b), decisão ou ação possível que não considerasse a opinião, influenciada diretamente pela mídia. Trata-se, como reforça o próprio autor, de um “jogo”, no qual as ações de cada participante, a saber, a mídia, a opinião e a política, incidem sobre eles mesmos modificando-os. Sendo assim, a opinião é influenciada pela ação das mídias; as

mídias pela ação da política e da opinião e o campo político pela ação das mídias e da opinião (CHARAUDEAU, 2006b, p. 25).

Ainda segundo Miège, esse “jogo”, ou seja, a forma como esses espaços são “embaralhados” e confundidos, é uma característica específica da sociedade midiaticizada, na qual toda ação política encontra-se na dependência da midiaticização da opinião. Esse processo de midiaticização seria, conforme argumenta Charaudeau, o responsável pela abolição da fronteira entre o público e o privado. “As instâncias política e civil são tomadas pelos mesmos interesses, não se sabendo mais, verdadeiramente, onde se encontra o poder real. A sociedade midiaticizada vai apoderando-se progressivamente de todo o espaço privado” (CHARAUDEAU, 2006b, p. 26).

A sociedade da midiaticização encontra-se, então, atravessada por duas condições complementares: “a construção de um espaço de comunicação, no qual o ‘agir comunicativo’, como troca de argumentos racionais, deveria constituir uma mediação social entre o Estado e a sociedade civil” e a “construção de um espaço do viver junto, no qual os atores, as ações e os acontecimentos sociais devem ser ‘publicizados’ para que se elabore o julgamento coletivo e se construa um ‘senso comum’” (CHARAUDEAU, 2006b, p. 27).

A opinião pública, o senso comum, é construída na relação entre a instância de produção e a instância de recepção e está intimamente ligada ao domínio do crer, que, por sua vez, possui uma relação direta com o imaginário do saber por meio do qual o sujeito pode exercer seu julgamento. Segundo a visão de Charaudeau (2006a), a opinião tem uma relação direta com o sujeito, revelando o ponto de vista dele sobre um saber, não devendo, entretanto, ser confundida com o conhecimento.

A opinião é o resultado de uma atividade que consiste em ‘reunir elementos heterogêneos e associá-los ou compô-los segundo a lógica do necessário ou do verossímil’. Ela depende, com efeito, de um cálculo de probabilidade, que leva o sujeito a tomar uma atitude intelectual de aceitação ou não da verossimilhança (CHARAUDEAU, 2006a, p. 121).

A relação que se estabelece entre a instância de produção e a instância de recepção consiste em um engajamento, um processo de transação entre ambas. Enquanto a instância de produção atua como “testemunha do mundo” e como “interpelador de um público-cidadão”, a instância de recepção desempenha um

“papel reativo de espelho deformante”. “Deformante” porque o discurso, elemento que conecta essas duas instâncias, depende de imaginários sociais (CHARAUDEAU, 2006a, p. 124). Charaudeau ressalta que não há troca na relação estabelecida entre as de produção e de recepção, pois “a informação é dada a consumir; o público, por seu turno, recebe e interpreta a sua maneira os objetos de informação oferecidos aos seus olhos, sem poder interpelar a instância que os representa” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 124).

Trata-se, pois, apenas de influência – o que já é muito –, mas de uma influência indireta pela assimetria que existe entre uma instância de produção compósita e uma instância de recepção não diretamente acessível. A instância de produção é poderosa em seu conjunto, que é a máquina midiática (CHARAUDEAU, 2006a, p. 125).

A “parceria” entre as instâncias no contrato de comunicação midiático está, dessa forma, baseada na “ressonância”. Cada parte, cada instância, por meio de discursos circulantes em determinada comunidade cultural, sintonizam-se provisoriamente uma com a outra em função do compartilhamento de representações.

Seguindo essa noção de “compartilhamento de representações”, Pena (2010, p.29) trata da opinião da coletividade, que estaria condicionada à ideia de que essa mesma coletividade faz do espaço em que seus pressupostos são construídos, ou seja, da esfera pública que a constitui. Esse autor defende a mudança de significado que se deu no âmbito das mídias: a publicidade, o ato de tornar algo público, que outrora possuía a função de opinião pública, passou a ser um atributo de quem desperta a opinião pública.

Nesse âmbito, Pena (2010) reconhece que houve uma mudança estrutural da esfera pública, tal como afirmou Charaudeau (2006a, 2006b), que, aos poucos, foi dando forma ao conceito de opinião pública. Como a opinião pública é formada e qual é a influência da imprensa nesse processo têm despertado diversas interpretações, como já pudemos expor anteriormente nesta seção; no entanto, é possível delinear uma constante:

As transformações da esfera pública deixam claro que houve a substituição de um espaço destinado para a discussão de causas públicas e valores éticos por outro, muito mais prosaico, em que as representações da realidade interagem com o espetáculo, a simulação e a imagem virtual [...] (PENA, 2010, p. 32).

Retornando à noção de opinião, destacamos, conforme Oliveira (2010), que ela pode ser um ato individual ou ser compartilhada pelos membros de uma sociedade (quer seja por muitos deles quer seja por todos eles). Mas, para configurar uma opinião comum, geral, basta que a maioria dos membros de dada sociedade compartilhe o mesmo ponto de vista. A autora ressalta que essa “maioria” é constituída pelos que “fazem profissão de opinar”, pelos profissionais que, na condição de conhecedores (seja de política, literatura, música, teatro, comportamento humano etc.) expõem sua opinião sobre essa matéria

Considerando esses fatores, como a liberdade de expressão jornalística e a passividade do corpo social, a opinião tem também, segundo a ótica da autora, um caráter político. A opinião “faz agir os membros da “classe política” por meio da sua “competência” persuasiva (...) é ela que determina, em última instância, as ações políticas” (OLIVEIRA, 2010, p. 4). Dessa forma, Landowski (1992) argumenta que a opinião é “manipuladora”, uma vez que intervém nas ações dos políticos e nas convicções do público. O autor distingue ainda as noções de público e de opinião. Landowski (1992), conceitua “público” como uma “coleção de indivíduos” representados por uma “totalidade partitiva”. Já a opinião seria uma “unidade molar”, um “actante coletivo”, ou seja, uma “totalidade integral”.

Hunston e Thompson (1999) argumentam sobre a necessidade de separar, com relação ao termo “opinião”, o que é dito sobre determinada coisa e a opinião autoral. No entendimento dos autores, o primeiro tipo de opinião – sobre entidades – é expressa por sintagmas nominais; o segundo tipo de opinião – que está relacionada a proposições – é expressa por orações. “Isso reflete o fato de que o segundo tipo aparenta ser mais gramaticalizado do que o primeiro” (HUSTON e THOMPSON, 1999, p. 3).

Segundo esses autores, o escritor transmite ao leitor o que ele pensa e sente sobre algo ou alguém por meio da expressão da opinião. Através de avaliações – da expressão textual da opinião – os valores compartilhados por determinados grupos são revelados. Esses valores estão intrinsecamente associados à ideologia da sociedade a que pertence o discurso. Esse vínculo entre a ideologia e os valores se manifesta, na visão de Huston e Thompson (1999), na forma de texto. Elas [as ideologias] “não existem em silêncio, mas também não são expressas abertamente.

Elas são construídas e transmitidas através de textos, e é em textos que a sua natureza é revelada”.⁸ (HUSTON e THOMPSON, 1999, p. 8).

No cenário midiático sobre política, os jornalistas destacam-se como agentes, “porta-vozes da opinião”. Sua função interpretativa da opinião é responsável “tanto por transmitir aos governantes (‘fazer conhecer’) os anseios do povo, suas reações, quanto por informar ao público (‘fazer compreender’) sobre a significação e as razões das condutas políticas” (OLIVEIRA, 2010, p. 5). A partir dessas conceituações, é possível compreender a opinião pública como uma grande força que, filtrada pela atuação dos agentes da comunicação, intervém sobre os sujeitos de uma dada sociedade e manipula/influencia a opinião particular desses. Entretanto, Oliveira (2010) sustenta que tanto jornalistas quanto políticos dispõem de estratégias para se “impor à opinião pública”. É possível, assim, “invocar a opinião para tentar influenciar nas ações de outros sujeitos, ou seja, antecipam-se possíveis juízos da coletividade” (2010, p. 5). Essa estratégia, segundo a autora, é responsável por tornar a mídia e os atores políticos capazes de manipulações intersubjetivas.

A mídia cumpre, ainda, outro importante papel político. Silva (2006, p. 53), tratando especificamente do jornalismo no âmbito político, assinala que à mídia destina-se a função de “traduzir” os temas para que as pessoas possam entendê-los, conscientemente formar um juízo e decidir, direta ou indiretamente, pelos seus representantes na esfera deliberativa do espaço político, que é o espaço do Estado. Nesse raciocínio, pode-se considerar a funcionalidade da mídia enquanto instância “mediadora” da cidadania.

Na visão de Charaudeau (2006b, p. 282), a mídia pode ser denominada como uma “máquina de informar”, que não se resume simplesmente à imagem do jornalista. Ela é mais abrangente, trata-se de um modelo de comunicação, como já dissemos, que comporta duas instâncias compósitas: uma “instância de informação”, composta de diferentes atores (jornalistas, analistas, chefes de redação, âncoras de telejornal etc.), e uma “instância de recepção heterogênea”, composta pelos leitores-ouvintes-telespectadores.

⁸ Ideologies do not exist in silence, but neither are they usually expressed overtly. They are built up and transmitted through texts, and it is in texts that their nature is revealed.

A fim de atingir essa última instância, a de recepção, cuja característica imperativa é ser constituída heterogeneamente por indivíduos de diversos níveis instrucionais, idades, meios sociais e interesses, a mídia faz uso de estratégias discursivas para atrair a atenção do público, cativar seu interesse e despertar sua solidariedade por meio da exposição e explicação dos fatos.

Nesse contexto, a coluna de opinião tem, muitas vezes, conforme Barriga (2008), a função de “orientar”. Ou seja, seu papel social é, por excelência, suprir a necessidade de orientação do cidadão/eleitor no campo político. Segundo a autora, quanto maior é a desorientação no plano político, mais as pessoas se voltam para a mídia; “o desconforto sentido perante situações novas (como é o caso de eleições em que haja indecisão sobre o sentido de voto) leva à procura de informações nos media (...)” (BARRIGA, 2008, p. 8).

Afirma a autora que essa relação de orientação atribuída às colunas de opinião por alguns autores está estabelecida sobre os pilares da intimidade e da confiança entre o colunista e seus leitores.

Os colunistas, ao escolherem os temas, as ideias, os estilos, ao hierarquizarem valores, vão revelando uma personalidade, um modo de ser e estar face aos acontecimentos, certas preferências morais – e por vezes políticas –, determinadas intenções e gostos. A coincidência com esse ethos, esse quadro de referência individual, dá lugar a uma confiança originária que dota o colunista de credibilidade e autoridade, no sentido de reconhecimento social, e que se converte em audiência (BARRIGA, 2008, p. 8).

Os leitores veem, assim, a figura do colunista como uma fonte de explicação para os conflitos. Eles, os leitores, “encontram no jornal alguém com quem estão em sintonia e em quem confiam, aos quais se tornam fiéis, numa atmosfera de intimidade” (BARRIGA, 2008, p. 8).

Cruvinel (2006, p. 219), tratando especificamente do colunismo político, argumenta que, na democracia representativa, é a imprensa livre que aproxima, estabelece a mediação entre os cidadãos e o poder político. É ela a responsável por fornecer a informação, “acompanhada de análise ou de opinião autorizada, que lhes dará [aos cidadãos] elementos para a formação de sua própria opinião, e no conjunto, para a formação da chamada opinião pública”.

A coluna de opinião, gênero que constitui nosso objeto de análise, será discutida e conceituada a seguir.

1.3 Gêneros opinativos

Conforme informado na introdução desta dissertação, nosso *corpus* de estudo constitui-se de 31 textos da coluna opinativa da jornalista Eliane Cantanhêde. Nesta etapa do trabalho, faz-se necessário expormos as noções teóricas vigentes sobre o material linguístico em foco, a começar pela noção de gênero discursivo.

Bakhtin (2010), em seu ensaio sobre os gêneros do discurso, faz considerações sobre a correspondência entre as práticas discursivas e os gêneros. Segundo o autor, em “cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo: é a esses gêneros que correspondem determinados estilos.” (BAKHTIN, 2010, p. 266) Assim sendo, determinadas condições de interação discursiva geram seus respectivos gêneros – “tipos relativamente estáveis de enunciados” com estilo, tema e composição também relativamente estáveis.

Os gêneros, de acordo com Hyon (1996), têm se tornado uma abordagem popular para a análise da forma e da função de discursos não literários. E sua publicação *Genres in three traditions: implications for ESL* (1996), a autora faz um apanhado sobre três teorias de análise de gêneros – Inglês para Fins Específicos (IFE), Teoria de Gêneros Australiana e Nova Retórica (Sociorretórica).

A abordagem teórica de ensino de Inglês para Fins Específicos considera que os gêneros são estruturados como tipos de textos orais e escritos definidos por suas propriedades formais, bem como por seus fins comunicativos em contextos sociais. (HYON, 1996, p. 695). Hyon, ao apresentar essa tradição de análise de gêneros, faz críticas sobre o fato de que “muitos estudiosos de IFE têm atentado para características formais dos gêneros, focando menos nas funções especializadas dos textos e seus contextos sociais circundantes”⁹ (HYON, 1996, p. 698).

A abordagem da Escola Australiana de análise de gêneros tem sido desenvolvida no âmbito dos estudos em Linguística Sistêmico-Funcional. A preocupação dessa tradição teórica de estudo de gêneros consiste nas relações entre a língua e as suas funções em um contexto social. Nessa tradição, as formas

⁹ In their analyses of texts, however, many ESP scholars have paid particular attention to detailing the forma characteristics of genres while focusing less on the specialized functions of texts and their soorounding social contexts.

da língua são modeladas por três características principais do contexto social circundante: *campo*, *relações* e *modo*. Essas três características – ou variáveis contextuais, de acordo com Halliday (1989) – determinam o *registro* da língua. Os gêneros, na escola australiana, são definidos como processos sociais que apresentam estágios e são orientados para determinados fins (MARTIN; CHRISTIE; ROTHERY, 1987). Assim sendo, as mudanças culturais intervêm diretamente nas formas que a língua assume em contextos específicos, de acordo com a função social por ela desempenhada.

A abordagem teórica da Sociorretórica, por sua vez, direciona sua atenção ao contexto situacional em que o gênero ocorre mais do que em suas formas. Enfatiza o propósito social, ou *ações*, que esses gêneros executam dentro dessas situações. Seu foco são os aspectos contextuais e funcionais do gênero. A partir dessa proposta, a ideia de gênero passa a ser vista “não mais como um artefato linguístico-textual, mas como uma ação discursiva que apresenta padrões de regularidade frente às necessidades de situações recorrentes numa determinada cultura” (SILVEIRA, 2005, p. 76).

Nesta pesquisa, o gênero coluna de opinião é entendido a partir da perspectiva Sociorretórica como uma ação retórica fundamentada na situação comunicativa estabelecida entre o colunista e seus leitores. Compartilhando da visão de Miller (2009, p. 41), compreendemos o gênero como “um meio retórico para a mediação das intenções privadas e da exigência social; ele é motivador ao ligar o privado com o público, o singular com o recorrente”. Ainda segundo Miller (1984), gêneros são formas culturais e cognitivas de ação social, corporificadas na linguagem.

Bazerman (2006, p. 23), seguindo a linha sociorretórica e compartilhando do entender de Miller, acrescenta que “gêneros não são apenas formas. Gêneros são formas de vida, modos de ser. São frames para a ação social”. Para o autor, eles são “fenômenos de reconhecimento psicossocial que são parte de processos de atividades socialmente organizadas” (BAZERMAN, 2005, p. 31).

Podemos argumentar com Péret Dell’Isola (2012, p. 17) que “os gêneros estão intimamente relacionados a situações sociais concretas, repetidas, típicas de uso efetivo da língua” e que “há padrões de correlação entre o texto e contexto”. Nesse, sentido, o gênero coluna de opinião, que constitui nosso objeto de pesquisa, pode ser entendido como a instância linguístico-textual de uma prática social

específica, cuja situação comunicativa instaurada se constrói pela interação, na medida em que a colunista expõe sua opinião, desenvolve suas avaliações sobre as circunstâncias político-brasileiras atuais, submetendo-as aos leitores, em um contexto jornalístico dado.

1.3.1 Coluna de opinião

No âmbito midiático, Melo (1994) compreende a relação entre a cultura e as formas e funções assumidas pela linguagem. Abordando especificamente os gêneros opinativos do jornal, dentre os quais está a coluna de opinião, Melo (1994) entende que a estruturação de caráter empresarial que assumiu a imprensa brasileira, tornando-se uma instituição e “assumindo o caráter de organização complexa, que conta com equipes de assalariados e colaboradores”, foi responsável pela fragmentação da expressão da opinião. Se outrora a imprensa era um “empreendimento individual”, atualmente “condiciona-se a perspectiva de observação dos diferentes núcleos emissores” (1994, p. 93).

Melo (1994) estabelece uma pertinente distinção entre dois diferentes núcleos em torno dos quais o discurso jornalístico se articula: a informação e a opinião. A esse respeito, Savianirey (2002) argumenta a necessidade de estabelecimento de diferenciações entre textos informativos e opinativos a fim de se compreender “o que se passa no plano do jornalismo”.

Narrar é contar um fato, dissertar é construir um texto a partir de ideias, com considerações a respeito de um tema com a finalidade de expor, explanar, explicar ou interpretar essas ideias. E aí temos a informação de um lado e a opinião do outro, distintas na forma redacional e factual uma, crítica a outra (SAVIANIREY, 2002. p. 63).

Savianirey (2002), citando Bahia (1997)¹⁰, esclarece que, historicamente, os jornais, em sua origem, são opinativos e não informativos. Além disso, eles manifestavam “uma visão política, doutrinária e crítica, baseada no proselitismo ideológico, até o momento em que a notícia assume papel preponderante nos meios

¹⁰ BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.

de comunicação de massa e absorve a prioridade dos jornais” (SAVIANIREY, 2002, p. 64).

Campo (2002, p. 1) corrobora a afirmação de Savianirey e acrescenta que, em meados dos anos 30, houve um movimento de profissionalização dos jornais; a partir disso, cada gênero passou a ter sua valorização específica. O texto opinativo passou a ocupar a página dois para os editoriais da empresa e para os artigos assinados. “Colunas e demais textos assinados, em todo o jornal, revelam a característica de um texto voltado para a persuasão opinativa” (CAMPO, 2002, p. 1-2).

No âmbito do jornalismo opinativo, Melo (1994) concebe uma tipologia de oito gêneros de texto: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura, carta. De acordo com o autor, a opinião expressa pela empresa jornalística, além de se manifestar no “conjunto da orientação editorial”, por meio de recursos como seleção de material, destaque e titulação, manifesta-se oficialmente no editorial. Já a opinião do jornalista “apresenta-se sob a forma de comentário, resenha, coluna, crônica, caricatura e, eventualmente, artigo”. Há também, nos jornais, espaço para a opinião do colaborador, “geralmente personalidades representativas da sociedade civil, que buscam os espaços jornalísticos para participar da vida política e cultural”, manifestada sob a forma de artigos, e para a opinião do leitor, expressa através da carta (MELO, 1994, p. 94).

Historicamente, o termo coluna está relacionado a uma caracterização diagramática, uma vez que as matérias eram dispostas em colunas de cima para baixo. Contemporaneamente, a diagramação dos jornais passou a ser não mais vertical, mas horizontal. Mesmo assim, a denominação de coluna ainda prevalece, independentemente da sua forma gráfica.

A definição da coluna, ainda segundo Melo (1994, p. 136), possibilita interpretações ambíguas, podendo ser entendida como um “entrecruzamento” de várias formas de expressão. Trata-se, portanto, de um “mosaico”, ágil e abrangente, constituído por pequenas unidades informativas e opinativas

A coluna assume um lugar de destaque no jornalismo, ocupando-se principalmente dos bastidores da notícia, “descobrimo fatos que estão por acontecer, pinçando opiniões que ainda não se expressaram, ou exercendo um trabalho sutil de orientação da opinião pública” (MELO, 1994, p. 137). Essa é também, segundo Teixeira (2004, p. 120), a principal função desse tipo de texto

jornalístico, e que o faz diferir das demais formas do jornalismo opinativo – editorial, crônica, artigo de opinião: a capacidade de trazer análises precisas dos fatos jornalísticos, ou, ainda, “furos” de notícias, possibilitados pelo acesso que os colunistas têm com fontes privilegiadas dos mais variados campos sociais, dentre eles, o político. “Estes espaços costumam não apenas agendar a própria mídia – sobretudo quando revelam algo que nenhum outro veículo ainda abordou – como têm ampla interferência nas esferas sobre as quais versam.” (TEIXEIRA, 2004, p. 120). De acordo com Rêgo (2007, 0.9), a coluna é o espaço do novo, lugar em que as ideias são lançadas, os acontecimentos são pronunciados e também, os leitores são “orientados” sobre os assuntos que interessam à coletividade.

Quanto ao propósito discursivo, Melo (1994, p. 138) registra que, aparentemente,

a coluna tem caráter informativo, registrando apenas o que está ocorrendo na sociedade. Mas, na prática, é uma seção que emite juízos de valor, com sutileza ou de modo ostensivo. O próprio ato de selecionar os fatos e os personagens a merecerem registro já revela o seu caráter opinativo (MELO, 1994, p. 138).

Em vista disso, a coluna assume um papel “levemente persuasivo”, pois vai além de simplesmente emitir uma opinião. Ela “conduz os que formam a opinião pública veiculando versões dos fatos que lhe darão contorno definitivo” (MELO, 1994, p. 142). O colunismo, no entender deste autor (1994, p. 143), “funciona psicologicamente como câmara de eco dos rumores que circulam na sociedade”.

Nesse sentido, o papel social desempenhado pelo colunista, nas palavras de Melo (1994, p. 143), “extrapola a sua atuação profissional como jornalista”. O colunista assume o papel de promotor social: “deixa de ser um mero observador da realidade para registrá-la e valorá-la”. Além disso, ele fatura o prestígio de sua coluna e aproveita o relacionamento que obtém nos ambientes que frequenta (...)” (MELO, 2003, p. 147).

Campo (2002) também comenta a inserção do jornalista nos diversos ambientes sociais que servem de fonte para as suas colunas. Segundo esse autor, “opinará com mais segurança – e assim prestará melhor serviço de orientação ao leitor – o colunista que tiver as melhores fontes e que reunir condições de respeito e confiabilidade” (CAMPO, 2002, p. 8).

Sendo assim, o colunista é uma pessoa que possui informações privilegiadas sobre o campo em que atua. Isso lhe possibilita, além de acesso às esferas de poder, divulgar, por exemplo, informações em “primeira mão”, garantindo, afirmando seu prestígio perante o público. Em consideração a esses fatores, os colunistas desfrutam de um lugar privilegiado nos veículos em que atuam e suas colunas tornam-se influentes (TEIXEIRA, 2004, p. 120).

Tendo em vista o alcance das suas colunas, o colunista deve ser sensível à parcela de “pessoalidade” que sustenta seu discurso. É consenso entre os autores que versam sobre os gêneros opinativos do jornal (MELO, 2003; RABAÇA e BARBOSA, 2010; TEIXEIRA, 2004; RÊGO, 2007) que as colunas são espaços em que a opinião pessoal mais se faz presente.

No entanto, conforme Teixeira (2004, p. 121), um bom colunista é

aquele que consegue aliar informação jornalística e opinião, sem, no entanto, transformar o espaço ocupado nos veículos em um local para que se manifeste de forma clara, como acontece com os cronistas. Suas posições devem ser norteadas por dados, fontes, elementos que ajudem o leitor a interpretar melhor a realidade à sua volta. [...] As informações que oferecem são tomadas como verdades, como frutos de alguma apuração, confiáveis e, por isso, dignas de merecer a atenção e a resposta – sob as mais variadas formas – das esferas que se sentem de algum modo atingidas (TEIXEIRA, 2004, p. 121).

A concepção de Piza (2007, p. 143) sobre a manifestação da “pessoalidade” do colunista é um tanto diversa da de Teixeira (2004). Piza (2007) argumenta que o caráter mais pessoal das colunas de opinião tem um papel importante na constituição da opinião do público. Coadunando com o entendimento de Barriga (2008) sobre a relação de intimidade entre o colunista e seu público, Piza (2007, p.79) defende que o autor de uma coluna “pode assumir um tom mais pessoal, mais solto, como um diário de suas opiniões e reflexões, até porque lida também com a continuidade do leitor [...] que vai sendo cativado por aquela ‘amizade intelectual”’.

Campo (2002), discutindo o atributo “pessoal” da coluna, o reflexo da opinião do autor no texto, pondera que um comentarista político, mesmo que aparentemente se afaste da objetividade narrativa, busca uma precisão maior em sua análise. “Cabe-lhe tentar a captação de todos os fatores, de todas as circunstâncias em que se desenrola e se desdobra o acontecimento” (CAMPO, 2002, p. 2).

Com relação às características formais, a coluna, tal como uma matéria curta, tem sua extensão pautada entre 500 e 800 palavras. Em termos gerais, as colunas

apresentam-se sob diferentes tipos de acordo com a sua área de atuação. Conforme a classificação de Bond (1962), as colunas podem ser de quatro tipos – coluna padrão, coluna miscelânea, coluna de mexericos e coluna sobre bastidores da política. A “coluna padrão” dedica-se aos assuntos editoriais de menor importância, dando-lhes um tratamento superficial, sugerindo tendências ou propondo padrões de julgamento. A “coluna miscelânea” combina prosa e verso, seus temas são variados e expostos, muitas vezes, em tom de humor e sarcasmo. A “coluna de mexericos” é centralizada em pessoas, da alta sociedade, famosos, ou, até mesmo, figuras de destaque na comunidade em que o jornal circula. Esse tipo de coluna subdivide-se em ramos de atividades: teatro, música, cinema, esporte, economia. A “coluna sobre os bastidores da política” é, segundo Melo (1994, p. 138), uma variante da coluna de mexericos, “mas sem adotar a sua tagarelice, situa o leitor no mundo do poder, mostrando-o na sua intimidade”.

1.3.2 Coluna de opinião política

Na imprensa brasileira, as colunas atuam em setores como política, atividades sociais, acontecimentos policiais, economia, esportes, manifestações culturais (como literatura, música, televisão, cinema). Dentre os diversos tipos de colunas, as que tratam de assuntos políticos podem ainda diferenciar-se quanto à natureza. De acordo com Cruvinel (2006, p. 215), duas práticas jornalísticas distintas dão forma a dois tipos diversos de colunas políticas: as de análise/interpretação e as de opinião.

As transformações político-sociais dos últimos anos – fatores como a plena liberdade de imprensa, o fortalecimento do poder civil, o complexo sistema político e a ascensão de uma cidadania mais ativa – identificada por Cruvinel (2006) como “a nova sociedade civil”, criou novas demandas de informação com relação à cobertura política.

[A nova sociedade civil] Passou a exigir não apenas mais e melhor informação, mas também informação complementar qualificada para a formação de sua própria opinião, sob a forma de análise, interpretação ou opinião autorizada. Esses três últimos produtos tomaram, com mais

frequência, a forma de colunas políticas, com conteúdos e formatos variados (CRUVINEL, 2006, p. 213-214).

A nova cidadania, estabelecida com a redemocratização pós-ditadura militar, “gerou um leitor e/ou consumidor geral de informação mais exigente, que já não se contenta apenas com a reportagem política convencional” (CRUVINEL, 2006, p. 214). A demanda social por informação política é, segundo Cruvinel, a responsável pelo colunismo, que se expande e se consolida como gênero jornalístico a partir da década de 1990.

Como já foi dito, em consonância com as demandas do “novo público”, os leitores/consumidores de informação cada vez mais exigentes, a imprensa viu-se diante da necessidade de, em um primeiro momento, valorizar a informação e separá-la da linha editorial, movimento esse que Cruvinel denomina como “despartidarização”. Em um segundo momento, a imprensa deparou-se com a necessidade de complementaridade da informação, pois os leitores passaram a não mais se contentar apenas com, por exemplo, uma “matéria sobre o resultado de uma votação no Parlamento. Passaram a se interessar também pelas causas, pelo comportamento dos principais agentes políticos e pelas consequências da conduta de seus representantes” (CRUVINEL, 2006, p. 227). Dessa demanda surgiu a necessidade de um espaço de reflexão e de interpretação da notícia, o que foi suprido, sobretudo, pelas colunas políticas preocupadas especificamente com a interpretação e a análise dos fatos políticos. A periodicidade dessas colunas é “quase sempre diária”, uma vez que buscam sintonia com o noticiário do dia (CRUVINEL, 2006).

Aos fatos, acrescentam informações exclusivas sobre o que aconteceu nos bastidores, buscam identificar as razões e os interesses que mobilizaram os agentes políticos, apontam eventuais conflitos e possíveis falhas de articulação, sugerem os cenários mais prováveis para o desenvolvimento de determinada situação política, levando sempre em conta que do outro lado há um leitor já informado, mas interessado em compreender melhor o fato em questão para formar sua própria opinião (CRUVINEL, 2006, p. 228).

Na coluna política analítica/interpretativa, o trabalho do colunista, por estar intimamente ligado ao ato de noticiar, vê-se sujeito a um maior rigor ético, uma vez que envolve “a subjetividade do jornalista em sua avaliação e na seleção dos aspectos a destacar” (CRUVINEL, 2006, p. 228). A coluna política de opinião, conforme as palavras de Cruvinel, “é outra coisa”. O jornalismo de natureza

opinativa tem lugar no editorial dos veículos e também aparecem sob a forma de colunas e de artigos de opinião. Esses dois últimos constituem-se em espaços reservados a “figuras da sociedade, jornalistas ou não, que por seu conhecimento, experiência ou respeitabilidade terão uma opinião autorizada sobre determinados assuntos” (CRUVINEL, 2006, p. 229). Como já referimos, o jornalismo de opinião em política é pautado pela credibilidade e autoridade, pois se pressupõe que seu emissor tenha conhecimento ou legitimidade que autorizem sua opinião. No entanto, tal qual o jornalismo de análise e interpretação, o jornalismo de opinião política não deve, na visão de Cruvinel (2006), restringir-se ao proselitismo condenatório ou louvatório, ou perderá a autoridade.

A autora acrescenta que esta “opinião privada publicada” tem como interesse essencial influenciar a opinião pública, que, segundo ela (CRUVINEL, 2006, p. 230), representa apenas uma parcela da sociedade, “a parcela mais bem-informada, mais bem-educada e mais disposta à mobilização política”. Cruvinel define opinião pública a partir da célebre conceituação de Franklin Martins (2005). A opinião pública seria, então, “uma velha senhora, volúvel, irrequieta e temperamental, um tanto quanto excêntrica e muito mandona”, porém, de bom coração e bons valores e que tem o hábito “perigoso” de “simplificar as coisas e pronunciar verdades absolutas e definitivas sobre tudo” (MARTINS, 2005). Cruvinel (2006, p. 230), sobre a metáfora proposta por Franklin Martins, argumenta que essa “senhora” é a responsável pela prática de fiscalização da imprensa e que é preciso respeitá-la, “mas não fazer jornalismo, de análise ou de opinião, buscando apenas constatá-la”.

Para falar da relação entre jornalismo de opinião e formação da opinião pública, Cruvinel (2006, p. 230-231) resgata duas teorias que, cada uma, a seu modo, buscam uma formulação sobre esse processo. Uma delas seria a chamada “teoria do espelho”, metáfora que tem em sua base a ideia de que o jornalismo reflete a realidade. No âmbito do jornalismo de opinião, o jornalista expressaria a “soma de opiniões médias, funcionando como um espelho da sociedade, um intérprete dos seus sentimentos e reações”. Essa teoria é refutada pela autora, pois, apesar de os jornalistas não viverem em uma “torre de marfim”, “nada lhes propicia esta capacidade de interpretar os sentimentos e impulsos sociais médios”.

Outra formulação que versa sobre a construção da opinião pública e que contradiz a teoria do espelho constitui-se segundo a metáfora da “cascata”. Nesse prisma, a construção da opinião pública se daria, de acordo com Cruvinel (2006, p.

231), “em um processo de cascata, a partir da mídia e dos formadores de opinião, sendo absorvida, reproduzida e mesmo modificada na medida em que se propaga pelos diferentes segmentos até atingir a base da pirâmide social”.

Já na definição de Melo (1994, p. 140), acerca da relação entre o colunismo e a parcela social que constitui o público-leitor, a prática do colunista está orientada a atender a três funções. Em primeiro lugar, o público tem uma necessidade substitutiva e o colunista deve saber atender a ela. Em segundo lugar, ao insinuar fatos, lançar ideias, sugerir situações, o signatário de uma coluna está exercendo a função de “balão de ensaio”, avaliando a repercussão dos suas avaliações. Em terceiro lugar, segundo o autor, a coluna tem a função de alimentar a vaidade das pessoas importantes, oferecendo modelos de comportamento e estimulando o modismo.

Até este ponto, buscamos mostrar a influência recíproca entre o contexto social e o material midiático que corresponde ao nosso objeto de análise neste trabalho. Nilton Hernandes (2006) defende a elaboração de uma nova proposta de análise dos jornais e do jornalismo brasileiros.

Ninguém nega o poder dos jornais [...]. É de uma obviedade inquestionável, por exemplo, afirmar que o *Jornal Nacional* manipula nossa emoção. Ou que os principais jornais estão a serviço dos interesses da elite dominante. Mas complicado é tentar responder: como fazem isso? Que mecanismos colocam em funcionamento para fazer determinados pontos de vista se tornarem verdadeiras bandeiras em uma sociedade? (HERNANDES, 2006, p. 9).

Compartilhando desses questionamentos e com o intento de propor uma metodologia de análise para colunas de opinião, tomaremos como base as premissas da Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF).

CAPÍTULO 2 – LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

Neste capítulo, apresentamos a segunda parte da perspectiva teórico-metodológica que fundamenta este estudo. Iniciamos o Capítulo 2 apresentando a Linguística Sistêmico-Funcional, perspectiva teórica que adotamos para analisar os dados contextuais e textuais desta pesquisa. Na seção 2.1, detemo-nos na conceituação dos significados interpessoais da linguagem. Na seção 2.2, aprofundamos nossa conceituação sobre o Sistema de Avaliatividade, abordagem semântico-discursiva de análise dos recursos interpessoais da linguagem.

Desenvolvida por M. A. K. Halliday, a LSF descreve a linguagem como um sistema semiótico, como um sistema de recursos de significados. Um dos propósitos dessa abordagem é estudar como as pessoas negociam significados por meio da linguagem.

Nesse sentido, a perspectiva sistêmico-funcional demonstra-se relevante para este estudo, pois tem como foco o “social”, nas funções sociais que determinam o que é linguagem e como ela evoluiu (HALLIDAY, 1989, p. 3). A linguagem é vista sob a perspectiva sócio-semiótica, o que implica dizer que ela é um entre uma série de sistemas de significados que, tomados em conjunto, constituem a cultura humana (HALLIDAY, 1989, p. 4).

Nessa perspectiva, os estudos preocupam-se principalmente com as “relações entre linguagem e estrutura social como um aspecto do sistema social¹¹” (HALLIDAY, 1989, p. 4). A linguagem é vista como um recurso para estabelecer trocas de significados entre indivíduos em um determinado meio social, sendo, por esse motivo, funcional, pois o falante pode, por meio da utilização de uma rede semiótica – a gramática –, escolher os recursos léxico-gramaticais mais apropriados para constituir os significados pretendidos.

Segundo Halliday (1989), devemos entender a língua em suas relações com a estrutura social, pois é por meio dela que o falante expressa suas concepções de mundo, materializando, em seu discurso, a cultura na qual está inserido. O discurso, por sua vez, para a LSF, é constituído por duas instâncias: o texto e o contexto. Texto, para Halliday (1989, p. 10), é “qualquer instância da linguagem viva que está

¹¹ [...] we are concerned particularly with the [relationships between language and social structure as one aspect of the social system.

desempenhando alguma parte em um contexto de situação”¹². Por contexto, pode-se considerar tudo o que precede o texto, ou seja, a situação em que essa materialidade linguística ocorre (HALLIDAY, 1989, p. 5).

A concepção de contexto é essencial para a teoria sistêmico-funcional. Conforme Halliday e Matthiessen (2004), o contexto constitui o nível mais elevado dentre os estratos linguísticos, tais como a semântica, a léxico-gramática e a fonologia/grafologia. Todos esses estratos são interdependentes e subordinados ao contexto, conforme a Figura 1.

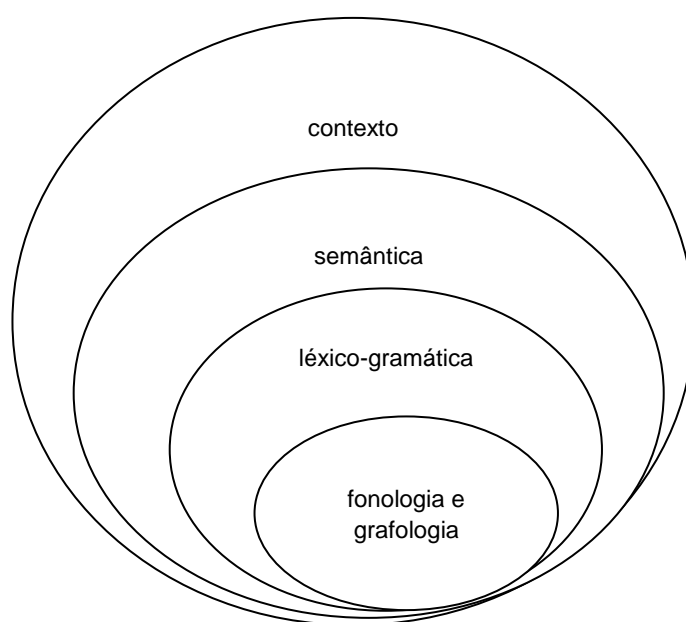


Figura 1 – Linguagem como sistema de estratos (adaptado de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 25).

Dessa forma, para podermos ter uma compreensão mais abrangente de determinado texto, é preciso considerar o “lugar”, as condições imediatas em que ele foi produzido, além do ambiente sociocultural que o permeia. Mais especificamente, é necessário, para que entendamos o texto, distinguir dois níveis contextuais¹³: o “contexto de situação”, que diz respeito ao seu lugar de formação, ambiente no qual ele está, de fato, funcionando, e o “contexto de cultura”, que é toda a história cultural por trás dos participantes e por trás do tipo de prática nas quais eles estão engajados (HALLIDAY, 1989, p. 6). Ainda, conforme as considerações de Hasan

¹² [...] any instance of living language that is playing some part in a context of situation [...].

¹³ Halliday (1989) baseia-se no trabalho do antropologista Bronislaw Malinowski (1923, 1935) para elaborar a teorização do contexto.

(1989), é possível caracterizar o contexto de situação segundo um modelo conceitual formado pelas variáveis campo, relações e modo.

O conceito de campo diz respeito à atividade que está acontecendo, à natureza da ação social que está ocorrendo, na qual os participantes estão envolvidos. A definição de relações trata dos participantes, da natureza dos papéis que desempenham, do grau de controle de um participante sobre o outro, da relação entre eles (seja hierárquica ou não) e da distância social ou do grau de formalidade. O conceito de modo refere-se à função específica que a linguagem exerce e ao veículo utilizado naquela situação ou, ainda, ao que os participantes esperam que a linguagem faça por eles em determinada situação. Essa variável trata do papel da linguagem (se é constitutiva ou auxiliar/suplementar), do compartilhamento entre os participantes (dialógico ou monológico), do canal (gráfico ou fônico) e do meio (falado – com ou sem contato visual, ou escrito). Essas três categorias (campo, relações e modo) “nos permitem dar uma caracterização da natureza deste tipo de texto, que se aplicará a textos similares em qualquer idioma. Mas podemos usar as mesmas designações gerais para a descrição de um texto de qualquer tipo”¹⁴ (HALLIDAY, 1989, p. 13).

Segundo a proposta sistêmico-funcional de Halliday (HALLIDAY, 1989; HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004), a língua é constituída por três componentes funcionais relacionados aos sentidos com que a linguagem é usada. O autor ressalta que o termo função, nessa abordagem, é interpretado não apenas como o uso da linguagem, mas como a sua propriedade fundamental (HALLIDAY, 1989, p. 17). O sistema da língua, para a LSF, está organizado segundo três metafunções relacionadas às variáveis contextuais: a metafunção ideacional (em relação à variável campo), a metafunção interpessoal (em referência à variável relação) e a metafunção textual (em relação à variável modo).

A abordagem hallidayana enfatiza as relações sistemáticas entre a organização da linguagem e a organização do contexto. A relação entre os componentes linguísticos (as metafunções ideacional, interpessoal e textual) e as variáveis contextuais (campo, relações e modo) é denominada realização. A realização, segundo Eggins e Martin (1997),

¹⁴ The three headings of field, tenor, and mode enable us to give a characterization of the nature of this kind of a text, one which will do for similar texts in any language. But we can use the same general headings for the description of a text of any kind.

refere-se à maneira pela qual diferentes tipos de campo, relações e modo condicionam o significado ideacional, interpessoal e textual; lendo a partir da perspectiva da linguagem, realização refere-se à maneira pela qual diferentes escolhas ideacionais, interpessoais e textuais constroem diferentes tipos de campo, relações e modo¹⁵ (EGGINS e MARTIN, 1997, p. 241).

A Figura 2, a seguir, apresenta a correspondência entre as metafunções da linguagem e as variáveis contextuais.

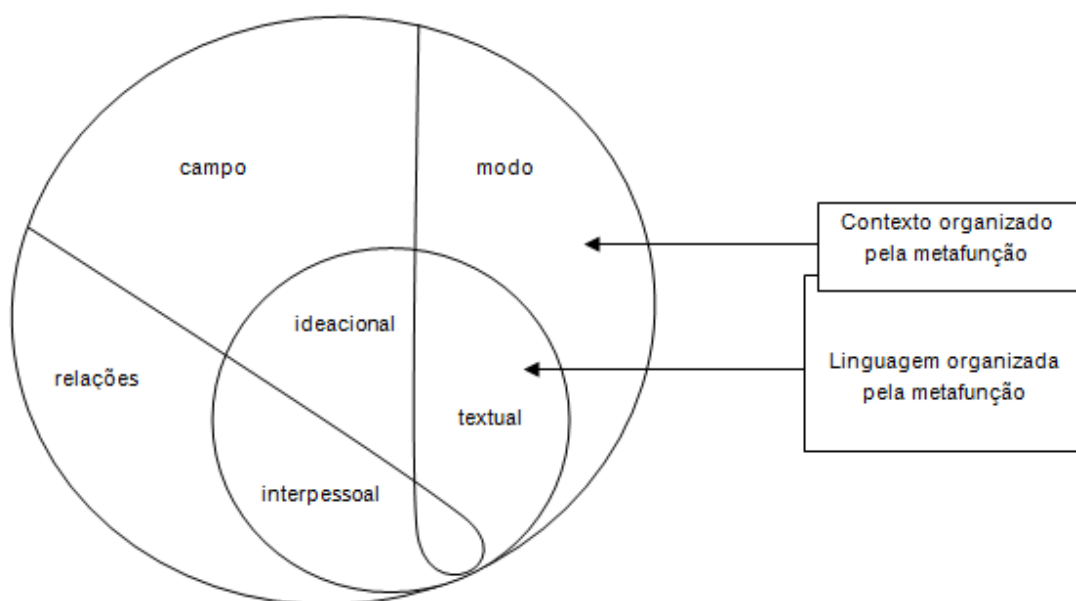


Figura 2 – Contexto e linguagem no modelo sistêmico-funcional (adaptado de EGGINS e MARTIN, 1997, p. 242).

A metafunção ideacional diz respeito à experiência humana. Ela é responsável pela representação do conhecimento de mundo do falante (seja do mundo material, seja do mundo interior). Essa metafunção corresponde à representação dos conhecimentos e de crenças de um indivíduo por meio da linguagem. Os significados ideacionais podem ser distinguidos em dois componentes, realizados gramaticalmente pelo sistema de transitividade: o experiencial e o lógico (HALLIDAY e MATTHIEISSEN, 2004, p. 29).

¹⁵ [...] realization refers to the way in which different types of field, tenor and mode condition ideational, interpersonal and textual meaning; read from the perspective of language, realization refers to the way in which different ideational, interpersonal and textual choices construct different types of field, tenor and mode.

A metafunção interpessoal habilita o falante a participar de um evento comunicativo e a estabelecer relações sociais com os demais participantes. Por meio dessa metafunção, o falante expressa seus julgamentos, atitudes e opiniões sobre o mundo.

Enquanto interpreta, a linguagem está sempre também decretando: promulgando nossas relações pessoais e sociais com as outras pessoas ao nosso redor. A oração da gramática não é apenas uma figura, representando algum processo (...), é também uma proposição, ou uma proposta, que nos informa ou questiona, dá uma ordem ou faz uma oferta, e expressa nossa apreciação e atitude para com quem estamos lidando e que estamos falando. Este tipo de significado é mais ativo: se a função ideacional da gramática é 'a linguagem como reflexão', esta é 'a linguagem como ação'¹⁶ (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 29).

A metafunção textual, o terceiro tipo de significado, está relacionada à construção do texto. Essa metafunção pode ser considerada como concessora ou facilitadora, uma vez que as outras duas funções – a experiencial e a interpessoal – dependem dela para serem capazes de construir sequências de discurso, organizar o fluxo discursivo e dar coesão e continuidade ao texto (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 30).

Considerando as três metafunções, segundo a perspectiva sistêmico-funcional, que realizam gramaticalmente cada um dos significados constitutivos da linguagem, é possível estabelecer uma correspondência em termos de representação (metafunção experiencial), mensagem (metafunção textual) e troca (metafunção interpessoal). A seguir, na seção 2.1, abordaremos detalhadamente a metafunção interpessoal da linguagem (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004). Essa metafunção interessa-nos por ser a região teórica na qual o Sistema da Avaliatividade (MARTIN e WHITE, 2005) foi desenvolvido.

¹⁶ While construing, language is always also enacting: enacting our personal and social relationships with the other people around us. The clause of the grammar is not only a figure, representing some process (...), it is also a proposition, or a proposal, whereby we inform or question, give an order or make an offer, and express our appraisal of and attitude towards whoever we are addressing and what we are talking about. This kind of meaning is more active: if the ideational function of the grammar is 'language as reflection', this is 'language as action'.

2.1 Significados interpessoais

No componente interpessoal, a oração está organizada como um evento interativo envolvendo o falante (ou escritor) e a audiência, atribuindo-se, por esse motivo, o termo “troca¹⁷” ou interação como seu definidor. No ato de fala, o falante adota um papel particular no discurso, e, ao mesmo tempo, ele atribui ao seu ouvinte um papel complementar, visando a sua aprovação. Essa dinâmica de interação, o ato de fala, é definida como “uma troca, na qual dar implica receber e solicitar implica dar como resposta”¹⁸ (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 107).

A natureza da mercadoria que está em negociação no ato de fala (bens e serviços ou informações) determina os papéis na troca (dar e solicitar). Bens e serviços referem-se a trocas de objetos ou atos, sendo estritamente não verbais. Já a troca de informações tem como fim e como meio a linguagem verbal. As funções de fala, resultantes da combinação desses elementos, são demonstradas no Quadro 1.

PAPEL DE FALA	MERCADORIA TROCADA	
	Bens e serviços	Informação
DAR	OFERTA	DECLARAÇÃO
SOLICITAR	COMANDO	PERGUNTA

Quadro 1 – Dar ou receber bens e serviços ou informações (adaptado de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 107).

Quando o falante, na troca de informação, faz uma declaração ou uma pergunta, ele está realizando uma proposição. Quando, na troca de bens e serviços, faz uma oferta ou um comando, o falante realiza uma proposta (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 111).

¹⁷ No original, em inglês, a palavra utilizada por Halliday e Matthiessen (2004) é *exchange*.

¹⁸ (...) it is an exchange, in which given implies receiving and demanding implies given in response.

Léxico-gramaticalmente, as proposições e as propostas são realizadas pelo MODO. Esse sistema interpessoal primário gramaticaliza o sistema semântico de funções de fala na oração. O MODO pode apresentar-se na forma de interrogação, de declaração ou de ordem (imperativo). Já o Modo (apenas com a inicial em maiúscula), juntamente do Resíduo, correspondem aos componentes da oração interpessoal. A estrutura do Modo (Sujeito e Finito) designa o MODO semântico da função de fala realizada pela oração.

O elemento Sujeito corresponde ao grupo nominal da oração e pode também ser manifestado por pronomes pessoais, demonstrativos e outros. O Finito é a parte do grupo verbal que expressa o tempo verbal ou a modalidade. O restante da oração denomina-se Resíduo (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 114).

Como vimos, o elemento Finito é composto pelo tempo verbal, que refere o tempo do discurso, e pela modalidade, que tem relação com o julgamento do falante ou com a solicitação do julgamento do ouvinte sobre o que está sendo dito. A modalidade é, segundo Halliday e Matthiessen (2004), a região de graus intermediários entre a polaridade positiva e negativa do discurso. Em outras palavras, ela constrói um campo de incerteza entre o “sim” e o “não”, e esse espaço age sobre as proposições e propostas de formas diferentes.

Nas proposições, o sentido dos polos positivo e negativo refere-se ao que “é” e ao que “não é”, respectivamente. No exemplo 1, a seguir, retirado do nosso *corpus*, temos a realização de uma proposição.

1	Brasília é uma cidade vigorosa.	(C#13)
---	---------------------------------	--------

A modalidade em proposições pode ser de probabilidade (possivelmente, provavelmente, certamente) e de usualidade (às vezes, usualmente, sempre). As modalizações, que são as escalas entre os referentes de modalidade, podem ser expressas ou por um operador modal no grupo verbal ou por adjuntos modais. Em formas declarativas, a modalidade expressa a opinião do falante. Já em forma interrogativa, configura um pedido pela opinião do ouvinte.

Nas propostas, a polaridade refere-se a “faça” e “não faça”. A escala de modulação é relativa à função discursiva da proposta. Em comandos, temos escalas de obrigação (o que é permitido, suposto, necessário que se faça), tal como

demonstrado pelo exemplo 2, logo abaixo. Em ofertas, teremos escalas de inclinação (disposto, ansioso, determinado a fazer). A modulação pode ser expressa por um operador modal em um grupo verbal ou por uma extensão do Predicador.

2	Leia-se:	(C#31)
---	----------	--------

Os tipos de modalidade podem ser vislumbrados na Figura 3, a seguir.

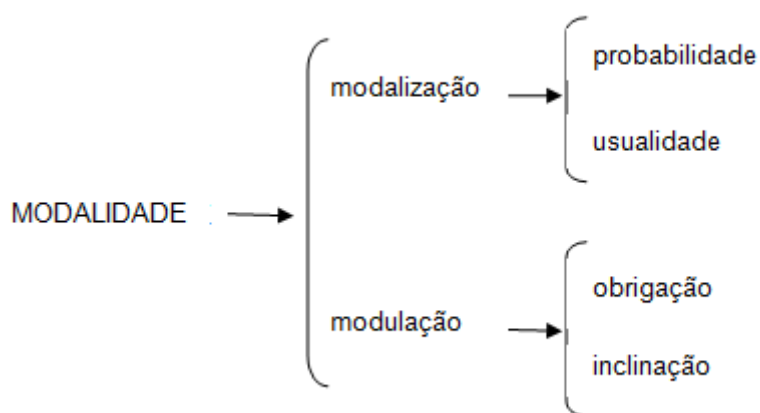


Figura 3 – Tipos de modalidade (adaptado de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 150).

Em meados da década de 1990, um grupo de linguistas systemicistas de Sydney, preocupados com a vasta gama de recursos interpessoais, propôs-se a desenvolver uma esquematização teórica para analisar a avaliação no discurso, sob a perspectiva dos usuários da língua (OCHS, 1989; HUNSTON e THOMPSON, 1999). Hunston e Thompson (1999) argumentam que a opinião (seja do escritor, seja do falante) expressa por um texto é uma importante característica da linguagem, exigindo portanto uma completa descrição de seus significado.

Esses estudos partem da categorização léxico-gramatical de Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (2004) dos significados interpessoais, cuja abordagem trata separadamente dos significados atitudinais e da modalidade. Martin (2003) segue essa abordagem e ainda expande os significados atitudinais, servindo-se do termo

*appraisal*¹⁹ para estabelecer as subcategorias de afeto, de julgamento e de apreciação.

A seguir, na seção 2.2, abordamos o conceito de *appraisal* e a sistematização da teoria da avaliatividade proposta por Martin e White (2005).

2.2 Sistema de avaliatividade

O sistema de avaliatividade, desenvolvido por Martin e seus colegas, em meados da década de 90, foi consolidado na publicação de *The language of evaluation – appraisal in English* (MARTIN e WHITE, 2005). Trata-se de uma sistematização, com base na perspectiva sistêmico-funcional da linguagem, dos diferentes mecanismos e recursos avaliativos utilizados em língua inglesa. Considerando o sistema de estratos desenvolvido pela Linguística Sistêmico-Funcional, a avaliatividade desenvolve-se no nível da semântica discursiva, entre a léxico-gramática e o contexto (o sistema de estratos está representado pela Figura 1, na página 30). Nas palavras dos autores, podemos “localizar a avaliação como um sistema interpessoal ao nível da semântica do discurso. Neste nível coarticulam-se dois outros sistemas de significados interpessoais - negociação e envolvimento”²⁰ (MARTIN e WHITE, 2005, p. 33).

O sistema de avaliatividade é complementado pelo sistema de negociação – cujo foco são os aspectos interativos do discurso, funções de fala e estrutura de troca –, e pelo sistema de envolvimento – cujo foco são os recursos não graduáveis para negociar as trocas na variável contextual relações. A semântica interpessoal, as relações entre os três sistemas que compõem esse nível discursivo e o registro podem ser visualizadas no Quadro 2.

¹⁹ Em português, convencionou-se que o termo *appraisal* seria traduzido por avaliatividade (VIAN Jr.; SOUZA; ALMEIDA, 2010).

²⁰ (...) we can locate appraisal as an interpersonal system at the level of discourse semantics. At this level it co-articulates interpersonal meaning with two other systems - negotiating and involvement.

Registro	Semântica do discurso
Relações	Negociação -funções de fala -estrutura de troca
Poder (status)	Avaliação -engajamento -afeto -julgamento -apreciação -gradação
Solidariedade (contato)	Envolvimento -nomeação -tecnicidade -abstração -linguagem afrontosa -palavrões

Quadro 2 – Semântica interpessoal (adaptado de MARTIN e WHITE, 2005, p. 35).

A avaliatividade, conforme Martin e White (2005), consiste em um dos recursos semântico-discursivos dos significados interpessoais (ao lado da negociação e do envolvimento). Esse aporte teórico explora as questões relacionadas aos significados de determinada língua e ao seu uso, à sua função. O Sistema de Avaliatividade está, assim, orientado para o funcionamento da linguagem, tendo como principais objetivos: (1) identificar como o autor/falante se posiciona diante dos processos e fenômenos do mundo; (2) abordar os recursos linguísticos com os quais os textos/falantes se expressam, negociam e compartilham, intersubjetivamente, suas posições ideológicas através do discurso e (3) investigar e explicar como os falantes utilizam a língua para atribuir valores e se posicionarem diante de um objeto, fenômeno ou evento.

Neste estudo, centramo-nos no âmbito da semântica discursiva e partimos da realização textual dos significados interpessoais para a função semântica no contexto. Tal como afirmam os autores (MARTIN e WHITE, 2005, p. 9), o terceiro nível de abstração da linguagem, o estrato semântico, preocupa-se com os significados que vão além da oração, em outras palavras, “com textos”.

Ainda segundo os autores, a avaliatividade tem seu lugar na semântica do discurso por três motivos (MARTIN e WHITE, 2005, p. 10). Em primeiro lugar, a realização da atitude ultrapassa os limites gramaticais. Em segundo lugar, a realização – linguística – de uma dada atitude pode ser realizada por uma gama de categorias léxico-gramaticais. Além disso, é necessário, conforme argumentam os autores, sair da léxico-gramática para generalizar os significados avaliativos. Em terceiro lugar, há a questão da metáfora gramatical, que introduz um grau de tensão entre o sentido literal e o significado.

Para os autores, a “avaliatividade em si é regionalizada em três domínios interativos – atitude, engajamento e gradação” (MARTIN e WHITE, 2005, p. 35). A seguir, abordaremos separadamente cada um desses domínios semânticos.

2.2.1 Atitude

A atitude é o recurso semântico por meio do qual os valores e as opiniões do falante/escritor sobre as coisas, as pessoas e o mundo são expressos. Pela manifestação da atitude buscamos uma resposta de solidariedade (filiação ao discurso do autor) por parte do interlocutor. Esse sistema está relacionado com “nossos sentimentos, incluindo reações emocionais, julgamentos de comportamento e avaliação de coisas” (MARTIN e WHITE, 2005, p. 35). Trata-se de uma sistematização semântico-discursiva que se realiza léxico-gramaticalmente por diferentes estruturas gramaticais, podendo, ainda, manifestar-se direta (avaliações explícitas ou, nos termos dos autores, “inscritas”) ou indiretamente (avaliações provocadas ou evocadas). A atitude é responsável pela expressão linguística das avaliações positivas e negativas e está dividida em três regiões de sentimentos: afeto, julgamento e apreciação.

A atitude é um sistema de significados que envolve três regiões semânticas relacionadas à emoção, ética e estética. A emoção está, sem dúvida, no coração destas regiões (MARTIN e WHITE, 2005, p. 42). Podemos, conforme os autores, pensar na atitude como uma institucionalização dos sentimentos. Nesse panorama, o julgamento diz respeito às propostas sobre o comportamento humano; a apreciação diz respeito às proposições sobre o valor das coisas, e o afeto

corresponde ao centro dos sentimentos institucionalizados (MARTIN e WHITE, 2005, p. 45), tal como representado na Figura 4.



Figura 4 – Julgamento e apreciação como afeto institucionalizado (adaptado de MARTIN e WHITE, 2005, p. 45).

a) Afeto

Denomina-se afeto a sistematização de recursos semânticos que realizam as emoções linguisticamente no discurso. Diz respeito a avaliações pautadas nos sentimentos (positivos ou negativos) dos falantes/escritores, indicando como se comportam emocionalmente diante de pessoas, coisas, objetos e acontecimentos, podendo ser manifestado, no discurso, de forma explícita ou implícita. As realizações gramaticais de afeto incidem sobre participantes na forma de processos mentais e comportamentais, além de adjuntos modais (MARTIN e WHITE, 2005, p. 46).

Os autores estipulam seis critérios que devem ser levados em consideração para a identificação do afeto (MARTIN e WHITE, 2005, p. 46-49): (1) Os sentimentos são considerados popularmente como positivos ou negativos? (2) Os sentimentos são realizados como o resultado de emoções? (3) Os sentimentos são resultantes de alguma ação externa? (4) A gradação dos sentimentos é lexicalizada? (5) Os

sentimentos envolvem intenções mais do que reações? (6) As emoções são organizadas, conforme a tipologia do afeto, em três grupos (MARTIN e WHITE, 2005, p. 49-51): felicidade/infelicidade, segurança/insegurança, satisfação/insatisfação?

A in/felicidade refere-se a emoções relacionadas a sentimentos de tristeza, ódio, felicidade e amor, conforme mostra o exemplo 3. Inclui modos de sentir felicidade ou tristeza e também a possibilidade de direcionar esses sentimentos, uma vez que estão ligados ao motivo de alguém gostar ou não de alguma coisa.

3	Gostem ou não gostem , até aqui Lula deve muito mais a Jobim do que ele a Lula.	(C#1)
---	---	-------

A in/segurança diz respeito a emoções relacionadas ao bem-estar social: ansiedade, temor, confiança. Envolvem sentimentos de paz e ansiedade em relação ao ambiente, incluindo as pessoas que nos rodeiam. O exemplo 4, a seguir, demonstra uma ocorrência de afeto do tipo in/segurança.

4	Lula, Dilma, o governo, o PT e seus aliados levaram um susto com o resultado do primeiro turno [...]	(C#29)
---	---	--------

A in/satisfação corresponde a emoções relacionadas ao cumprimento ou não de objetivos realizados: tédio, desprazer/desagrado, curiosidade, respeito, tal como no exemplo 5. São emoções que indicam prazer ou frustração no que se refere a atividades nas quais alguém se engajou.

5	Ciro Gomes virou um problemão para Lula e Dilma [...].	(C#3)
---	---	-------

b) Julgamento

Esta região semântica é responsável por construir linguisticamente as avaliações do comportamento das pessoas. Assim como no afeto, nas avaliações de

juízo podemos identificar valores positivos e negativos. Os juízos podem indicar, em termos gerais, sanção social e estima social.

Os juízos de estima social têm a ver com normalidade (quão usual ele é), com capacidade (quão capaz ele é) e com tenacidade (quão determinado ele é), como demonstram os exemplos 6, 7, e 8 a seguir. Esse tipo de avaliação envolve admiração e crítica sem implicações legais. Os valores regidos pelo juízo são determinados pela cultura oral (seja por meio de fofocas, boatos, brincadeiras e histórias de vários tipos). “Valores compartilhados nesta área são críticos para a formação de redes sociais (família, amigos, colegas, etc.)” (MARTIN e WHITE, 2005, p. 52).

Normalidade

6	[...] em havendo a reforma [no Conselho de Segurança da ONU], o Brasil estará naturalmente dentro.	(C#30)
---	---	--------

Capacidade

7	Lula conseguiu desidratar ²¹ Alckmin no segundo turno de 2006 [...]	(C#27)
---	---	--------

Tenacidade

8	Serra lutou bravamente [...]	(C#29)
---	-------------------------------------	--------

Os juízos de sanção social têm a ver com veracidade (quão verdadeiro alguém é) e propriedade (quão ético alguém é). Os exemplos 9 e 10 reportam ocorrências desses dois tipos de juízo. As avaliações de sanção social, ao contrário das de estima, dizem respeito aos códigos de conduta institucionalizados

²¹ No texto, a expressão “desidratar” se refere ao fato de que, no segundo turno das eleições presidenciais de 2006, Lula conseguiu tomar para sua campanha votos que, no primeiro turno, teriam sido do candidato Alckmin.

por meio de éditos, decretos, regras, regulamentações e leis sobre como se comportar perante a Igreja e o Estado. Compreende punições e penalidades aos que não se adequarem ao código. “Valores compartilhados nesta área sustentam o dever cívico e as observâncias religiosas” (MARTIN e WHITE, 2005, p. 52).

Veracidade

9	O bordão "herança maldita" foi uma fraude criada por Lula para mobilizar as massas em torno dele e contra o antecessor.	(C#20)
---	--	--------

Propriedade

10	Os candidatos não respeitam as leis [...]	(C#15)
----	--	--------

De acordo com os autores, os parâmetros de organização dos tipos de julgamento refletem a distinção gramatical do sistema de modalização proposto por Halliday (1994) e ilustrado pela Figura 3. A Figura 5, a seguir, demonstra a correspondência entre a modalidade e os tipos de julgamento.

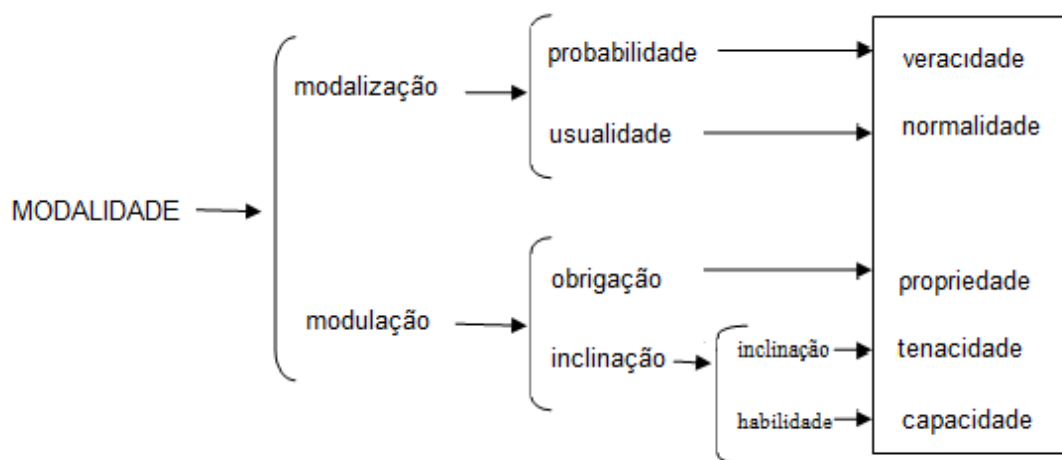


Figura 5 – Modalidade e tipos de julgamento (adaptado de MARTIN e WHITE, 2005, p. 54).

Como podemos ver a partir do esquema da Figura 5, a categorização sobre modo, modalidade e metáfora interpessoal, proposta por Halliday, possibilita a relação entre a gramática interpessoal e a avaliatividade (MARTIN e WHITE, 2005, p. 54).

c) Apreciação

As avaliações de apreciação recaem sobre coisas, objetos e fenômenos naturais, enfim, coisas que são valoráveis. As apreciações envolvem as reações dos falantes e as avaliações da realidade. A apreciação manifesta positiva ou negativamente a avaliação estética de objetos, artefatos, processos e estados de coisas. Ela é a manifestação linguística dos sentimentos avaliativos relacionados à forma, à aparência, à composição, ao impacto e ao valor de objetos naturais ou abstratos. De acordo com os autores, essa região semântica subdivide-se em reação, composição e valoração.

A reação corresponde às manifestações de impacto ou de des/agrado que as coisas provocam nas pessoas, e tem a ver, segundo Martin e White (2005, p. 57), com afeição. Apresenta duas subcategorias: impacto e qualidade. A reação de impacto pode ser testada pela pergunta “Isso lhe cativou?”, ao passo que a reação de qualidade pode ser testada pela pergunta “Isso lhe agradou?”

Reação-impacto (*isso lhe cativou?*)

11	“[...] porque a Embraer é reconhecidamente excelente ”, disse ela [Silvia, rainha da Suécia].	(C#15)
----	--	--------

Reação-qualidade (*isso lhe agradou?*)

12	[...] o bate-boca e a campanha frenética que já estão na rua [...]	(C#2)
----	---	-------

A composição está relacionada às percepções a respeito das proporções e dos detalhes de um texto ou processo. As avaliações de composição referem-se à organização, à elaboração e à forma dos objetos, como foram construídos ou elaborados. Subdividem-se em proporção e complexidade.

A composição de proporção refere-se ao equilíbrio que as coisas apresentam ou não, tal como evidenciado no exemplo 13.

13	[Jobim] assumiu os riscos [...] para a compra e construção de submarinos convencionais [...]	(C#1)
----	---	-------

A complexidade indica o quão simples ou detalhado algo pode ser, conforme demonstra o exemplo 14.

14	[A FAB] faz um trabalho super-detalhado , de 30 mil páginas [...]	(C#1)
----	--	-------

O terceiro tipo de apreciação, a valoração²², está relacionado, conforme Martin e White (2005, p. 57), à cognição, às nossas opiniões consideradas. Essa subcategoria diz respeito a nossa avaliação sobre o significado social de determinado objeto, texto/processo, conforme mostra o Exemplo 15, a seguir, cuja apreciação recai sobre “uma estrada”.

15	[...] dois carros andavam em sentido contrário numa estrada poeirenta [...]	(C#1)
----	--	-------

²² O termo originalmente atribuído para designar esse tipo de apreciação é *valuation* (MARTIN e WHITE, 2005, p. 56). Em Língua Portuguesa, essa subcategoria tem sido denominada de valoração (VIAN Jr.; SOUZA; ALMEIDA, 2010).

2.2.2 Engajamento

O engajamento consiste na sistematização de recursos linguísticos que posicionam o falante/escritor frente às várias proposições vinculadas ao/no texto. Conforme sinaliza Vian Jr. (2010), por meio do subsistema engajamento

os produtores textuais assumem posicionamentos em relação a seus interlocutores e em relação aos textos que produzem. O engajamento está associado às origens de nossas atitudes, onde estão centradas, o que estamos avaliando, bem como com a articulação de vozes para expressão de opiniões do discurso (VIAN Jr., 2010, p. 33).

A sistematização proposta por Martin e White (2005) parte da noção de dialogismo bakhtiniano, uma vez que essa perspectiva, segundo os autores, é essencial para o entendimento dos recursos de engajamento e dos posicionamentos desempenhados pelos interlocutores. Esse modelo, de acordo como Martin e White (2005), está orientado aos significados no contexto e aos efeitos retóricos e não às formas gramaticais. Entretanto, o engajamento reúne uma gama de locuções lexical e gramaticalmente diversas, cuja função é localizar o escritor/falante diante das proposições de valor referenciadas no texto, e, também, às opiniões alternativas, pontos de vista e julgamentos de valor que funcionam como “pano de fundo” (em termos bakhtinianos, segundo os autores) para esse mesmo texto (MARTIN e WHITE, 2005, p. 94).

Como consequência, o engajamento oferece uma organização de recursos, como descrevemos a seguir, para que possamos observar de que forma são realizados linguisticamente esses posicionamentos e como eles caracterizam o estilo interpessoal assumido pelo escritor ou falante.

Martin e White (2005) consideram que o posicionamento dialógico pode ser entendido segundo dois valores distintos: (1) expansão do potencial dialógico do enunciado – afirmação do princípio constitutivo enunciativo, e (2) contração do potencial dialógico do enunciado, no qual a negociação de sentidos é desencorajada. A partir disso, o engajamento é organizado em subcategorias levando em consideração, nas avaliações, a possibilidade – ou não – de abertura para contraposição. Quando há, no enunciado, abertura para possibilidade de inserção de outras vozes (que, mesmo assim, podem ser expandidas ou contraídas),

temos avaliações heteroglóssicas. Quando há, no enunciado, apenas asserções do autor com ausência de outras vozes, temos avaliações monoglóssicas. O exemplo 16, a seguir, caracteriza uma avaliação heteroglóssica, enquanto o exemplo 17 caracteriza uma avaliação monoglóssica.

16	O subsecretário de Estado William Burns disse [...] que os Estados Unidos pretendem concluir o acordo com a Rússia [...]	(C#6)
----	---	-------

17	O governador José Roberto Arruda está preso.	(C#5)
----	---	-------

Os recursos linguísticos heteroglóssicos permitem ao produtor do texto indicar a referência a outras vozes ou pontos de vista e são pautados nos conceitos de expansão e de contração dialógica (MARTIN e WHITE, 2005, p. 102) que, por sua vez, estão abertas tanto para o autor quanto para o leitor estabelecerem e negociarem a interação. A expansão dialógica possibilita ao produtor do texto expor as proposições pertencentes a sua voz em meio a outras vozes e às diferentes posições que essas vozes possam assumir. Abre-se, com isso, espaço para posicionamentos alternativos (de aceitação ou rejeição).

A expansão pode ser realizada pelos mecanismos de entretenimento (proposições fundamentadas na opinião autoral), conforme exemplo 18, e de atribuição (o fundamento da proposição é centrado em um participante externo). A atribuição subdivide-se em reconhecimento (o falante expressa seu posicionamento pela voz do outro), como no exemplo 19, e distanciamento (o falante manifesta seu distanciamento de forma explícita), como no exemplo 20.

Entretenimento

18	Serra parece estar vivendo os [ótimos momentos] dele [...]	(C#1)
----	---	-------

Atribuição

Reconhecimento

19	"Assim, não dá", disse um militar de alta patente.	(C#3)
----	---	-------

Distanciamento

20	EUA batem de frente com o regime iraniano de Mahmoud Ahmadinejad, enquanto o Brasil defende diálogo e negociação [...]	(C#31)
----	---	--------

Já com a contração dialógica o produtor do texto/falante manifesta-se em desacordo ou rejeita um posicionamento contrário à sua opinião. Como observa Vian Jr. (2010, p. 37), “isso equivale a dizer que tais formulações desafiam, evitam ou até mesmo restringem o escopo das posições e de vozes alternativas”.

Os recursos da contração dialógica comportam a refutação (o falante manifesta sua discordância em relação a uma posição contrária) e a ratificação (imprime à proposição um aspecto altamente válido e fundamentado). A refutação inclui a negação (discordância sobre determinada posição), exemplo 21, e a contraexpectativa (o falante contraria uma proposição suplantando-a com outra), exemplo 22.

Refutação

Negação

21	O maior problema para a oposição, porém, não é esse corte em si [...]	(C#7)
----	--	-------

Contraexpectativa

22	O maior problema para a oposição, porém , não é esse corte em si, mas o cruzamento de tendências.	(C#7)
----	---	-------

A ratificação abrange a confirmação da expectativa, o endosso e o pronunciamento. A confirmação da expectativa (proposição como parte de um senso comum) subdivide-se em afirmação, como demonstra o exemplo 23, e concessão, conforme exemplo 24.

Afirmação

23	Como está evidente, (...) em havendo a reforma, o Brasil estará naturalmente dentro.	(C#30)
----	---	--------

Concessão

24	Mas, com certeza , não era nem é o único.	(C#13)
----	--	--------

O endosso é a categorização dos recursos por meio dos quais o falante valida sua proposição atribuindo-a a fontes externas, conforme exemplo 25 a seguir.

25	A última pesquisa Datafolha (...) mostra uma interrupção tanto no crescimento constante de Dilma,(...) quanto na queda de José Serra (...)	(C#11)
----	---	--------

O pronunciamento corresponde aos recursos por meio dos quais o falante enfatiza algo a fim de obter a solidariedade do seu interlocutor, como exemplificado a seguir.

26	O problema é que Lula é voluntarista de um jeito, Jobim é de outro [...]	(C#1)
----	---	-------

A Figura 6, abaixo, apresenta uma esquematização de todas as subcategorias do sistema de engajamento.

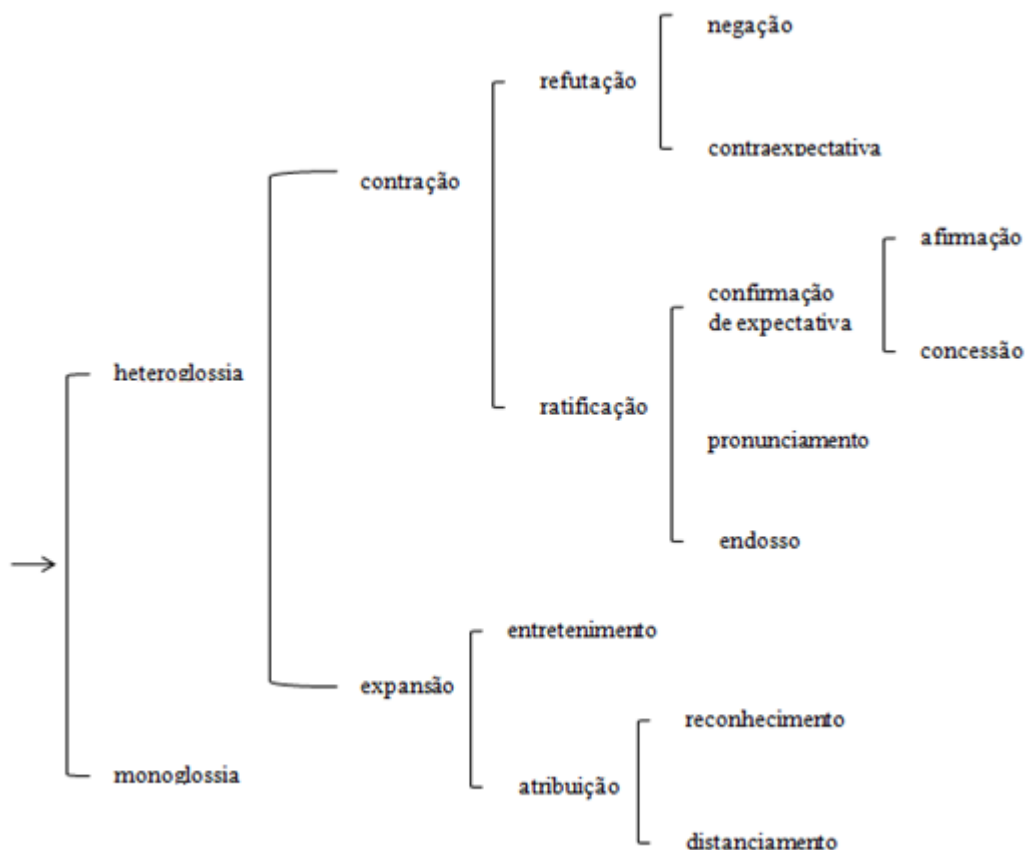


Figura 6 – O subsistema de engajamento (adaptado de MARTIN e WHITE, 2005, p. 134).

A seguir, na subseção 2.2.3 deste capítulo, abordaremos o sistema de gradação e exemplificaremos as manifestações linguísticas de suas subcategorias a partir de exemplo retirados do *corpus*.

2.2.3 Gradação

O sistema de gradação consiste em uma propriedade definidora dos significados atitudinais, construindo altos ou baixos graus de positividade ou negatividade. Este é também um recurso do sistema de engajamento, pois avalia os

graus de intensidade do falante/escritor, ou do seu investimento na expressão. Pode-se dizer, conforme Martin e White (2005, p. 136), que a atitude e o engajamento são domínios da gradação, que diferem de acordo com a natureza dos significados graduados. A gradação é realizada por recursos léxico-gramaticais que estão, segundo a sistematização oferecida pelos autores, apoiados em dois eixos: um de acordo com a intensidade ou quantidade (força) e outro de acordo com a prototypicalidade e a precisão (foco).

Os recursos referentes ao foco aplicam-se mais tipicamente às categorias que não podem ser medidas em escalas. O foco permite indicar uma escala alta (que define o protótipo de determinada categoria semântica) e uma escala baixa (com exemplos marginais). Nas avaliações em que a escala do foco encontra-se no grau máximo, o efeito retórico indica o alto grau de investimento pela voz autoral na posição de valor (positivo ou negativo). Ao contrário, nas avaliações em que há uma atenuação do foco, quando o termo é negativo, o efeito indica um investimento menor do falante/escritor na posição de valor.

Acentuação

27	Há, claro, a possibilidade real de Ciro ter querido tudo e ficar sem nada [...]	(C#2)
----	--	-------

Atenuação

28	[o rei da Suécia, Carl Gustaf] Aproveitou para fazer uma espécie de apelo.	(C#8)
----	---	-------

Os recursos de força cobrem avaliações em graus de intensidade e de quantidade. A gradação de intensidade pode operar sobre qualidades, processos, ou verbos modais (MARTIN e WHITE, 2005, p. 140). Já a gradação de quantidade aplica-se a entidades preferencialmente, referindo-se a uma quantidade imprecisa quanto ao número, à presença ou à massa.

Os recursos de intensificação compreendem três estratégias: fusão, isolamento e repetição. A fusão refere-se ao grau de intensidade que é incorporado ao significado de um único item lexical. O isolamento diz respeito ao aumento ou à

diminuição de intensidade da gradação por meio de um advérbio ou locução adverbial (seja de intensidade ou de modo) associado à qualidade ou processo avaliado, tal como no exemplo 29. A repetição está relacionada ao uso repetido de um mesmo item lexical ou de itens lexicais pertencentes a um mesmo campo semântico.

Intensificação

29	Aí o problema é mais complicado [...]	(C#30)
----	--	--------

A gradação de quantificação envolve classificar a escala de avaliação a respeito da quantidade e da extensão (em tempo e espaço). Segundo os autores (MARTIN e WHITE, 2005, p. 149), a semântica desse subsistema é complicada pelo fato de que a entidade quantificadora pode ser concreta ou abstrata. Os recursos de quantificação também compreendem as estratégias de fusão e isolamento e apresentam três realizações possíveis.

A quantificação isolada pode referir-se à quantidade indeterminada de uma entidade. Nesse caso, ela é realizada por numerativos quantitativos indefinidos, tais como *poucos*, *muitos*, *alguns*, *vários* ou *todos*, como no exemplo 30. Quando se refere ao volume, a quantificação engloba a noção de tamanho (*pequeno*, *grande*), peso (*leve*, *pesado*), espessura (*fino*, *grosso*) e luminosidade (*escuro*, *claro*). Quando se refere à extensão de determinada entidade, a quantificação comporta as noções de distribuição (espacial e temporal) e proximidade (espacial e temporal) .

Quantificação

30	Brasília [...] participou ativamente de todos os momentos políticos do país nos últimos 50 anos.	(C#13)
----	---	--------

A maioria das realizações de quantificação ocorre através da estratégia de isolamento. Entretanto, os autores destacam que a estratégia de fusão é comum nas ocorrências que envolvem realizações metafóricas de quantificação (MARTIN e WHITE, 2005, p. 152), como nos mostra o exemplo 31. Nesse exemplo, a metáfora

“cruzar o Atlântico inteiro a nado para morrer na praia” está relacionada à possibilidade de todos os esforços do ministro para achar soluções aos problemas terem sido desperdiçados em vista da sua resistência em resolver o problema da escolha do melhor pacote de caças supersônicos para o Brasil.

31	Por isso, o ministro [Nelson Jobim] não tem o direito de errar justamente agora. Seria como atravessar o Atlântico inteiro a nado para morrer na praia.	(C#1)
----	--	-------

A força (intensificação e quantificação), como demonstram os autores, interage com atitude para aumentar ou diminuir o seu “volume”. A graduação da atitude indica a posição de valor do falante/escritor como mais ou menos comprometido com o que fala/escreve. Tal como salientam Martin e White (2005, p. 153), a escala mais alta dessas avaliações constrói o autor como o mais comprometido possível. Em contrapartida, a escala mais baixa frequentemente atribui ao autor um comprometimento parcial ou atenuado em relação ao que é referido.

A Figura 7, abaixo, esboça um panorama do sistema de avaliatividade e de seus principais recursos vistos até este momento.

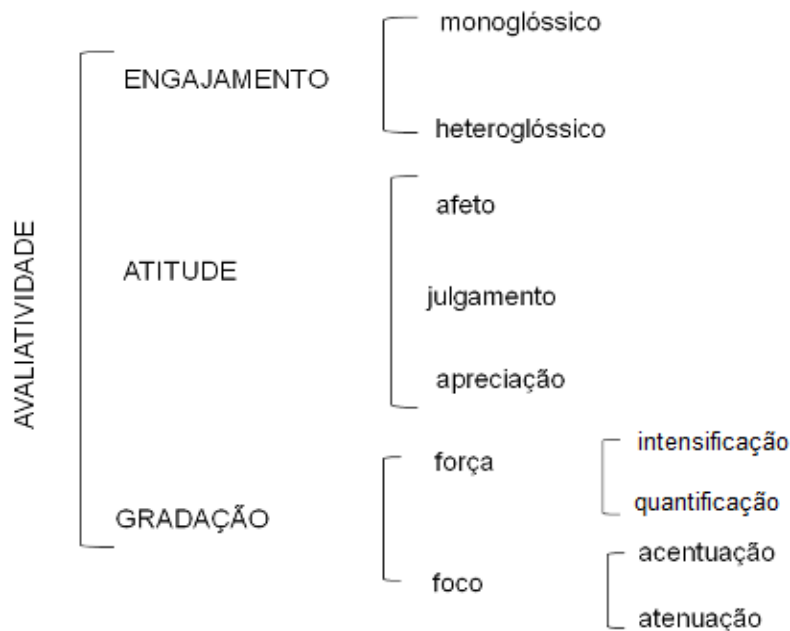


Figura 7 – Recursos de avaliatividade (adaptado de MARTIN e WHITE, 2005, p. 38).

Na subseção 2.2.4 deste capítulo, detalharemos o conceito de assinatura valorativa e o princípio da individuação que a sustenta.

2.2.4 Assinatura valorativa

Aqui se faz necessário um detalhamento acerca do conceito de “*signature*” sobre o qual buscamos respaldo ao propor uma investigação com vistas a delinear as marcas avaliativas individualizantes da escrita da colunista Eliane Cantanhêde. De acordo com Martin e White (2005), a “síndrome de avaliação”, que constitui um alto nível de delicadeza, de refinamento linguístico, caracteriza a assinatura valorativa de um indivíduo. Os autores esclarecem que esse é um conceito que deve ser operacionalizado dentro de uma comunidade discursiva específica. “Chamam-se síndrome de avaliatividade recursos que distinguem os indivíduos, um do outro, dentro dessa comunidade - uma vez que é a comunidade que alinha o valor relevante”²³ (MARTIN e WHITE, 2005, p. 205). Ou seja, os traços e as construções avaliativas recorrentes nos textos desse indivíduo caracterizam, em um processo de individuação, sua assinatura valorativa. A assinatura é assim definida pelos autores como “reconfigurações idiolectais do potencial de construção do significado pelo qual os autores individuais alcançam um estilo reconhecível pessoal”²⁴ (MARTIN e WHITE, 2005, p. 208)

Articulado ao conceito de *signature*, consideramos a relevância do princípio de individuação, proposto por Martin (2008; 2009). A individuação complementa outros dois princípios que organizam a linguagem, na perspectiva da LSF – a realização e a instanciação. As noções de realização e de individuação revelam-se importantes para que se compreenda a relação entre o sistema linguístico e sua manifestação enquanto texto.

A realização corresponde à esquematização dos sistemas da linguagem, organizados por estratos, níveis e metafunções. Nessa hierarquia, os estratos estão relacionados através da meta-redundância - como padrões de padrões. A “hierarquia

²³ “It names the syndrome of appraisal recourses which distinguishes individuals, one from another, within that community – since it is community that aligns the relevant valeur”.

²⁴ “Idiolectal reconfigurations of meaning-making potential by which individual authors achieve a recognizable personal style”.

de realização é assim formulada como uma hierarquia de abstração, começando com padrões fonológicos ou grafológicos e, finalmente, chegando ao gênero” (MARTIN, 2009, p. 5). Tal como esclarecem Halliday e Matthiessen (1999, p. 327), em qualquer sistema estratificado, considerando-se a linguagem como prototípica, quando mudamos a atenção da semântica “subindo” para o estrato do contexto ou descemos para a léxico-gramática e para a fonologia/grafologia, estamos nos movimentando na hierarquia da realização. Halliday e Webster (2009, p. 236) complementam que, contrariamente a um sistema causal, no qual a relação é de causa e efeito, em um sistema realizacional, a relação entre estratos é de *token* e valor (ou “significante” e “significado”).

A instanciação, por sua vez, segundo Martin (2008), explora a relação entre a reserva de recursos dos sistemas que constituem a hierarquia de realização e sua manifestação em textos. Em outras palavras, a instanciação é a manifestação do sistema linguístico no texto, sendo, por esse motivo, orientada ao uso da linguagem. Ainda segundo Martin (2009), o continuum de instanciação, tal como reconhece Halliday, tem a linguagem e os sistemas culturais, de um lado, generalizando longos padrões de termos e textos em situações particulares; de outro lado, especificando instâncias de uso da linguagem; no meio, situam-se as noções registro e tipo de texto para a linguagem e instituição e tipo de situação para o contexto.

A Figura 8, a seguir, representa a relação entre a escala de instanciação e os estratos da linguagem.

		INSTANCIAÇÃO		
		Sistema	Sub-sistema Tipo de instanciação	Instância
ESTRATIFICAÇÃO	Contexto	Cultura	Instituição Tipo de situação	Situações
	Semântica	Sistema semântico	Registro Tipo de texto	[texto como] significado
	Léxico-gramática	Sistema gramatical	Registro Tipo de texto	[texto como] palavras

Figura 8 – Matriz de instanciação/estratificação proposta por Halliday (adaptado de MARTIN, 2009, p. 6).

A hierarquia de instanciação, elaborada por Martin (2008; 2009) e ilustrada pela Figura 9, adiciona as noções de gênero/registo e tipo de texto como degraus dos graus de generalidade do continuum, e acrescenta a leitura como uma sub-potencialização do texto para permitir à diferentes tipos de usuários a captação de significado de formas socialmente subjetivas (MARTIN, 2009, p. 6).

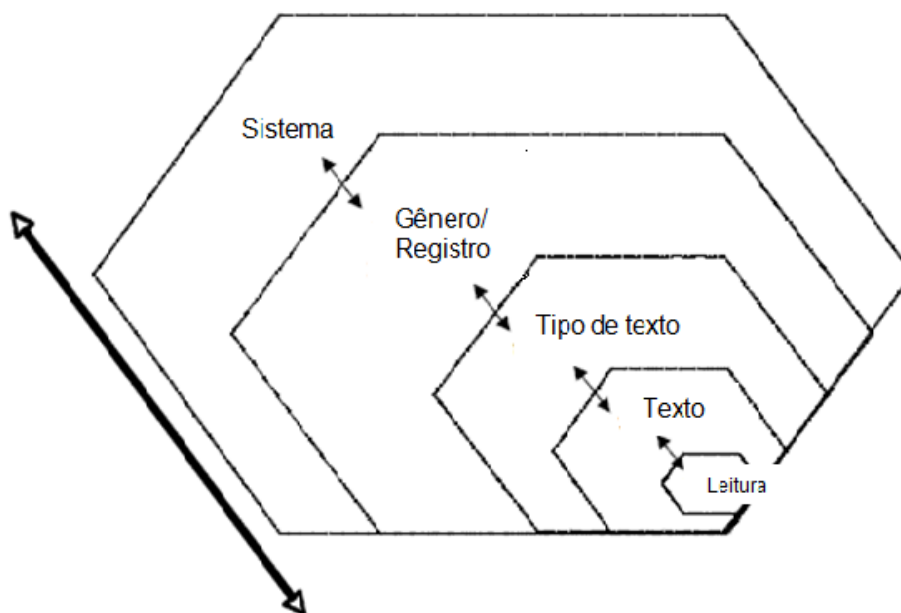


Figura 9 – Instanciação como a hierarquia de generalização (adaptado de MARTIN, 2009, p. 6).

Dessa forma, Martin (2008) considera que a realização é uma escala de abstração que envolve a formulação de um nível de significado em outro nível, enquanto a instanciação é uma escala de generalização, agregando o potencial significado de uma cultura através de instâncias de utilização. Para ilustrar esse caráter transversal de generalização da hierarquia de instanciação, o autor utiliza a metáfora de clima e tempo, empregada por Halliday (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 26-27). Segundo esses autores, a relação entre tempo (*weather*) e clima (*climate*) não representam diferentes fenômenos, mas sim o mesmo fenômeno visto de perspectivas diferentes. Enquanto o clima é uma generalização de tendências, o tempo é experienciado dia-a-dia. “O que chamamos de ‘clima’ é o tempo visto a partir de uma maior profundidade do temporal - é o que é instanciado na forma

tempo. O tempo é o texto [...] O clima é o sistema [...]”²⁵ (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 27).

Analogamente, instâncias de uso da linguagem são relacionadas ao sistema como um todo, da mesma forma que as leituras da temperatura diária são relacionadas à média de temperaturas para essa época do ano. Vian Jr. (2010, p. 25), referindo-se à complementaridade das hierarquias de realização e de instanciação, sintetiza que “a linguagem realiza o contexto e que os textos que circulam em nosso contexto social instanciam o sistema”.

Propondo uma complementarização das hierarquias de realização e de individuação, Martin (2008; 2009) estabelece a hierarquia de individuação, que leva em consideração tanto como os recursos semióticos são distribuídos entre os usuários de uma língua, quanto como esses recursos são empregados para compartilhar em comunidade. Segundo o autor (MARTIN, 2009), nessa perspectiva, é necessário mudar o foco, dos usos para os usuários da linguagem, e considerar a especificação do potencial de significados em uma cultura em termos de individuação.

Há dois modos complementares de pensarmos a individuação. Um deles seria a alocação, meio pelo qual os recursos semióticos são diferencialmente distribuídos entre os usuários de uma língua. Martin (2009) compartilha da concepção de Bernstein (2000) para descrever a potencialidade dos recursos semióticos de usuários em relação as suas comunidades como um todo.

Vou usar o termo repertório para me referir ao conjunto de estratégias e seu potencial analógico possuído por um indivíduo e ao termo reservatório para me referir ao total de conjuntos e seu potencial de uma comunidade como um todo. Assim, o repertório de cada um dos membros da comunidade terão ambos um núcleo comum, mas haverá diferenças entre os repertórios. Haverá diferenças entre os repertórios por causa das diferenças entre os membros decorrentes das diferenças de contexto e atividades e problemas associados. (BERNSTEIN, 2000, p. 157)²⁶.

²⁵ “What we call ‘climate’ is weather seen from a greater depth of time – it is what is instantiated in the form of weather. The weather is the text [...] The climate is the system [...]”

²⁶ “I shall use the term *repertoire* to refer to the set of strategies and their analogic potential possessed by any one individual and the term *reservoir* to refer to the total of sets and its potential of the community as a whole. Thus the *repertoire* of each member of the community will have both a common nucleus but there will be differences between the *repertoires*. There will be differences between the *repertoires* because of the differences between members arising out of differences in members context and activities and their associated issues”.

Outra perspectiva complementar na individuação corresponde a como *personae* mobilizam recursos semióticos sociais para afiliar-se uma a outra e compartilhar valores e concepções de mundo. Nesse sentido, Martin (2009, p. 9) ressalta que a preocupação, no nível da individuação, não está centralizada sobre indivíduos interagindo em grupos, mas sim sobre pessoas e personalidades compartilhando significados no discurso.

O princípio de individuação explora o potencial de significados da linguagem – compreendido, nos termos de Bernstein, como a “reserva” de uma comunidade linguística como um todo – e o “repertório” – ainda segundo a concepção bernsteiniana – de significados articulados, em um texto, por um indivíduo. Esse terceira hierarquia, de acordo com o proposto por Martin (2009, p. 9), possibilita a investigação da relação entre a forma como os recursos semióticos de um sistema linguístico são distribuídos entre usuários (alocação) e o modo como ele é desenvolvido por um indivíduo particular ao atribuir (e compartilhar) avaliações sobre o mundo, as coisas, as pessoas e seu comportamento (afiliação). A individuação e a dinâmica de suas hierarquias complementares de alocação e afiliação podem ser visualizadas na Figura 10.

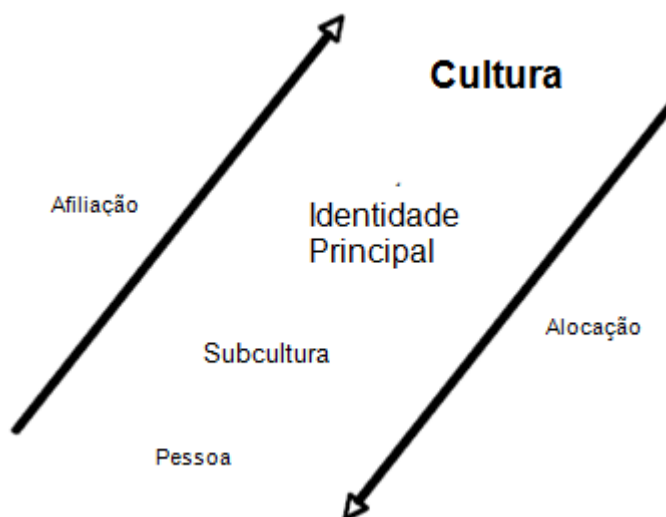


Figura 10 – Individuação como uma hierarquia de afiliação e alocação (adaptado de MARTIN, 2009, p. 10).

Até este momento, nos capítulos 1 e 2, buscamos fundamentar teoricamente esta pesquisa, incluindo a conceituação do ambiente midiático que recobre nosso

campo de estudo até o gênero coluna de opinião e a revisão dos conceitos específicos deste trabalho no que concerne ao aparato metodológico da LSF e do Sistema de Avaliatividade. O capítulo que segue apresenta os procedimentos metodológicos selecionados para a realização deste estudo.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

No presente capítulo, descrevemos as etapas de realização deste estudo. Este capítulo está subdividido em três seções. Na seção 3.1, apresentaremos um apanhado contextual, bem como os critérios para a delimitação do universo de análise. Na seção 3.2, descrevemos os critérios que nortearam a seleção do *corpus* e a referência aos textos que o compõem. Na seção 3.3, por fim, apresentamos os procedimentos adotados na coleta e análise dos dados.

3.1 Universo de análise

O universo de análise desta pesquisa atende à proposta de trabalho do Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa (CABRAL, 2010), grupo coordenado pela orientadora desta pesquisa e que visa reunir pesquisadores interessados em realizar trabalhos de descrição e análise da Língua Portuguesa em contextos específicos. Sendo assim, este estudo está articulado ao contexto midiático jornalístico.

Esta pesquisa desenvolve-se também a partir do projeto de pesquisa Avaliatividade e Discurso (CABRAL, 2009), que se articula à linha de pesquisa "Linguagem no contexto social" e ao Grupo de Pesquisa "Linguagem como prática social". O objetivo central do projeto Avaliatividade e Discurso é investigar os sistemas de avaliatividade que se realizam em textos jornalísticos, em especial, nos gêneros argumentativos como o artigo de opinião, a carta do leitor e o editorial. A relevância social de um estudo de gêneros do jornal consiste, como bem observou Bonini (2006), em trazer “subsídios não só para a formação e a atuação profissional (de jornalistas e professores de língua, por exemplo), como também para a educação e a formação do cidadão crítico habilidoso no manejo de tais manifestações, já que toda a sociedade é afetada por elas”.

O contexto de cultura ao qual este trabalho se reporta é constitutivo da sociedade brasileira urbana – audiência consumidora do jornal Folha de São Paulo (FSP). A escolha do veículo jornalístico se deve ao fato de esse ser o jornal mais

vendido do Brasil dentre os diários nacionais de interesse geral²⁷. O jornal Folha de S.Paulo, editado pelo Grupo Folha – conglomerado de empresas de Mídia –, é o jornal de prestígio com a maior circulação diária do Brasil²⁸. A FSP é, portanto, um jornal que influencia uma ampla parcela da comunidade letrada brasileira, que possui acesso à informação. Partindo, então, do contexto jornalístico, e tendo determinado como veículo de informação o jornal FSP, detivemo-nos em investigar o gênero coluna de opinião, que é apenas uma dentre tantas outras atividades sociais que compõem o discurso jornalístico.

Portanto, para a seleção dos textos, foram observados os seguintes critérios:

- a) publicação de textos em Língua Portuguesa, uma vez que o projeto guarda-chuva Avaliatividade e Discurso (CABRAL, 2009) prevê a investigação do sistema de avaliatividade em textos produzidos nessa língua;
- b) disposição do conteúdo online, para que não fosse necessária a digitalização dos textos para posterior análise;
- c) textos publicados em 2010, um ano antes do início da pesquisa, para que fosse possível elaborar um panorama do contexto imediato de produção.

Depois de termos delimitado o universo de análise, tendo como base os critérios apresentados, a etapa seguinte deteve-se na seleção do corpus, conforme relatado a seguir.

3.2 Seleção do *corpus*

Tendo em vista o campo discursivo jornalístico-opinativo em Língua Portuguesa – de acordo com os critérios discutidos na seção 2.1 deste capítulo – optamos por trabalhar com textos da jornalista Eliane Cantanhêde. Cantanhêde é

²⁷De acordo com a publicação do site www.guardian.co.uk. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/news/2007/may/25/guardianobituaries.media> Acesso em: 07 jun. 2012.

²⁸De acordo com a publicação do site www.guardian.co.uk. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/news/2007/may/25/guardianobituaries.media> Acesso em: 07 jun. 2012.

colunista da Folha de São Paulo em Brasília desde 1997, versando sobre os acontecimentos do cenário político brasileiro, e comentarista do telejornal "GloboNews Em Pauta" e colaboradora da Rádio Metrôpole, de Salvador. Além disso, atuou, durante os anos de 1997 a 2003, como diretora da sucursal da Folha em Brasília. A jornalista foi, ainda, repórter da revista "Veja", chefe de redação do "Jornal do Brasil", colunista de "O Estado de São Paulo" e diretora de redação de "O Globo" e da "Gazeta Mercantil", sempre em Brasília²⁹.

Os temas abordados pela jornalista em sua coluna na FSP são determinados pela sua atualidade, em geral, assuntos do dia, da semana, do mês e, sobretudo, que sejam relacionados à política e ao poder e que despertem a atenção nacional. São temas de interesse da colunista também a defesa e a política externa. O público consumidor da coluna de Cantanhêde na versão online da FSP é bastante diversificado, tendo em vista a facilidade de acesso às publicações digitais do jornal. São, em sua maioria, jovens, brasileiros que estão no exterior, professores e demais leitores interessados em política.

Os textos não necessariamente são pautados sobre vozes externas, discurso citado. Em geral, as fontes são citadas no texto apenas para atribuir mais clareza e força ao discurso autoral.

Uma característica interessante dos textos de Cantanhêde é a articulação discursiva orientada ao leitor. É possível percebermos estratégias que imputam sobre a coluna um caráter conversacional, ou seja, a colunista busca interagir com o leitor como se estivesse em uma "conversa" com ele, traduzindo termos da área política para a linguagem coloquial, fazendo uso de metáforas lexicais e provérbios para reformular o tópico de um parágrafo, etc.

O material de análise desta pesquisa pode ser, assim, definido como coluna de opinião, considerando que veicula a avaliação da jornalista que a assina. Essa opinião é baseada em fatos noticiados nos jornais, em entrevistas com fontes de prestígio, mas, sobretudo, é pautada sobre a experiência pessoal da jornalista.

Compreendendo a necessidade de delimitação do *corpus* para a análise pretendida, reunimos um conjunto de 31³⁰ exemplares de textos da jornalista publicados ao longo do ano de 2010 – ano anterior ao início deste estudo – e

²⁹ Disponível em: http://www.folhapress.com.br/web/galeria/colunista.php?cd_galr=39 Acesso em: 08 jun. 2012.

³⁰ Durante o ano de 2010, a versão online da coluna de Cantanhêde publicou 33 textos. Entretanto, dois desses correspondem a erratas e, por esse motivo, não foram considerados na análise.

disponibilizados na íntegra, à época do primeiro semestre de 2011, para consulta *online* no endereço eletrônico <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/elianecantanhede/>. Atualmente, esse mesmo endereço dispõe o texto na íntegra apenas aos assinantes da Folha.com (versão digital do jornal FSP).

Com base nesses critérios, foram selecionados 31 textos, todos publicados no site da Folha de S. Paulo e disponibilizados na seção Pensata, que reúne as publicações dos colunistas do jornal. Os textos estão dispostos no Quadro 3, a seguir. Para identificação e posterior referência ao longo deste trabalho, os textos receberam um código composto pela letra “C” e o símbolo #, para designar o número. Os textos foram numerados de 1 a 31, como no exemplo: C#1 (que significa a coluna de número um). O *corpus* possui um total de 14.866 palavras e 3.436 *tokens* (palavras diferentes).

Código	Referência do texto	
	Título	Data de publicação
C#1	Jobim, o grosso	06/01/2010
C#2	Por que tanta pressa?	26/01/2010
C#3	Guizo no gato	03/02/2010
C#4	Triste folia	13/02/2010
C#5	Um a um... ladeira abaixo	23/02/2010
C#6	EUA quer dar exemplo na área nuclear	27/02/2010
C#7	Reta final	03/03/2010
C#8	Os reis entram na dança	10/03/2010
C#9	Homens ao mar	13/03/2010
C#10	Esculhambação	17/03/2010
C#11	Indefinição	28/03/2010
C#12	Ilusão de ótica?	10/04/2010
C#13	Em defesa de Brasília	21/04/2010
C#14	Ciro, Chávez e o Brasil	27/04/2010
C#15	"Rebolation"	05/05/2010
C#16	Direitos Humanos de uns e de outros	14/05/2010
C#17	Teste nuclear	19/05/2010
C#18	Como sempre neste país	26/05/2010
C#19	O PT de Dirceu que Dilma esconde	15/09/2010
C#20	Mais do que choque de torcidas	22/09/2010
C#21	Cureau e o "golpismo midiático"	28/09/2010
C#22	"Sucessão geracional"	29/09/2010
C#23	Vermelho, azul, verde e... branco	02/10/2010
C#24	Entre o azul e o vermelho, o verde	03/10/2010
C#25	O que é e o que parece	04/10/2010
C#26	Quem vai, quem vem	05/10/2010
C#27	Pegadinhas e pegadonas	07/10/2010
C#28	'Nós e vocês' contra 'eu e você'	10/10/2010
C#29	Contagem regressiva	26/10/2010
C#30	O novo mundo	10/11/2010
C#31	O "bico"	29/12/2010

Quadro 3 – Colunas de Eliane Cantanhêde

3.3 Procedimentos de análise dos dados

A análise compreende procedimentos de cunho quantitativo e qualitativo, respectivamente, para 1) identificação e quantificação de ocorrências de avaliatividade e 2) interpretação e classificação das realizações avaliativas, bem como para a verificação da assinatura valorativa da autora. Para tanto, utilizamos como referencial teórico os estudos em Avaliatividade (MARTIN e WHITE, 2005), discutidos na revisão da literatura, no Capítulo 2 deste trabalho.

A coleta e análise dos dados compreenderam, inicialmente, a análise do texto, e, posteriormente, a do contexto. A análise textual compreende dois procedimentos: 1) o processamento dos dados através da utilização da ferramenta computacional para análise de *corpus* – *WordSmith Tools* 5.0 (SCOTT, 2008), e 2) identificação, categorização e interpretação das ocorrências avaliativas no *corpus*.

As ferramentas de tratamento de dados textuais, oferecidas pelo programa *WordSmith*, possibilitaram-nos identificar os recursos léxico-gramaticais e semânticos com potencial avaliativo, de acordo com as categorias gramaticais e lexicais que reconhecidamente realizam avaliações em textos (MARTIN e WHITE, 2005). Este processo envolveu três procedimentos, que são relatados a seguir.

1) Elaboração de uma lista de palavras, por meio do recurso *WordList* (SCOTT, 2008). Esse recurso técnico possibilitou-nos fazer um levantamento, por ordem de frequência, de todas as palavras que constituem o *corpus*. Nesse momento da análise, foram identificados, considerando apenas as 500 palavras mais recorrentes, os itens lexicais com potencial para realizar avaliações.

2) Categorização dos dados obtidos na etapa anterior em categorias semântico-discursivas e léxico-gramaticais, como nomes, adjuntos, processos relacionais, negações, processos verbais, pontuação e notações léxicas.

3) Processamento, através da utilização da ferramenta *Concord* (SCOTT, 2008), dos itens selecionados na etapa anterior. Esse recurso possibilitou-nos produzir concordâncias ou a listagem das ocorrências de um item específico acompanhado do texto ao seu redor (o cotexto).

Com base na etapa 3), pudemos excluir ocorrências que a) não apresentavam teor avaliativo e b) não foram realizadas pela voz autoral (nos casos de discurso citado e relatado).

Na segunda etapa de análise dos textos, que previa a identificação, classificação e interpretação das ocorrências avaliativas no *corpus*, foi realizado um mapeamento a partir da leitura individual da pesquisadora, tendo como parâmetro de identificação, os pressupostos da sistematização proposta por Martin e White (2005). Essa etapa consistiu em 4 procedimentos analíticos:

- 1) Identificação e categorização das avaliações de atitude conforme as subcategorias afeto, julgamento e apreciação.
- 2) Identificação e categorização das avaliações de engajamento quanto às subcategorias expansão e contração dialógica.
- 3) identificação e categorização das avaliações de gradação de acordo com as subcategorias força e foco.
- 4) Elaboração de um quadro com a quantificação de todas as ocorrências de avaliação e das subcategorias avaliativas presentes no *corpus*. A partir do resultado do procedimento 4 desta etapa, foi-nos possível quantificar o subsistema mais expressivo nos textos.

No momento seguinte, partindo de uma análise semântico-interpretativa, foram identificados os valores relevantes privilegiados nos textos do *corpus*, ou seja, sobre quais elementos as avaliações são frequentemente dirigidas. Esse dado norteou a elaboração do resultado da última etapa da análise.

Na etapa subsequente, a análise contextual, apresentada na conclusão deste trabalho, buscamos identificar o contexto de situação que configura os textos da coluna. Nessa etapa, identificamos o registro do *corpus* – partindo da descrição das variáveis contextuais campo, relações e modo (HASAN, 1989).

Por fim, a partir dos resultados obtidos, foi delineada a assinatura valorativa da jornalista Eliane Cantanhêde.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, apresentamos e discutimos os resultados obtidos a partir das análises feitas, com base nos procedimentos previstos no Capítulo 3 – Metodologia deste trabalho. O capítulo está constituído de quatro seções. Inicialmente, na seção, 4.1, apresentamos uma visão geral da distribuição quantitativa das ocorrências de avaliatividade (MARTIN e WHITE, 2005) no *corpus*. Em seguida, na seção 4.2, descrevemos detalhadamente como se apresenta o sistema de Atitude nas colunas analisadas. Logo após, na seção 4.3, apresentamos a organização do sistema de Engajamento no corpus selecionado. Por fim, na seção 4.4, descrevemos como se apresentam os recursos de Gradação nas colunas de Cantanhêde. Juntamente aos dados levantados em cada uma das quatro seções, destacamos as formas linguísticas que a autora preferencialmente seleciona para textualizar suas avaliações.

4.1 Mapeamento da Avaliatividade no *Corpus*

Conforme o relato dos procedimentos de análise apresentados na seção 3.3 do Capítulo 3 – Metodologia, partimos de um levantamento de dados com o auxílio do programa computacional *WordSmith Tool 5.0* (SCOTT, 2008). Utilizando-nos da ferramenta *WordList*, foi possível elencarmos o total de palavras do *corpus* de acordo com a frequência em que aparecem nos textos. A lista de palavras apresenta um total de 3.436 palavras diferentes em todo o *corpus*. Como previsto na Metodologia deste trabalho, detemo-nos, inicialmente, nos 500 itens lexicais mais recorrentes.

Das 500 palavras, selecionamos os elementos que possuíam potencial avaliativo e separamo-los em categorias semântico-discursivas. O quadro reportado a seguir apresenta os itens lexicais em ordem de recorrência seguidos da porcentagem que representam do *corpus* como um todo.

Categorias semântico-discursivas	Nomes	Adjuntos	Processos Relacionais	Negativas	Processos verbais
Itens identificados	Dilma	Mas	É	Não	Disse
	Lula	Como	Foi	Nem	Dizer
	Serra	Ou	Está	Nada	Diz
	Governo	Também	Tem	Nunca	Dito
	Campanha	Porque	Ser	Nenhuma	
	Brasil	Enquanto	São	Nenhum	
	Eleição	Apenas	Estão		
	Presidente	Assim	Era		
	País	Então	Será		
	PT	Apesar	Estava		
	Ciro	Aliás	Sendo		
	País	Pois	Têm		
	Votos	Inclusive	Seria		
	Aécio	Porém	Parece		
	Marina	Portanto	Estar		
			Eram		
		Sido			
Total	643	414	388	210	36
% do <i>corpus</i>	18.7	12.04	11.2	6.11	1.0

Quadro 4 – Itens lexicais com potencial avaliativo identificados a partir da *WordList*.

A etapa subsequente desse procedimento compreendeu a verificação de cada uma das ocorrências listadas no Quadro 4. Para tanto, fizemos uso da ferramenta Concord e, a partir dos resultados, pudemos excluir ocorrências que não eram pertinentes à análise. Esse processo de exclusão baseou-se nos seguintes critérios:

- ocorrências sem teor avaliativo
- ocorrências em discurso citado e/ou relatado

Outro dado relevante corresponde à presença expressiva de sinais léxicos e de pontuação (além do ponto final e das vírgulas) ao longo do texto. Foi possível identificar cinco diferentes tipos de pontuação mais relevantes, considerando-se a frequência elevada com que aparecem nas colunas. Esses dados podem ser visualizados no Quadro 5, a seguir.

Pontuação e Marcas lexicais	Frequência
!	15
?	45
“ ”	98
...	18
?!	2

Quadro 5 – Ocorrências de pontuação e marcas léxicas

É preciso destacar, com relação à frequência da ocorrência de aspas representada no quadro, que o número 98 refere-se ao total de itens marcados com esse sinal gráfico. Entretanto, desse total, identificamos apenas 30 citações diretas. O restante, 68, corresponde a marcações da autora sobre itens lexicais de caráter irônico.

Os dados apresentados até aqui consistem de apontamentos quantitativos acerca das preferências linguísticas da autora expressas em forma de texto nas colunas de opinião analisadas. Os resultados obtidos a partir dessa primeira etapa, de abordagem quantitativa e descritiva, serão discutidos nas seções subsequentes deste capítulo. Esses resultados serão relacionados às categorias do Sistema de Avaliatividade – Atitude, Engajamento e Gradação (MARTIN e WHITE, 2005) – que os instanciam nas colunas de opinião de Cantanhêde.

Como detalhamos no Capítulo 2, item 2.2, o Sistema de Avaliatividade está localizado no estrato semântico-discursivo, nível intermediário entre a léxico-gramática e o contexto. Dessa forma, ao abordarmos a semântica do discurso, lidamos simultaneamente com os significados léxico-gramaticais e contextuais articulados e instanciados em texto. As avaliações não se limitam a fronteiras gramaticais e textuais, tais como a oração, processos e qualificativos. Além disso, muitas vezes, as avaliações não são expressas de forma explícita, mas sim, implicitamente ou, ainda, construídas a partir da leitura e da interpretação individual do leitor. Dessa forma, para podermos identificar esse tipo de avaliação, exige-se do pesquisador uma leitura e análise manual a fim de que todas as manifestações avaliativas sejam identificadas e mapeadas conforme os recursos do Sistema proposto por Martin e White (2005).

A leitura e análise manual possibilitou-nos mapear as ocorrências de avaliatividade em todo o *corpus*. Os sistemas atitude, engajamento e gradação foram discriminados separadamente em cada um dos textos que compõem o *corpus*, com o auxílio de diferentes cores de destaque. Por exemplo, ao

identificarmos, em uma parte do texto, avaliações de Atitude, fazíamos uma marcação na cor amarela. Ao identificarmos avaliações de Engajamento, fixamos uma marcação na cor verde, e assim por diante.

Em seguida, essas marcações foram separadas de acordo com as subcategorias de cada subsistema e quantificadas. As quantificações foram realizadas, inicialmente, texto por texto, e, posteriormente, no *corpus* todo. O levantamento de todas as avaliações resultou em um quadro (Quadro 6, a seguir) em que é possível visualizar quais subcategorias avaliativas são mais expressivas, quais preferencialmente realizam as avaliações e de que forma se articulam entre si em cada texto.

C#	ATITUDE									ENGAJAMENTO		GRADAÇÃO		Total parcial individual			
	AFETO			JULGAMENTO					APRECIACÃO			HETEROG.			FORÇA	FOCO	
	IN/FEL	IN/SAT	IN/SEG	ESTIMA		SANÇÃO			Soma Total	REAÇÃO	COMPOS.	VALOR	CONTR.				EXP.
				NOR	CAP	TEN	VER	PRO									
1	4			18	29	16			63	1	5	5	8	7	15		108
2	2			6	6	10			22	1	1	1	12	3	13	1	56
3	1	3	1	10	13	4			27			3	13	1	9	1	59
4				6	11	4		4	25	2		5	2	2	8		44
5			1	7	4	10	1	4	26	1			7	4	12		51
6		1		5	5	2			12	1		2	6	9	5		36
7	3			11	20	14	1		46	2		7	10	9	19	1	97
8			1	5	1	1			7		4	8	2	12	5	3	42
9	2			13	9	4			26	3		2	8	9	12		62
10	1			5	4	8	2	15	34	2	1	6	11	0	15	1	71
11	3	2	1	5	13	15	1		34		3	4	8	2	19	2	78
12				11	11	11			33			6	6	8	12	1	66
13			1	5	14	7		7	33	2	6	7	16	5	14		84
14				9	24	5	3		41	6		3	25	12	12		99
15				8	3	6	6	5	28			6	14	8	10		66
16	1			8	19	2		3	32	2		5	4	6	17		67
17			3	3	16	7	1		27	2		6	8	7	5		58
18	3		1	15	27	9		2	53	1		3	12	18	12	2	105
19	1			7	21				28	1	4	5	9	17	20	2	87
20				13	22	5	2	3	45	4		6	7	10	16	2	90
21													2	5	4	1	12
22				14	23	7		2	46	1		5	8	5	9	2	76
23			1	13	10	2		3	28	1	3	2	6	2	9		52
24	1		1	7	29	1			37	1		1	9	11	10		71
25	3	1	1	13	29	8	1	1	52	4		5	20	5	16		107
26				17	42	4		1	64	1	3	8	11	7	17		111
27				7	12	7		5	31		1	1	5	3	5		46
28		1		14	16	2			32		1	3	19	15	13		84
29			1	9	22	7			38		2	2	16	0	10		69
30				7	18	6			31		4	5	9	4	15		68
31	1		1	10		11		2	23		2	4	2	16	10	1	60
Total parcial	26	8	14	281	473	195	18	57	1024	39	40	126	295	222	368	20	
	48			949			75			205			517		388		
TOTAL GERAL	2182																

Quadro 6 – Quantificação das ocorrências de avaliatividade no *corpus*.

Com base nos dados apresentados no Quadro 6, podemos perceber que há uma alta concentração de avaliações nos textos C#1; C#18; C#25 e C#26. Como bem observa Halliday (1989), o discurso se constitui a partir de duas instâncias correlacionadas – o texto e o contexto. Sendo assim, em uma pesquisa de cunho semântico-discursivo, como a que desenvolvemos aqui, faz-se essencial investigarmos também o contexto imediato de produção de determinado texto para que possamos aferir interpretações sobre eles.

Esses exemplares da coluna listados correspondem aos textos em que a avaliação é mais expressiva. Tendo evidenciado esse fato, buscamos investigar, partindo do tema de cada texto, que fatos do cenário político estavam em pauta no mesmo período em que os exemplares foram publicados.

O exemplar C#26 é o que apresenta mais ocorrências de avaliações entre os demais. (111 no total). O texto em questão fora publicado no dia 05 de outubro de 2010, dois dias após a votação das eleições nacionais. Neste texto, intitulado “Quem vai, quem vem”, a colunista faz uma síntese das principais mudanças de regência dos cargos de senadores, governadores e deputados. A jornalista julga o desempenho dos candidatos eleitos (os que conseguiram desbancar seus antecessores e os que foram capazes de se manter no cargo pela reeleição), da mesma forma em que avalia o fracasso dos que foram substituídos.

O exemplar C#1 – “Jobim, o grosso” – apresenta 108 ocorrências de avaliações e foi publicado no dia 6 de janeiro de 2010. Nesse período, o Brasil estava enfrentando uma enorme crise aeroportuária, a qual se denominou “apagão aéreo”, além de estar às voltas com a decisão sobre a compra de novos caças supersônicos para reequipar as Forças Armadas. Em meio a todos esses conflitos estava o então Ministro da Defesa Nelson Jobim. O texto C#1 trata exatamente da atuação desse ministro, avaliando sua eficiência em resolver problemas que, em muitos casos, são criados, de acordo com o texto, pelo próprio Presidente da República – na época, Lula.

O exemplar C#25 foi publicado no dia 04 de outubro de 2010, no dia seguinte, portanto, a votação e apresenta um total de 107 avaliações. Este texto discute, a partir do resultado das eleições presidenciais – empate técnico entre os dois principais candidatos, levando as eleições ao segundo turno –, as possíveis estratégias, alianças e reflexões que Dilma e Serra terão de considerar em suas campanhas para poder vencer no segundo turno. A colunista comenta também os

fatores positivos e negativos da campanha de cada um dos candidatos, seus êxitos e seus “pecados” e determina o que “deveriam” fazer (“Antes mesmo de se reunir para debater estratégias, as campanhas de Dilma e de Serra deveriam convocar imediatamente Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso [...]”).

O exemplar C#18, publicado em 26 de maio de 2010, expressa 105 ocorrências de avaliações e versa sobre a influência da política sobre a “paixão nacional”, o futebol. 2010, além de ter sido um ano de campanha eleitoral, foi também o ano da última edição dos Jogos da Copa da FIFA. No referido texto, Cantanhêde traz um apanhado histórico da relação dos presidentes do país com o futebol para, então, comentar a “adoração” do presidente Lula por esse esporte e sua obstinação em promover a candidata do PT à presidência – Dilma Rousseff –, aproveitando-se da atuação da seleção brasileira nos jogos mundiais.

Como podemos visualizar também no Quadro 6, o sistema de atitude é o mais expressivo, apresentando 1277 de um total de 2182 avaliações identificadas. Dentro desse, o subsistema que mais se destaca, que se apresenta mais expressivo, é o julgamento, com um total de 1024 avaliações. O subsistema de apreciação é o segundo mais recorrente, e, ainda assim, aproximadamente cinco vezes menos que o de julgamento, apresenta um total de 205 avaliações. O subsistema de afeto é o que menos se manifesta, e corresponde a 48 das avaliações de Atitude.

O sistema de Engajamento, por sua vez, apresenta um total de 517 manifestações avaliativas. Dentre essas, 295 são expressas por contração dialógica e 222 são expressas por mecanismos de expansão dialógica.

O Sistema de Gradação está presente nos textos 388 vezes. A categoria de força, seja isolada, fusionada ou por repetição, é a que preferencialmente realiza este sistema. A força corresponde a 368 avaliações de Gradação, enquanto o foco corresponde a apenas 20.

A seguir, nas seções 4.2, 4.3 e 4.4 discutiremos, respectivamente, a manifestação linguística dos sistemas de atitude, engajamento e gradação no *corpus*.

4.2 Atitude

O Sistema de atitude, como determinam Martin e White (2005, p. 42), é um sistema de significados, uma abordagem para mapear os sentimentos tais como são construídos em textos. Esses sentimentos, de acordo com essa teoria, podem ser associados a três diferentes regiões semânticas: a emoção, a ética e a estética. Como pudemos visualizar no Quadro 6, no mapeamento feito sobre as avaliações presentes no nosso *corpus* de pesquisa, foi possível identificar, quanto ao sistema da Atitude, a presença dessas três regiões semânticas. As avaliações foram construídas tanto no campo do afeto (emoção), quanto do julgamento (ética) e da apreciação (estética), porém houve uma desigualdade quanto à frequência em que cada uma dessas categorias semânticas foram manifestadas nos textos.

Podemos inferir, contudo, que há uma “preferência” da parte de quem formula as avaliações sobre determinado campo semântico. Ou, ainda, podemos supor que o tipo de texto argumentativo privilegia certos “tipos” de significados atitudinais. Estas suposições levantadas aqui serão confrontadas aos resultados da análise depreendida.

4.2.1 Julgamento

O julgamento é a categoria do sistema de Atitude mais presente nos textos analisados. De acordo com o Quadro 6, há um total de 1024 avaliações de julgamento. Esse número corresponde a mais de 80% de todos os significados atitudinais do *corpus*. Essa porcentagem é expressiva e condiz com o propósito discursivo das colunas de opinião política. Como falamos anteriormente, no tópico 1.3 do Capítulo 1, esse tipo de coluna surgiu a partir do momento em que o público passou a não mais se contentar com apenas a reportagem sobre os fatos do campo político e começou também a se interessar “pelas causas, pelo comportamento dos principais agentes políticos e pelas consequências da conduta de seus representantes” (CRUVINEL, 2006, p. 227).

A colunista, no nosso caso, interessa-se não pelo que sentem os agentes políticos, tampouco pelos aspectos estéticos desses sujeitos e de seus projetos, como é possível afirmar a partir dos dados reportados no Quadro 6. Seu foco de interesse está na atuação dos políticos, na sua conduta frente às adversidades e aos sucessos advindos das práticas da esfera pública. Por isso, as avaliações nos textos que analisamos constroem-se, predominantemente, a partir da região semântica da ética.

Os dois tipos de julgamento – estima e sanção social – e todas as subcategorias de cada um desses tipos estão presentes no *corpus*, mas não de forma equilibrada. Há, de acordo com os dados do Quadro 6, uma expressiva recorrência da categoria de julgamento de estima social por capacidade (473 ocorrências, representando 46% do total de avaliações de julgamento). O segundo tipo mais recorrente é o julgamento de estima social por normalidade (281 ocorrências, representando 27% do total). O julgamento de estima social por tenacidade é o terceiro tipo que mais presente (195 ocorrências, representando 19% do total). A seguir, os exemplos 32, 33 e 34 elucidam, respectivamente, julgamentos de capacidade, normalidade e tenacidade.

32	Dilma está em ascensão , Serra em queda .	(C#7)
33	A cassação do governador José Roberto Arruda, pelo apertado placar de 4 a 3 no TRE do DF, é um exemplo primoroso do decantado jeitinho brasileiro de fazer as coisas.	(C#10)
34	Poder-se-ia dizer ao menos que os candidatos têm de rebolar para driblar a lei eleitoral [...]	(C#15)

Frente a esses dados quantitativos, é possível afirmar que o interesse da colunista está em quão capaz (ou não) demonstram ser os agentes da política nacional. Soma-se a isso outro dado contextual relevante: a campanha presidencial de 2010. O ano de coleta do *corpus* foi também o ano da última campanha eleitoral para os cargos de presidente da república, senador, governador estadual e

deputados federais e estaduais. A área política nesse ano estava agitada e, em se tratando de disputa de votos e de preferência pública, as colunas de Cantanhêde, tal como comprova nossa análise, versaram sobre – avaliaram –, predominantemente, a competência dos concorrentes.

Identificamos também a presença de avaliações de julgamento por sanção social. Essa categoria, entretanto, foi menos expressiva do que a de estima social, apresentando apenas 57 avaliações de propriedade (5,5% do total de avaliações de julgamento) e 18 avaliações de veracidade (1,7% do total). A seguir, os exemplos 35 e 36 elucidam, respectivamente, julgamentos de propriedade e de veracidade.

35	[Joaquim Roriz] aproveitou para montar todo um esquema financeiro, administrativo e político que o levou de volta ao cargo três outras vezes [...]	(C#13)
36	Ou, de uma hora para outra, Dilma virou sindicalista e Serra foi rebatizado evangélico, ou os dois estavam descaradamente em campanha . O que você acha?	(C#15)

Como já detalhamos no Capítulo 2 deste trabalho, os julgamentos de sanção social referem-se aos códigos de conduta institucionalizados na sociedade. Julgamentos desse tipo implicam a necessidade de comprovação sobre as afirmações, além da credibilidade indiscutível de quem as pronuncia. Dessa forma, a partir dos dados relatados, podemos afirmar que a colunista prefere não construir textualmente juízos sobre a conduta criminosa dos políticos. Podemos atribuir a isso uma necessidade de não comprometimento da jornalista para com as suas afirmações na coluna que assina.

A categoria de julgamento se realiza nas colunas analisadas por meio de diferentes mecanismos discursivos. Um recurso bastante presente nos textos e que, em geral, realiza avaliações de julgamento são as expressões coloquiais. Apesar de as colunas de Cantanhêde apresentarem intensa articulação discursivo-argumentativa, é expressivo o contingente de coloquialidade. Em sua maioria, esse

recurso funciona como um qualificativo, construindo uma conexão entre um consenso popular e a entidade avaliada.

No exemplo 37, a expressão “pulo no escuro” refere-se à realização de um ato cujo sucesso não é garantido.

37	O outro [Ciro Gomes] é o camarada que teve até a ousadia de trocar seu domicílio eleitoral do Ceará para São Paulo, um pulo no escuro .	(C#3)
----	--	-------

Outro recurso discursivo que também realiza o julgamento são as metáforas lexicais. Em sua maioria, as metáforas lexicais podem ser também classificadas como expressões coloquiais, uma vez que essas relacionam duas entidades semânticas de categorias lexicais distintas, cristalizando um novo significado não literal. No exemplo 38, a metáfora “unha e carne” corresponde à estreita relação do político Wilson Lima com Roberto Arruda e com Joaquim Roriz, outros dois políticos que estão sob acusação de conduta corrupta. Ao afirmar que Wilson Lima e esses outros dois políticos são como “unha e carne”, ou seja, inseparáveis, a colunista está “julgando” também a conduta dele.

38	O que restou é Wilson Lima (PR), nada mais, nada menos do que unha e carne com Arruda e com Joaquim Roriz, a origem de tudo.	(C#5)
----	---	-------

Quanto aos processos, os julgamentos são frequentemente introduzidos por “dar”, “botar”, “dever” e “ser”. Note-se também que o processo “botar” corresponde a uma forma coloquial do processo “colocar”. Vejamos, a seguir, nos exemplos 39, 40, 41 e 42, a realização textual de cada um desses processos.

39	Tarso Genro dá uma das suas e os milicos ficam em pé de guerra?	(C#1)
----	--	-------

40	Justamente quando ela [Dilma] disparou e estava pronta para ganhar tranquilamente em primeiro	(C#20)
----	---	--------

	turno, [Lula] passou a botar os pés pelas mãos [...]	
--	---	--

41	[Serra] deve o segundo turno principalmente ao fato novo - ou à terceira via - introduzido nesta eleição: Marina Silva e a "onda verde".	(C#24)
----	---	--------

42	Lula é daqueles que gostam de negociar e de empurrar com a barriga, Jobim é o oposto [...]	(C#1)
----	--	-------

Os adjetivos, contudo correspondem ao recurso que menos textualiza o julgamento. Mesmo assim, a colunista faz uso do mecanismo de adjetivação, na maioria das vezes, com polaridade negativa. No exemplo 43 identificamos dois adjetivos que qualificam o ministro Nelson Jobim de forma negativa.

43	O problema é que Lula é voluntarista de um jeito, Jobim é de outro -- turrão, mandão .	(C#1)
----	---	-------

4.2.2 Apreciação

A apreciação é explorada nos textos como recurso para atribuir valores estéticos às entidades físicas avaliadas. Esse recurso é o segundo mecanismo atitudinal mais expressivo, apresentando um total de 205 avaliações. O tipo de apreciação que se sobressai é o da valoração, cuja definição corresponde ao significado social de determinado texto, processo ou evento. Como podemos ver no exemplo 44, a seguir,

44	[...] o beijinho de Serra e Dilma, na primeira página da Folha de hoje, tem uma simbologia positiva [...]	(C#7)
----	--	-------

Considerando-se a natureza do tipo de texto a que pertencem as colunas analisadas – argumentação individual sobre eventos do cenário político – é

compreensível que seja a categoria da valoração a realizar mais frequentemente os significados estéticos. Esse tipo de apreciação, a valoração, ocorre 126 em todo o corpus. Quanto à composição e à reação, o número de ocorrências de avaliatividade é praticamente igual: 39 e 40, respectivamente. O exemplo 45 demonstra como uma manifestação de apreciação do tipo composição, e o exemplo 46 demonstra uma manifestação de reação.

45	[...] a FAB [...] faz um trabalho super-detalhado, de 30 mil páginas , sobre o melhor pacote dos caças supersônicos para o Brasil [...]	(C#1)
46	O Exército já subiu o morro do Alemão, por exemplo, e a expectativa é de que a operação, até agora tão bem sucedida , seja ampliada para os demais complexos do Rio.	(C#31)

4.2.3 Afeto

De acordo com o Quadro 6, a categoria de afeto é a menos expressiva em todos os textos e ocorre apenas 48 vezes. Mesmo assim, a autora utiliza os três tipos de afeto, sendo mais recorrente o de in/felicidade, com 26 ocorrências contra 14 de in/segurança e 8 de in/satisfação.

É preciso esclarecer que, em geral, as avaliações de afeto são construídas na tessitura do texto com um tom irônico, o que, na prática, descredenciaria essas avaliações do seu papel emocional. Mas, ainda assim, acreditamos que esses casos deveriam ser computados, pois, mesmo em se tratando de ironia, houve uma escolha por esse recurso em detrimento de outro. Esse fato em si também configura o estilo avaliativo da autora.

Nos textos, o afeto de in/felicidade se manifesta tanto por nomes, como no exemplo 47, quanto por processos, como no exemplo 48.

47	Outro problemão (...) é que todo mundo quer tratar Ciro com jeito, com carinho , porque ele não é fácil.	(C#3)
----	--	-------

48	(...) se há uma coisa que ele [Lula] adora , é um palanque.	(C#11)
----	---	--------

O afeto de in/segurança, da mesma forma, ocorre nos textos tanto por nomes quanto por processos. Os exemplos 49 e 50 demonstram cada uma dessas manifestações respectivamente.

49	A última pesquisa Datafolha deu um susto no governo [...]	(C#11)
----	---	--------

50	[...] o segundo turno de 2006, por exemplo, ocorreu porque Lula estremeceu com o mensalão e com os "alopradados do PT" [...]	(C#24)
----	---	--------

O afeto de in/satisfação é o que menos ocorre nos textos. Diferentemente do afeto de in/felicidade e de in/segurança, esse se manifesta apenas por nomes, como mostra o exemplo 51.

51	Com isso, fica todo mundo contente [...]	(C#10)
----	---	--------

4.3 Engajamento

Os dados do Quadro 6 comprovam que o posicionamento heteroglóssico manifesta-se nas colunas analisadas tanto por meio da contração dialógica quanto da expansão dialógica. A categoria de engajamento por contração está presente em todos os textos que compõem o *corpus*, já a categoria de expansão é identificada apenas em 29 dos 31 textos. A expansão é também o recurso heteroglóssico menos

expressivo (222 vezes, representando 43% do total de posicionamentos heteroglóssicos) se comparado à contração dialógica (295 vezes, 57% do total).

Essa diferença, contudo, é pequena, o que nos permite afirmar que há, nas colunas, uma articulação dialógica equilibrada. A colunista tanto abre seu discurso quanto o contrai, implicando, assim, em um jogo dialógico. Ao mesmo tempo em que a colunista demonstra ser mais categórica, dando pouco espaço para a contraposição ao seu dizer, ela abre espaço ao dizer do outro, a outras vezes e ao – possível – confronto por parte do leitor. O exemplo 52, a seguir, destaca alguns mecanismos de contração do dizer, como o pronunciamento e a negação.

52	O maior problema para a oposição, porém, não é esse corte em si, mas o cruzamento de tendências.	(C#7)
----	---	-------

Já o exemplo 53 demonstra a utilização de uma pergunta retórica como recurso para expandir o discurso.

53	O PT está virando o velho PSDB, e o PSDB está virando o velho PT, ou é tudo uma ilusão de ótica?	(C#12)
----	---	--------

Como demonstraremos a seguir, as categorias semântico-discursivas de heteroglossia se manifestam por meio de diversos recursos linguísticos, de acordo com as categorizações previstas por Martin e White (2005). Mas, além desses, veremos que, nos textos de Cantanhêde, a pontuação e o uso de perguntas retóricas também funcionam como mecanismos de expansão dialógica.

4.3.1 Realização linguística da heteroglossia

Contração dialógica

A categoria de contração dialógica está estruturada sobre dois principais recursos discursivos: a refutação e a retificação (MARTIN e WHITE, 2005). A

refutação se manifesta nos textos de duas estratégias linguísticas distintas. Uma delas é a negação. Esse é o recurso de contração mais utilizado nos textos que analisamos. Podemos visualizar a demonstração de sua manifestação no exemplo 54.

54	Nem Serra nem Dilma e muito menos Marina Silva são Chávez ou Ciro, mas nenhum dos três chega a ser também Fernando Henrique ou Lula. Nem no temperamento, nem no estilo, nem nas crenças, nem na visão de país e de mundo.	(C#14)
----	---	--------

Outra estratégia de refutação e que também é utilizado pela colunista é a contraexpectativa. Esse recurso se realiza linguisticamente por meio das conjunções adversativas, como mostra o exemplo 55.

55	Toffoli é um ótimo sujeito, mas tinha todas as desvantagens e nenhum dos atributos para ser ministro [...]	(C#19)
----	---	--------

A retificação, outro recurso sobre o qual se estrutura a contração dialógica, é expressa por três diferentes mecanismos. Um deles é o pronunciamento que, linguisticamente, se realiza por expressões determinativas, como demonstram os exemplos 56 e 57 a seguir.

56	O problema é como será esse tal PSDB renovado e como será essa tal de oposição aos frangalhos, com o DEM e o PPS a caminho do ocaso.	(C#22)
----	---	--------

57	A questão é que a eleição passa, e o futuro presidente e seu governo ficam.	(C#14)
----	--	--------

Outro mecanismo de contração – retificação é a confirmação da expectativa. Nos textos do *corpus*, ela se manifesta linguisticamente por advérbios como “obviamente”, “certamente”, como nos exemplos 58 e 59.

58	[...] Serra sobe sete pontos e ganha em primeiro turno (obviamente , se a eleição fosse hoje) [...]	(C#3)
----	---	-------

59	Pedro Simon mantém o mandato, que certamente será o último.	(C#26)
----	--	--------

O terceiro mecanismo de contração – retificação é o endosso. Nas colunas, esse recurso aparece na forma de processos como “cristaliza”, “define”, “comprova”. Podemos conferir essa estratégia nos seguintes exemplos:

60	A cinco dias da eleição, a pesquisa Datafolha cristaliza a diferença de Serra e Dilma em 12 pontos dos votos válidos e assim define virtualmente o segundo turno no próximo domingo.	(C#29)
----	--	--------

61	Ciro Gomes desliza suavemente para fora do páreo, enquanto Marina Silva está emperrada em apenas 8%, comprovando , mais uma vez, que a partida final deverá ser travada entre a petista Dilma e o tucano Serra.	(C#11)
----	--	--------

Expansão dialógica

A expansão dialógica, entretanto, manifesta-se no texto por meio do mecanismo de atribuição (pois não foi identificada nenhuma ocorrência de expansão

por entretenimento). Nos textos, o recurso de atribuição – distanciamento é realizado linguisticamente por processos como “insistir” (exemplo 62), “admitir” (exemplo 63).

62	[...] o Brasil insiste em negociação, para poder cobrar compromissos de Mahmoud Ahmadinejad para a paz e a não-bomba.	(C#7)
----	--	-------

63	O rei admitiu que está bem informado [...]	(C#8)
----	---	-------

Já o recurso de atribuição – reconhecimento se manifesta no *corpus* por meio de processos verbais como “diz”, “disse”, “falou”. Os exemplos 64 e 65 demonstram a realização dessa categoria de expansão por atribuição.

64	O Brasil acha, como me disse Amorim ontem, que a radicalização só vai prejudicar o povo iraniano, sem melhorar o ânimo de Ahmadinejad.	(C#7)
----	---	-------

65	Dilma certamente falará da inclusão de 28 milhões de pessoas [...]	(C#28)
----	---	--------

4.3.2 Outros mecanismos de engajamento

Além dessas classificações linguístico-discursivas, o engajamento está manifestado nos textos pelo discurso relatado, introduzido pelas aspas, e também outros sinais gráficos de pontuação e marcas léxicas. A seguir, o Quadro 7 traz a relação desses recursos identificados e a classificação de cada um deles.

Tipos	Ocorrências	Classificação
“ ”	68 (ironia)	Contração dialógica
“ ”	30 (citações)	Expansão dialógica
?	44	Contração dialógica
...	18	Expansão dialógica
!	14	Monoglossia
?!	2	Contra/expansão

Quadro 7 – Sinais gráficos que evidenciam engajamento no *corpus*.

Aspas

A função das aspas no *corpus* é peculiar. Conforme descrito no Quadro 7, foi possível identificar 98 itens marcados por esse recurso. Desses, apenas 30 são usados para introduzir o discurso de outras vozes na forma de citações diretas. O restante, 68, diz respeito a palavras cujo funcionamento na construção avaliativa atribui ao texto um teor irônico. É o que podemos verificar nos exemplos 66, 67 e 68, a seguir.

66	Mas, agora que a Casa Civil caiu (de novo) sob o peso da parentada toda dele, [Dilma] teve a desconsideração de rebaixá-la à condição de ' mera assessora '.	(C#19)
----	---	--------

67	No país legal e imaginário, eles [Dilma e Serra] são apenas " pré-candidatos " e, até as convenções de junho, não podem usar palanques, fazer discursos nem agir como candidatos.	(C#15)
----	--	--------

68	[...] e a cidade chega ao seu aniversário " comemorando " quatro governadores em poucos meses.	(C#13)
----	---	--------

No exemplo 66, a autora critica, destacando com aspas, a atual condição da sucessora de Dilma Rousseff na Casa Civil, que, nas palavras da autora “surgiu meio do nada e virou ministra da Casa Civil, principal cargo do governo”. Entretanto, ao se descobrirem irregularidades dentro da própria Casa Civil, Dilma, que outrora a tinha “indicado”, rebaixou-a à condição de “mera assessora”.

No exemplo 67, a autora critica o fato de os pré-candidatos não respeitarem a lei que os proíbe de fazer campanha antecipadamente. A palavra “pré-candidatos” é destacada por aspas porque, como argumenta o texto (C#15), na prática, eles são candidatos em plena campanha à presidência.

No exemplo 68, o sentido da palavra “comemorando” é deturpado pelo uso das aspas. Brasília, a cidade a que se refere o texto, às voltas de completar 50 anos, enfrenta uma intensa crise política que levou três governadores a renunciarem ao cargo em poucos meses. De acordo com os argumentos da autora, não há o que comemorar.

Perguntas retóricas

Outro recurso que, segundo nossa análise, funcionalmente manifesta uma contração do diálogo são as perguntas. Como apresenta o quadro 7, foi possível verificarmos 44 ocorrências de interrogação (1,4% em cada texto). Esse tipo de pontuação marca a presença de questionamentos por parte da autora, o que sugere uma participação ativa potencial de um interlocutor. Somente esse dado nos serviria como argumento para classificarmos esse recurso como expansão dialógica. Entretanto, ao verificarmos a tessitura textual, notamos que as marcações interrogativas são construídas como perguntas retóricas, como demonstram os exemplos 69 e 70.

69	Ciro terá dificuldade para encontrar um rumo na atual campanha. Vai acabar indo com Lula e com Dilma, mas com evidente mal-estar de lado a lado. E, aliás, indo para onde?	(C#14)
----	--	--------

70	A partir de agora, [os policiais militares, quando estiverem em folga] darão segurança extra para as Prefeituras. É ou não legalizar o "bico"?	(C#31)
----	---	--------

As perguntas retóricas não apresentam expectativa de resposta e podem, de acordo com Costa e Silveira (2012), ser utilizadas com a função argumentativa de convencer/persuadir, sendo comum a sua presença em contextos cujo principal propósito comunicativo é conquistar adesão a determinados pontos de vista. Nesse sentido, argumentamos que, nos textos analisados, as perguntas, que julgamos ter uma função retórica, funcionam como recurso de contração dialógica e não de monoglossia, pois, apesar de serem construídas a partir da voz da autora, há uma abertura para a interlocução, mesmo que simbólica e textualmente limitada.

Reticências

A frequência do uso de reticências (18 vezes) também é um dado importante, pois esse recurso costuma ser mais comum em textos com características mais conversacionais. Nos textos analisados, as reticências funcionam como mecanismos de expansão dialógica. A seguir, no exemplo 71, podemos verificar a realização desse tipo de construção dialógica.

71	Brasília fez bonito na reação à ditadura militar [...] Para dar nisso...	(C#4)
----	--	-------

Como mostra o exemplo acima, as reticências funcionam, nos textos, como um espaço a ser preenchido pelo interlocutor (em potencial, diga-se). Configura, desse modo, um mecanismo de expansão dialógica.

Exclamação e interrogação/exclamação

As exclamações (14 no total) também funcionam como marcas textuais de posicionamento dialógico. Neste caso, a exclamação está presente no posicionamento monoglóssico, conforme demonstra o exemplo 72.

72	PS - Ótimo Ano Novo, sem medo de ir às ruas e de ser feliz!	(C#31)
----	---	--------

Há também o uso do sinal de interrogação seguido do sinal de exclamação (duas ocorrências). Vejamos os exemplos 73 e 74.

73	Mais cedo ou mais tarde, pode apostar que lá vem chumbo e denúncias contra Lima, que só pensa naquilo: mudar com a família para a residência oficial de Águas Claras! Pode?!	(C#5)
----	---	-------

74	Dilma chama Ciro Gomes para a fase "paz e amor"(?!) da campanha, Serra traz Jorge Bornhausen para a linha de frente;	(C#27)
----	---	--------

Nesses casos, há, simultaneamente, a ocorrência de dois posicionamentos dialógicos distintos. Um deles é a heteroglossia, realizando uma contração dialógica por meio de perguntas retóricas. O outro é a monoglossia, identificada pelo uso do sinal de exclamação, atribuindo ao enunciado um “fechamento”, sem possibilidade linguística de participação do interlocutor.

4.4 Gradação

A gradação no *corpus* se realiza tanto pelo recurso discursivo da força quanto pelo do foco. Há, contudo uma significativa diferença quanto à frequência de cada

um desses recursos. De acordo com os dados apresentados no quadro 6, o fenômeno da gradação se manifesta predominantemente por força. A análise possibilitou-nos identificar 388 ocorrências de gradação em todo o *corpus*. Desse total, 368 ocorrências correspondem ao sistema de força, enquanto apenas 20 correspondem ao subsistema de foco.

4.4.1 Força

Nos textos do nosso *corpus*, o subsistema de força é o mais expressivo, representando 95% do total de ocorrências de gradação. Essa categoria se manifesta nas colunas tanto por intensificação quanto por quantificação. Quanto à realização linguística, a força é instanciada nos textos por isolamento e por fusão.

Força isolada

A análise da *Wordlist* possibilitou-nos identificar dez elementos lexicais com frequência relevante que possuem a funcionalidade de graduar avaliações. Os mecanismos gradativos de força isolada encontrados no *corpus*, como dissemos, realizam-se tanto por quantificação quanto por intensificação.

Elementos gradativos de força isolada		Nº ocorrências	Total
Intensificação	muito	22	113
	só	22	
	sempre	19	
	ainda	18	
	melhor	18	
	apenas	14	
Quantificação	tudo	26	68
	todos	16	
	grande(s)	14	
	menos	12	

Quadro 8 – Itens lexicais que realizam a força isolada e a frequência de suas ocorrências no *corpus*.

O advérbio “muito” funciona como intensificador, modificando e advérbios. O exemplo 75 apresenta uma ocorrência desse advérbio.

75	Por isso, apesar do abatimento, a campanha de Dilma continua em franca vantagem. E a de Serra não tem tempo a perder, muito menos a perder com disputas de ego e briguinhas internas, tão comuns no PSDB, no DEM e no PPS.	(C#25)
----	---	--------

Juntamente ao item intensificador “muito”, com o mesmo número de ocorrências, verificamos o advérbio “só”. Esse recurso é usado, na maioria das vezes, para intensificar processos (conforme exemplos 76 e 77).

76	ACM, como poucos sabem, não integrou esse núcleo. Só aderiu depois, quando a vitória de Tancredo já estava costurada e certa.	(C#26)
----	--	--------

77	Serão dois Lulas hoje com o time de Dunga: o Lula que adora futebol e o Lula que só pensa naquilo: eleger Dilma Rousseff.	(C#18)
----	--	--------

Em seguida, de acordo com a ordem do Quadro 8, verificam-se os advérbios “sempre” (19 ocorrências), “ainda” (18 ocorrências), “melhor” (18 ocorrências) e “apenas” (14 ocorrências), que também funcionam como recursos de gradação de força por intensificação. Podemos evidenciá-los, respectivamente, nos exemplos 78, 79, 80 e 81

78	Treinadores e craques acatam nas ditaduras, mas, nas democracias, sempre podem dar o troco.	(C#18)
----	--	--------

79	A equação não fecha: Dilma disfarça o partido, mas o partido vai ter ainda mais poder no governo dela?	(C#19)
----	---	--------

80	Com a inclusão de novos membros e representando melhor o novo equilíbrio mundial, dificilmente, por exemplo, George W. Bush teria ficado tão à vontade para invadir o Iraque sem autorização do conselho - e, pior ainda, sob pretextos fajutos!	(C#30)
----	---	--------

81	Em 2002 e 2006, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva deu uma fantástica volta por cima, não apenas consolidando a dianteira mas até comendo votos dos adversários.	(C#24)
----	--	--------

Dentre os recursos de quantificação relacionados ao eixo de força do subsistema de gradação, o item lexical mais frequente é o pronome indefinido “tudo”. Este recurso ocorre 26 vezes no total. Podemos evidenciar, conforme o exemplo 82, de que forma esse recurso apresenta-se no texto.

82	E, claro, tudo o que Lula e Dilma não querem é explosão a esta altura do campeonato.	(C#3)
----	---	-------

O pronome indefinido “todos” corresponde ao segundo recurso mais utilizado nos textos analisados funcionando como quantificador de força isolada, totalizando 16 ocorrências. Esse item incide, como mostra o exemplo 83, sobre os nomes “cantos” e “momentos”.

83	Brasília nasceu sob o desenvolvimentismo, o liberalismo econômico e o liberalismo político de JK, cresceu com a leva de professores de elite trazidas de todos os cantos para fundar a UnB, atuou na resistência à ditadura, mesmo sendo a cova dos	(C#13)
----	--	--------

	leões, participou ativamente de todos os momentos políticos do país nos últimos 50 anos.	
--	---	--

Evidenciamos, além desses, a presença do adjetivo “grande”, incidindo sobre entidades, tais como “países” e “empresas”, no exemplo 84, e do pronome indefinido “menos” no exemplo 85, que, por sua vez, incide sobre os nomes “alianças” e “tempo”.

84	[o rei da Suécia, Carl Gustaf] Disse que os suecos "estão orgulhosos" de participar de uma disputa entre grandes países e grandes empresas [...].	(C#9)
----	---	-------

85	O lado fraco é a falta de unidade, a indefinição de Aécio Neves na vice, a demora na montagem da estrutura, a ausência de um discurso, de uma bandeira. Além de menos alianças partidárias, o que significa menos tempo num instrumento decisivo -- a TV.	(C#11)
----	---	--------

A partir do confronto dos dados e da quantificação de todas as ocorrências de força isolada, foi possível elaborar um quadro (Quadro 9) com o total de realizações de força por intensificação e por quantificação. Constatamos que o recurso de intensificação corresponde a 62,5% de todas as manifestações de gradação no eixo da força, enquanto o recurso de quantificação reflete 37,5% do total de realizações de força isolada no *corpus*.

Força isolada	
Intensificação	Quantificação
113 ocorrências	68 ocorrências
62.5 %	37.5 %
Total = 181	

Quadro 9 – Realizações de força isolada em dados percentuais

Como vimos, dentre os recursos de intensificação mais frequentes mapeados nesta pesquisa não foram encontrados modificadores de indicadores de modalidade, tais como certo, provável, esperado, etc. Esse dado pode evidenciar que os elementos modalizadores são menos expressivos nos textos analisados, uma vez que não foram identificadas marcas de gradação que incidam sobre eles.

Além desses elementos linguísticos identificados, a força isolada também se manifesta pela repetição de determinado item lexical. A realização dessa estratégia discursiva pode ser verificada nos exemplos 86 e 87 a seguir.

86	Em 1970, o general Emílio Médici capitalizou politicamente cada gol, cada momento, cada milímetro da taça do tri conquistado no México.	(C#18)
87	Era ali [na liderança do PT na Câmara] o foco dos dossiês, das CPIs, das denúncias de todo tipo contra Collor, contra Itamar, contra Fernando Henrique, contra tudo e contra todos os demais.	(C#19)

Força fusionada

Esse tipo de estratégia do subsistema de força só é possível de ser identificado pela análise (co-)textual, pois, nesse caso, a força não é expressa linguisticamente por elementos gramaticais como advérbios e adjetivos. Na fusão, a força está incorporada ao significado do próprio item lexical. Nos textos, a intensificação fusionada realiza-se linguisticamente mais por processos (exemplo 88) do que por atributos (exemplo 89).

88	[...] o último Datafolha deflagra a campanha eleitoral.	(C#7)
----	--	-------

89	Como a entrevista da vice-procuradora geral eleitoral Sandra Cureau à Folha teve enorme repercussão [...]	(C#23)
----	--	--------

Como já afirmamos, no item 4.2.1 deste capítulo, o julgamento é realizado no *corpus* frequentemente por expressões coloquiais e por metáforas lexicais. Nos textos analisados, essas duas estratégias geralmente funcionam como “bloco” semântico cujo significado é compartilhado pelos interlocutores da coluna. Frequentemente, a autora utiliza esse recurso para graduar o impacto do julgamento sobre determinado participante.

Como mostra o exemplo 90, a metáfora “canhão Lula e seu exército” funciona como intensificador da força política de que Lula dispunha e que, como argumenta o texto, usou estrategicamente a favor da candidata Dilma.

90	Serra lutou bravamente [...] Mas não tinha arsenal político e estratégico para enfrentar o canhão Lula e seu exército.	(C#29)
----	---	--------

No exemplo 91, podemos identificar que a autora recorre à metáfora da “metralhadora giratória” para argumentar que boa parte dos líderes do partido em questão, o PMDB, está criticando a indicação de Michel Temer à vice-presidente Na candidatura de Dilma Rousseff.

91	[O PMDB] virou metralhadora giratória [...]	(C#2)
----	--	-------

O exemplo 91 corresponde a uma realização de força por quantificação fusionada, pois, no caso, Temer estaria sendo alvo de muitos “disparos” vindo do seu próprio partido.

4.4.2 Foco

Os resultados da análise do *corpus* demonstram (conforme Quadro 6) que o subsistema de foco é pouco expressivo nos textos. As estratégias discursivas de foco correspondem a apenas 5% do total de elementos gradativos. Essa categoria se manifesta nas colunas tanto por acentuação quanto por atenuação. O exemplo 92, a seguir, apresenta uma ocorrência de foco por atenuação.

92	[O rei da Suécia, Carl Gustaff] Aproveitou para fazer uma espécie de apelo.	(C#8)
----	--	-------

Ao dizer que o rei fez “uma espécie de apelo”, a autora reduz o grau de pertencimento do item lexical “apelo” à categoria semântica dos pedidos, pois, de acordo com o nosso conhecimento de mundo compartilhado, reis não costumam fazer apelos.

Já no exemplo 92, contrariamente, temos a manifestação de foco por acentuação. Nesse caso, a locução “verdadeira” confere à entidade “futebol” alto grau de autenticidade como pertencente à categoria de paixões nacionais.

93	Num país como o Brasil, em que tudo é festa e o futebol é a verdadeira paixão nacional , a Copa do Mundo e a política embolam [...]	(C#8)
----	--	-------

A análise reportada neste capítulo apontou de que forma e por meio de quais recursos linguísticos a avaliatividade está construída no *corpus*. Podemos sintetizar os principais recursos de acordo com suas categorias a partir do Quadro 10 a seguir.

AVALIATIVIDADE					
ATITUDE		ENGAJAMENTO		GRADAÇÃO	
JULGAMENTO		HETEROGLOSSIA		FORÇA	
Estima social		CONTRAÇÃO	EXPANSÃO	Intensificação	
Capacidade		Negação	Atribuição	Isolada	Fusionada
Expressões coloquiais	Metáforas lexicais	Perguntas retóricas	Reticências	Advérbios	Metáforas lexicais

Quadro 10 – Síntese dos recursos linguísticos de avaliatividade mais expressivos no *corpus*.

No próximo capítulo, aproximando-nos do fechamento deste trabalho, apresentamos a conclusão da pesquisa com o delineamento da assinatura valorativa da colunista Eliane Cantanhêde.

CONCLUSÃO

Nos capítulos deste trabalho de mestrado, reportamos uma análise da instância de individuação (MARTIN, 2008) em textos da coluna de opinião assinada pela jornalista Eliane Cantanhêde, com o enfoque nas manifestações linguísticas das avaliações da autora. O objetivo geral deste estudo foi determinar, por meio da investigação e análise dos recursos de avaliatividade (MARTIN e WHITE, 2005), a construção do estilo avaliativo autoral manifestado na coluna de opinião. Em outras palavras, buscamos determinar qual é a assinatura valorativa de Cantanhêde.

Os objetivos específicos foram:

1) identificar, no *corpus*, os recursos léxico-gramaticais e semânticos-discursivos que concorrem para a realização dos subsistemas avaliativos (MARTIN e WHITE, 2005);

2) mapear os recursos que são recorrentes a fim de delinear a “síndrome de avaliação” (MARTIN e WHITE, 2005, p. 203) manifesta nos textos; e

3) estabelecer a assinatura valorativa da autora (MARTIN e WHITE, 2005, p. 203), as construções avaliativas que caracterizam seus textos.

Para tanto, fizemos análises do texto e do contexto dos 31 exemplares coletados. A análise compreendeu duas principais etapas. Inicialmente, na primeira etapa com o auxílio do programa computacional de tratamento de dados linguísticos – *WordSmith Tools* (SCOTT, 2008), de cunho quantitativo, foram identificados os tópicos de relevância avaliativa mais frequentes nos textos. Posteriormente, na segunda etapa, partindo de uma análise individual e interpretativa, de cunho qualiquantitativo, foram mapeadas e computadas todas as ocorrências de avaliação do *corpus*.

A análise contextual revelou como o contexto de situação que permeia o *corpus* está organizado. Foi possível constatar que os processos relacionais são os mais frequentes, constituindo, 11,2% de um total de 3.436 types (palavras diferentes) de todo *corpus*. É por meio desses processos, preferencialmente, que a autora institui proposições e afirmações acerca do tema abordado e materializa discursivamente sua opinião.

Em relação aos recursos que sinalizam os participantes envolvidos nos processos, constatamos que os mesmos referem-se predominantemente ao campo semântico da política no contexto brasileiro (Dilma, Lula, Serra, governo, campanha, Brasil, eleição, presidente, PT). Outro fator considerável diz respeito ao amplo uso de operadores argumentativos, elementos que estabelecem as relações lógico-semânticas nos textos – “para”, “mas”, “ou”, “já” –, que, somados, correspondem a 12.04% do total de palavras do *corpus*. Foi considerada também a alta frequência que são utilizados os recursos de negação – “não”, “nem”, “nenhuma” – mais de 6,1% do *corpus*.

Esses dados mostram, quanto à variável contextual situacional campo, que a coluna consiste em uma situação comunicativa na qual a autora/colunista, por meio da linguagem escrita, desenvolve sua opinião acerca dos fatos que dizem respeito à política brasileira. É possível atestar, com base nos elementos linguísticos analisados, que a natureza discursiva desses textos diz respeito à exposição do ponto de vista da autora sobre a política (e os políticos) do Brasil. Por meio de processos relacionais, ela define e caracteriza os participantes valendo-se especialmente de atributos.

Concorrem também para reforçar a configuração do campo desse contexto as relações lógico-semânticas entre as orações, uma vez que sinalizam a presença de argumentação e de elaboração discursiva nos textos. Nesse sentido, a ação social que institui esse tipo de texto corresponde a uma situação comunicativa, na medida em que a colunista expõe sua opinião, desenvolve suas avaliações sobre as circunstâncias político-brasileiras atuais, submetendo-as aos leitores. O fator negação, outra constante nos textos, somado a essa constatação, imputa sobre a argumentação da autora uma polaridade negativa por meio da qual a crítica política é instaurada.

Quanto à variável relações do contexto de situação, os dados confirmam que os participantes desse evento comunicativo são: a colunista (asserções monoglóssicas), os participantes citados (processos verbais) e os leitores (a audiência – potencial – da coluna). A autora se coloca discursivamente como alguém que tem condições (seja enquanto conhecedora do assunto seja enquanto jornalista que possui espaço na mídia) para criticar, opinar, discutir os fatos reportados. Essa configuração discursiva coloca os participantes em posições hierarquicamente desiguais: a argumentação, apesar de ser predominantemente

assertiva, dá aos interlocutores um espaço “virtual” de interação. Ou seja, mesmo que a presença dos recursos discursivos heteroglóssicos atribuam aos textos um caráter interativo, o ponto de vista – a opinião – que prevalece é a da colunista.

A análise textual mostrou que as avaliações nas colunas articulam-se a partir dos três sistemas que compõem o Sistema de Avaliatividade (MARTIN e WHITE, 2005) – atitude, engajamento e gradação. Quanto ao sistema de atitude, o julgamento é o campo semântico que mais realiza as avaliações. A categoria de julgamento mais recorrente corresponde à estima social, sendo a subcategoria capacidade a que preferencialmente realiza essas avaliações. Há, contudo, ocorrências dos demais subsistemas e subcategorias, mas de forma significativamente inferior à categoria de julgamento por capacidade.

O sistema de engajamento se realiza nos textos tanto pelo posicionamento monoglóssico quanto pelo heteroglóssico. Quanto à heteroglossia, a autora se posiciona pelos mecanismos de contração e de expansão. A contração dialógica, entretanto, é o mecanismo que mais recorrentemente realiza a heteroglossia.

Já o sistema de gradação concorre para atribuir força ao discurso das colunas, pois a graduabilidade das avaliações se dá predominantemente por meio dos mecanismos do subsistema de força. Além disso, o recurso mais utilizado é o da intensificação.

A análise do *corpus*, como demonstramos, indica:

- 1) a predominância da dimensão de julgamento, cujas avaliações atribuídas são manifestadas, recorrentemente, por expressões coloquiais e metáforas lexicais;
- 2) a articulação heteroglóssica – praticamente equilibrada – entre contração e expansão do discurso, manifestada inclusive por recursos como pontuação e notações léxicas e por perguntas retóricas.
- 3) a intensificação das avaliações, expressa não só por adjetivos, advérbios, processos e por qualidades, mas também por metáforas lexicais e coloquialidade.

Todas essas características contribuem para dar ao texto da jornalista uma assinatura específica. A assinatura valorativa da autora (o conjunto de recursos linguísticos e semântico-discursivos escolhidos) confere aos textos uma particularidade avaliativa. Apesar de posicionar-se com seriedade, Cantanhêde articula às atribuições éticas uma marca irônica – elaborando seus julgamentos com “blocos semânticos” pautados na coloquialidade.

Mesmo tratando de um tema condensado, a política, a colunista busca estabelecer uma comunhão com seus leitores, que possivelmente compartilham o significado de cada uma das expressões e metáforas escolhidas para “julgar” os participantes do contexto político nacional. Ainda assim, ressaltamos que essa “comunhão” consiste em uma estratégia de alinhamento do interlocutor para com as proposições construídas no texto, não sendo, portanto, definidora da opinião vinculada na coluna. Este processo estaria relacionado ao que Cruvinel (2006) reporta como metáfora da “cascata”, no qual a mídia (neste caso, representada pela figura da colunista) elabora a opinião e essa passa a ser “absorvida” e reproduzida na medida em que é propagada através dos segmentos que constituem a hierarquia social.

A assinatura valorativa de Cantanhêde corresponde, portanto, a uma articulação de julgamentos, realizados por recursos pautados na coloquialidade e em estratégias conversacionais, acerca da competência (ou incompetência) dos políticos. Esses julgamentos, apesar de serem elaborados a partir do juízo da própria colunista, uma vez que essa goza de respeitabilidade e credibilidade para publicar sua opinião, não deixa de considerar a recepção do interlocutor. Dessa forma, em conformidade com o argumento de Piza (2007), destacamos que a colunista assume um tom mais pessoal, informal, visando a aceitação do leitor e buscando estabelecer, tal como denomina o autor (Ibid., p. 79) uma “amizade intelectual”.

A coluna de opinião de Eliane Cantanhêde é pragmática, pois está orientada a atingir um propósito social: interagir persuasivamente com o leitor, fazendo uso de padrões recorrentes da linguagem opinativa, instanciados por recursos linguísticos de avaliação. A coluna analisada constitui-se, dessa forma, em um “artefato cultural” (MILLER, 2009), sendo, ao mesmo tempo, produto de um contexto de cultura dado – mídia sobre a política nacional –, e agente social, estabelecendo uma conexão entre a esfera pública (o poder) e os cidadãos (o leitor).

Cabe retomarmos aqui o questionamento de Hernandez (2006), sobre a dificuldade de se identificar como o jornalismo, e a mídia em geral, manipula e persuade sua audiência, difundindo seus “pontos de vista”, conforme reportado na página 42 deste trabalho. Respondendo ao autor, argumentamos, tal como demonstramos nesta pesquisa, que a teoria sistêmico-funcional dispõe de recursos teórico-metodológicos que, sem dúvida, servem-nos como ferramentas para

identificarmos “como” a linguagem midiática funciona a fim de alcançar seus propósitos comunicativos/persuasivos.

Acreditamos que esta pesquisa também possa contribuir com os estudos do discurso midiático por apresentar um apanhado teórico sobre os gêneros opinativos, além de demonstrar a aplicabilidade do Sistema de Avaliatividade (MARTIN e WHITE, 2005) como recurso analítico da linguagem jornalística opinativa. Para os estudos em Linguística Sistêmico-funcional, e em Avaliatividade, cremos que a contribuição maior deste trabalho possa ser no sentido de chamar a atenção para o estudo de outros elementos textuais, como a pontuação e as notações léxicas, que também apresentam significados avaliativos no texto. Na perspectiva do ensino de Língua Portuguesa, acreditamos auxiliar nos estudos de argumentação, de gêneros opinativos e de mudança de registro - da coloquialidade para o código elaborado.

Por fim, destacamos que o objetivo geral desta pesquisa apoiou-se no princípio da Individuação (MARTIN, 2008; 2009) – forma como os recursos semióticos compartilhados pelos usuários de uma língua são empregados por um indivíduo particular. Buscamos, neste estudo, uma análise de caráter pontual sobre a expressão linguística individual de uma colunista. Sendo assim, não foi nosso intento fazer generalizações acerca do gênero coluna de opinião em si, tampouco o esgotar as possibilidades de investigação sobre a realização do Sistema de Avaliatividade em textos opinativos assinados.

Sugerimos, para estudos posteriores, uma investigação comparativa entre a assinatura valorativa de diferentes colunistas de crítica política. Assim sendo, acreditamos que poderá ser possível verificar as particularidades e congruências da linguagem avaliativa das colunas de opinião política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BALOCCO, A. E. Landmarks and future prospects in linguistics: An argument for the study of signature in text. **Anpoll**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 29, 2010. Disponível em: <<http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/rev/issue/view/11/showToc>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

BARRIGA, A. A opinião publicada – uma proposta de abordagem: a influência das colunas de opinião e a receptividade dos seus leitores. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 6., 2008, Lisboa. **Mundos sociais, saberes e práticas**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008. p. 1-17.

BAZERMAN, C. **Gênero, agência e escrita**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Gênero textual, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2005.

BOND, F. **Introdução ao jornalismo**. 2. ed., Rio de Janeiro: Agir, 1962.

BONINI, A. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (orgs.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

CABRAL, S. **Núcleo de estudos em Língua Portuguesa (NELP)**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2010. Projeto de Pesquisa (nº 026308).

_____. **Avaliatividade e discurso**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2009. Projeto de Pesquisa (nº 025376).

_____. **A mídia e o presidente: um julgamento com base na teoria da valoração**. Santa Maria: UFSM, 2007. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria, 2007

CAMPO, P. C. **Gênero Opinitivo**. Observatório da imprensa, 2002. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimpresa.com.br/artigos/da010520026.htm>> Acesso em: mai. 2012.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006a.

_____. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006b.

COSTA, S.; SILVEIRA, S. Perguntas retóricas: uma estratégia encoberta de “não-resposta”. In: **Sociodialeto**, v. 1, n. 6. p. 1-18, fev. 2012.

CRUVINEL, T. Colunismo: análise, opinião e ética. In: SEABRA, R.; SOUSA, V. (Orgs) **Jornalismo político: teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

EGGINS, S.; MARTIN, J. Genres and registers of discourse. In: DIJK, Teun A. Van. (ed.). **Discourse as Structure and Process: Discourse Studies: a Multidisciplinary Introduction**. London: Sage, 1997. p. 230-256.

FAIRCLOUGH, N. **Media Discourse**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

FERREIRA SILVA, C.; PRAXEDES FILHO, P. H. L. O estilo do audiodescritor em audiodescrições francesas fílmicas segundo a teoria da avaliatividade: um projeto de pesquisa. In: SEMINÁRIO DE TRADUÇÃO AUDIOVISUAL E ACESSIBILIDADE - I SETAVA, 1, 2012, Fortaleza. **TAV e as interfaces com a multimodalidade, os estudos de corpora e a LSF**. Fortaleza: PROCAD UECE/UFGM, 2012.

FUZER, C. **Linguagem e representação nos autos de um processo penal: como operadores do Direito representam atores sociais em um sistema de gêneros**. Santa Maria: UFSM, 2008. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

HALLIDAY, M. A. K.; WEBSTER, J. J. **Continuum companion to Systemic Functional Linguistics**. London and New York: Continuum, 2009.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An Introduction to functional grammar**. 3. ed. Hodder Education, 2004.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Construing Experience Through Meaning**: a language-based approach to cognition. London e New York: Continuum, 1999.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. London: Routledge, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. Part I. In: HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context, and text**: aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HASAN, R. Part II. In: HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. **Language, context, and text**: aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HERNANDES, N. **A mídia e seus truques**: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para manter a atenção do público. São Paulo: Contexto, 2006.

HYON, S. Genre in three traditions: implications for ESL. **Tesol Quarterly**, v. 30, n. 4, p. 693-722, winter. 1996.

HUSTON, S; THOMPSON, G. **Evaluation in text**: authorial stance and the construction of discourse. Oxford: Oxford University Press, 1999.

HUNSTON, S. Evaluation and planes of discourse: status and value in persuasive texts. In: HUSTON, S; THOMPSON, G. **Evaluation in text**: authorial stance and the construction of discourse. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 176-219.

LAGE, N. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1993.

LANDOWSKI, E. A opinião pública e seus porta-vozes. In: LANDOWSKI, E. **A sociedade refletida**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

MARTIN, J. Realisation, instantiation and individuation: some thoughts on identity in youth justice conferencing. **DELTA**, v. 25, n. spe. 2009.

_____. Tenderness: realisation and instantiation in a Botswanan town. In: NORGAARD, N. (ed.) **Odense Working Papers in Language and Communication** vol. 29. p. 30-62, 2008.

_____. Introduction. In: MACKEN-HORARIAK, M.; MARTIN, J. Negotiating heteroglossia: social perspectives on evaluation. **Text**, v. 23 (2). p. 171-181, 2003.

_____. R.; WHITE, P. **The language of evaluation**: appraisal in English. New York: Palgrave, 2005.

_____.; CHRISTIE, F.; ROTHERY, J. Social processes in education: A reply to Sawyer and Watson (and others). In: I Reid (Ed.), **The place of genre in learning: Current debates** (p. 46-57). Geelong, Australia: Deakin University Press, 1987.

MARTINS, F. **Jornalismo político**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MELO, J. M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Comunicação Social**: teoria e pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.

MILLER, C. **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. Dionísio, A.; Hoffnagel, J. (orgs.). Recife: Universitária da UFPE, 2009.

_____. Genre as social action. **Quarterly Journal of Speech**, v. 70: p. 151-167, 1984.

OCHS, E. The pragmatics of affect. **Text**, v. 9, n. 1, 1989.

OLIVEIRA, D. A mídia e a manipulação da opinião: um casamento amigável? **Revista Entremeios**, Pouso Alegre: v.1, n.1, p. 1-14. 2010. Disponível em: <<http://entremeios.inf.br/published/4.pdf>> Acesso em: 21 maio 2012.

PENA, F. **Teoria do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PÉRET DELL'ISOLA, R. Perspectivas teóricas subjacentes às noções de gênero: textual ou discursivo?. In: **Gêneros textuais**: o que há por trás do espelho? Péret Dell'isola, R. (Org.). Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012. p. 8-19.

PIZA, D. **Jornalismo cultural**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. **Dicionário de comunicação**. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

RÊGO, A. Carlos Castello Branco e a opinião no jornalismo brasileiro In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5., 2007. São Paulo. **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. São Paulo, 2007. p. 1-16.

SAVIANIREY, L. R. Jornalismo opinativo: dilema ou questão de dimensão e conteúdo? **Revista de estudos de jornalismo**. Campinas, v. 5, n. 2 58-68. jul/dez, 2002.

SCOTT, M. **Programa Word Smith Tools**. Versão 5.0. Oxford University Press, 2008.

SILVA, J. D. Jornalismo e interesse público. In: SEABRA, R.; SOUSA, V. (Orgs) **Jornalismo político: teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVEIRA, M. I. M. **Análise de gênero textual: concepção sócio-retórica**. Maceió: Edufal, 2005.

SPITULNIK, D. Anthropology and mass media. **Annual Review of Anthropology** , v. 22, p. 293-315. 1993. Disponível em: <http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.an.22.100193.001453?prevSearch=authors%253A%2528spitulnik%2529&searchHistoryKey=> Acesso em: 21 maio 2012.

TEIXEIRA, T. A crônica política e os gêneros opinativos: um estudo comparativo. In: **Comunicação e espaço público**. Brasília: v. 7, n. 1 e 2, p. 116-127. 2004.

THOMPSON, J. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TICKS, L. **(Re)construção de concepções, práticas pedagógicas e identidades por professoras de inglês pré e em serviço**. Santa Maria: UFSM, 2008. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

VIAN JR., O; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. S. D. P. **A linguagem de avaliação em Língua Portuguesa**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

VIAN JR. O. Engajamento: monoglossia e heteroglossia. In: VIAN JR., O; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. S. D. P. **A linguagem de avaliação em Língua Portuguesa**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

Sites consultados

<http://www.guardian.co.uk/>

<http://publifolha.folha.com.br>

<http://www.folhapress.com.br>

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/elianecantanhede/>